

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIANA BERGO DAMASO SILVA

O CÁLCULO DO ESQUECIMENTO: o papel de mediação das redes sociais na
produção de violência

São Carlos – SP
2020

MARIANA BERGO DAMASO SILVA

O CÁLCULO DO ESQUECIMENTO: o papel de mediação das redes sociais na produção de
violência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestrado em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes

São Carlos – SP
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Mariana Bergo Damaso Silva, realizada em 18/02/2020:

Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes
UFSCar

Prof. Dr. Alan Victor Pimenta de Almeida Pales Costa
UFSCar

Prof. Dr. Ari Fernando Maia
UNESP

AGRADECIMENTOS

Dedicar-se à pesquisa, na interpretação e sistematização dos acontecimentos, faz-se uma tarefa mais árdua em tempos que as ameaças à existência se acirram dados as violentas circunstâncias políticas que nos atingem sem tréguas. Nesse contexto, afirma-se ainda mais verdadeiro que o manter-se atento implica a possibilidade de voltar-se para lugares de acolhida, no contato com o que permite retomar o fôlego para continuar. Tal tarefa não seria possível sem a presença preciosa daqueles que chamo de amigos e de família, que tantas vezes me trouxeram a base para que eu pudesse seguir o meu trabalho.

À minha família, mãe, pai e irmã, agradeço pela paciência e a acolhida de sempre, seu incentivo e confiança em minha trajetória sempre me mantiveram firmes nos enfrentamentos necessários. Aos meus amigos, de longa data e dos que encontrei no caminho, agradeço as inspirações e trocas, de afeto, carinho e ideias. Foram esses contatos que, além de me preencherem os dias, se transformaram em momentos de partilha de aprendizagem que se atravessaram com os processos acadêmicos, mantendo em mim o horizonte de para onde deve ir o meu trabalho. Agradeço toda a força do amor recebido.

Agradeço também aos companheiros dos grupos de estudo e pesquisa em Teoria Crítica e Educação por permitirem o contato com os processos de trabalho por cada um desenvolvidos, que tantas vezes resultaram em momentos de orientação e serviram de guia e exemplo para o meu caminho de pesquisadora. Agradeço em especial a confiança, a liberdade e os direcionamentos precisos do meu orientador Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes, cujas marcas se encontram delineando dimensões importantes que dão sentido ao meu processo de formação. Faz-se necessário agradecer ainda a contribuição das leituras e apontamentos atentos e cuidadosos do Prof. Dr. Alan Vitor Pimenta e do Prof. Dr. Ari Fernando Maia, presentes na banca de qualificação dessa dissertação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), apoio essencial para me permitir o tempo e a dedicação necessários ao desenvolvimento da pesquisa, e é com pesar e atenção que assistimos às constantes ameaças às políticas de financiamento e fomento que colocam em risco a continuidade de diversos trabalhos, quando, do contrário, deveriam se expandir as condições para que a dedicação ao desenvolvimento científico não seja mantida como um privilégio.

RESUMO

Essa pesquisa de mestrado, com base na teoria crítica da sociedade, tem como objetivo identificar os determinantes da condição de barbárie vivida pela sociedade contemporânea que tem como característica o alto índice de desenvolvimento tecnológico, principalmente em sua forma digital, e que é marcada pela quase onipresença das chamadas redes sociais, cujo papel de agente em conflitos sociais passa a ser cada vez mais afirmado. Partindo-se dos dados elaborados por pesquisadores da Universidade de Warwick (UK) que apontam para uma correlação positiva entre o uso do Facebook e o aumento dos casos de ataques contra refugiados na Alemanha, a presente pesquisa propõe estabelecer um referencial para a compreensão da lógica de funcionamento de tais redes e qual o seu lugar na dinâmica social, de modo a identificar o seu desenvolvimento anterior e quais os possíveis efeitos de sua inserção e uso crescentes. Para tal, como forma de superar a discussão acerca do uso ou do valor intrínseco às redes sociais, se aponta como direcionamento a crítica à racionalidade presente no conceito de dialética do esclarecimento. A partir da problemática da impossibilidade de formação do indivíduo em uma organização social pautada pela barbárie, que nega ao ser humano as condições necessárias à sua constituição, o trabalho retoma elementos da obra de Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse que permitem identificar os determinantes presentes no processo de formação próprios da chamada indústria cultural global. Assim, se busca compreender a relação existente entre a progressão da barbárie e o aprisionamento do indivíduo em uma formação deformada, investigação que se orienta pela hipótese da existência da ação de um esquecimento em curso no modo como se organiza a realidade social e suas mediações, nas quais são elegidos como fim princípios que se afastam da defesa do que seria uma humanidade justa e que utiliza mecanismos constantemente atualizados. Dentro da perspectiva aqui pretendida, o que caracteriza a atual ordenação social é a contradição observada entre a manutenção do esquecimento por meio de formas que, do contrário, anunciam a promessa de não-esquecimento, profundamente ligada à capacidade de processamento das tecnologias cada vez mais inseridas na vida dos indivíduos. Tendo em vista que as redes sociais reorganizam a cultura atual a partir do alinhamento entre a racionalidade tecnológica e o fortalecimento da dimensão instrumental da individualidade, delineia-se a reflexão sobre o modo como se deve considerar a formação a fim de manter como horizonte o princípio da emancipação. Reflexão que parte da necessidade de pensar modos de resistência às condições de barbárie que apropriam e colocam em movimento as forças sociais ordenadoras da vida humana e impõe à área da educação a necessidade de reafirmar seus propósitos e meios, de modo a funcionar como local de realização do indivíduo.

Palavras-chave: Teoria crítica da sociedade; formação; racionalidade; tecnologia; internet.

ABSTRACT

This research, based on the critical theory of society, aims to identify the determinants of barbarism condition lived by contemporary society, which is characterized by high rate of technological development, mainly in digital forms, and it is pronounced by ubiquity of so-called social networks whose role of agent in social conflicts it is increasingly stated. From the data elaborated by researchers of Warwick University (UK), that indicates a positive correlation between Facebook usage and increasing of anti-refugees attacks on Germany, this research proposes to establish a reference to understand the logic of how networks work and what is its place in social dynamics, in order to identify its previous development and the possible effects of its increasing insertion and use. As a way to overcome the discussion about the use or intrinsic value of social networks, the criticism of rationality present in the concept of the dialectic of enlightenment is pointed as a direction. From the impossibility of individual formation in a social organization guided by barbarism which denies the human being the necessary conditions for its constitution, elements of the work of Theodor W. Adorno, Max Horkheimer and Herbert Marcuse are resumed to identify the determinants in the formation process proper to the so-called global culture industry. We seek to understand the relationship between the progression of barbarism and the imprisonment of the individual in a deformation, research that is guided by the hypothesis of an ongoing forgetfulness in the social reality organization and in which chosen principles depart from defending what would be a righteous humanity using constantly updated mechanisms. In this perspective, the current social order it is characterized by the contradiction observed between the maintenance of oblivion and forms that otherwise announce the promise of non-forgetting, deeply connected to the processing capacity of technologies increasingly inserted in the lives of individuals. Given that social networks reorganize today's culture from the alignment between technological rationality and the strengthening of the instrumental dimension of individuality, reflects on how formation should be considered in order to maintain the principle of emancipation as a horizon. Reflection that starts from the need to think about ways of resistance to conditions of barbarism that appropriate and set in motion the ordering social forces of human life and imposes on education the need to reaffirm its purposes and means, in order to function as the place of fulfillment of the individual.

Keywords: Critical theory of society; formation; rationality; technology; internet.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
 CAPÍTULO 1 – A RACIONALIDADE QUE ENGENDRA A BARBÁRIE	
AS ESTATÍSTICAS DA VIOLÊNCIA	11
O PENSAMENTO ESQUECIDO DA SUA DIALÉTICA	15
OS FUNDAMENTOS DA ORDEM QUE NÃO PODE VIVER SEM A DESFIGURAÇÃO DOS HOMENS	21
A TECNOLOGIA COMO MEIO DA DOMINAÇÃO	28
O SUJEITO ANTISSEMITA	37
 CAPÍTULO 2- A INTERNET E AS REDES SOCIAIS	
A RACIONALIDADE NA MOBILIZAÇÃO INSTRUMENTAL DO INDIVÍDUO	45
A INDIVIDUALIDADE BURGUESA	49
A TÉCNICA NA PRODUÇÃO DE EFEITOS MASSIFICADORES	56
A VIOLÊNCIA E O VIRTUAL	65
 CAPÍTULO 3 – A OPERAÇÃO POLÍTICA DO CÁLCULO	
A ARMADILHA DA IDENTIDADE.....	70
DO BIG DATA AO ATO	75
O INDIVÍDUO COMO OBJETO E MEDIDA	82
REIVINDICANDO A DEFESA DA EMANCIPAÇÃO	87
A DOMINAÇÃO DA MEMÓRIA	91
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
 REFERÊNCIAS	99

Uma maldade oficial, aquilo de se fazer o que se pode e que é tão diferente do que se deve. Quando fugires, minha querida Halla, terás que parecer menos uma pessoa, porque as pessoas estão a acabar. Foram embora para dentro da memória. Foram-se ressentidas. Agora são apenas uma recordação, como serão também uma possibilidade.

Valter Hugo Mãe, A desumanização.

INTRODUÇÃO

Mas a dominação perene da natureza, a técnica médica e não médica, tira sua força dessa cegueira; só o esquecimento a tornaria possível. A perda da lembrança como condição transcendental da ciência. Toda reificação é um esquecimento.

Max Horkheimer e Theodor W. Adorno

O presente trabalho tem como propósito retomar elementos da obra dos autores da primeira geração da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, em especial Theodor W. Adorno, em parceria ou não com Max Horkheimer, e Herbert Marcuse, que permitam identificar os determinantes da condição de barbárie vivida pela sociedade contemporânea que tem como marca a quase onipresença das chamadas redes sociais. No modo como aqui se considera, a forma atual da barbárie se identifica na presença de números crescentes de violência, em especial nos casos de ataques diretos a integridade física de indivíduos por parte de seus pares, em uma sociedade que tem como característica o alto índice de desenvolvimento tecnológico, principalmente em sua forma digital. Junto à capacidade de transformar o modo como o indivíduo se relaciona com o mundo externo de maneira a permitir maior liberdade e segurança, há o aprofundamento de condições que ameaçam justamente essa liberdade e segurança, caracterizando um estado de barbárie. Dessa maneira, entende-se que o desenvolvimento material, no qual está inserido o movimento de constituição do humano, carrega consigo uma contradição, atualizada e mantida enquanto tal.

O diagnóstico desse fenômeno, na identificação dessa contradição, é aqui feito partindo-se da leitura dos fundamentos da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, que ordena suas formulações a partir da problemática da dialética do esclarecimento, compreendendo haver no desenvolvimento da humanidade a ação de uma racionalidade que engendra movimentos de progressão e regressão. A barbárie é então identificada como sendo a persistência de elementos regressivos que se sobrepõe às potencialidades alcançadas pela ação emancipatória da razão.

Fundamentar a compreensão e a crítica de fenômenos sociais a partir de tal dialética é justificado por essa permitir identificar no dado o seu percurso de constituição, apontando o que foi efetivado, no sentido de representar um ganho para a forma humana, e o rastro daquilo que se manteve paralisado. Assim, partindo-se de uma pesquisa¹ realizada na Universidade de

¹MÜLLER, K, SCHWARZ, C. “Fanning the flames of hate: Social media and hate crime”. SSRN 3082972, 2018. Pesquisa divulgada em uma reportagem da Folha de São Paulo, no dia 22/08/2018

Warwick, no Reino Unido, cujos dados elaborados indicaram que o uso de Facebook se relaciona com o aumento do número de ataques à refugiados na Alemanha, se propõe aqui a necessária atualização da dialética do esclarecimento, no sentido de interrogar em que medida esse conceito é capaz de esclarecer a relação entre o uso de redes sociais e a produção de violência, entendendo o esclarecimento como representado pelas redes sociais que concentram o desenvolvimento tecnológico, e a dialética manifestada na relação entre tecnologia e violência. Ainda que se reconheça haver diferenças entre as diversas redes sociais, que podem apresentar dinâmicas que escapam aos elementos a serem aqui levantados, se parte do *Facebook* como o recorte a partir do qual são feitas elaborações acerca, não do seu funcionamento específico, mas das redes sociais como um todo, partindo-se assim, daquilo que pode ser levantado como funcionamento geral dado o entendimento dos autores aqui colocados.

Se propõe a análise dos dados da pesquisa apresentada tendo como referencial as proposições de Adorno, Horkheimer e Marcuse, de modo a identificar os elementos capazes de iluminar a barbárie mantida na contradição entre o progresso tecnológico e a precariedade de condições humanas de desenvolvimento, colocando em questão a própria racionalidade. Assim, o que se produz é a crítica ao chamado processo de semiformação, como nomeado por Adorno [1967]/(2010), em curso na sociedade atual, de forma a compreender os efeitos dessa ordenação sobre a subjetividade.

No prefácio à *Dialética do esclarecimento* [1947]/(2006), Adorno e Horkheimer, ao investigarem o quadro de progressão da barbárie indicam que, apesar da sua aparente irracionalidade, ele é sustentado de maneira logicamente ordenada, manifestando a tendência à autodestruição do esclarecimento, em uma aporia que indica que a liberdade, e nisso, a realização da humanidade, dependem de um pensamento esclarecedor no qual está contido ao mesmo tempo o “germe para a regressão que hoje tem lugar por toda a parte” (p.13). Isso é devido ao fato de ser o esclarecimento, enquanto esforço de compreensão daquilo que se apresenta como desconhecido, expressão do modo como se dão as relações sociais, por sua vez aprisionadas nas exigências do princípio de autoconservação, que expressam uma ordenação social na qual as forças produtivas da realidade são convertidas em mantenedoras de interesses privados. Por esse motivo, a necessidade de dominação é o princípio que ordena o movimento dessas forças na relação com seus fins.

O que organiza os esforços dos autores não é a retomada de um ideal de humanidade perdido pela progressão da irracionalidade da barbárie, uma vez que tal ideal não é possível para uma teoria que considera a historicidade da realidade, mas o voltar o esclarecimento para iluminar o seu próprio rastro e resgatar nos seus objetos as relações que os constituem e nas quais se encontram tanto os interesses por eles respondidos quanto as possibilidades silenciadas. A questão, do perguntar o porquê a humanidade ao invés de progredir em direção à condições de emancipação se aprofunda insistentemente na barbárie, é atualizada quando se pensa em uma sociedade de grande desenvolvimento tecnológico, marcada pela tecnologia da internet e da sua capacidade de fazer circular uma grande quantidade de dados, reestruturando a produção, o deslocamento de informações e o modo como se organizam diversos serviços, mas que apresenta expressivos números de violência que, do contrário, explicitam uma condição de precariedade humana.

Faz-se assim necessária a apropriação do pensamento da primeira geração da chamada Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, que situa sua teoria no questionamento da razão atribuída à teoria tradicional, mas diferente de propor um novo paradigma que reordene a racionalidade ou de recorrer a um irracionalismo, mantém sua crítica à imanência da razão da tradição filosófica até então dominante. Seu pensamento resulta no caminho para o avesso do conceito, onde se identifica o seu limite, contraposto ao limite da própria realidade que essa razão, convertida em ideologia, se propõe a manter. Sua filosofia então, na trilha da proposição do materialismo histórico dialético, se realiza como uma teoria social, afirmada por Adorno (1968/2008) como sendo a busca pela essência dos fenômenos sociais, ou seja, a busca por aquilo que subjaz os fenômenos.

Desse modo, se encontra que o que aqueles têm de essencial é a sua história armazenada, os seus processos constituintes, que se formalizam em conceitos. Esses, por sua vez, não são pretendidos simplesmente como instrumentos para compreensão da realidade, mas como capazes de articular os elementos que constituem determinada problemática. Assim, o resultado de uma pesquisa não é a elaboração de uma conceitualização, mas a elucidação e o estabelecimento de um campo de tensionamentos que denunciem os determinantes de um objeto.

Adorno [1968]/(2008) indica ainda que a teoria pautada por esse entendimento analisa o objeto na sua trajetória histórica, a partir da qual é possível articular o que o identifica em sua particularidade e o que o insere em uma ordenação maior, bem como a contradição entre o que, a partir dessa ordenação, se apresentava como possibilidade e aquilo em que o fenômeno se

converteu. O acesso à dimensão histórica é então, o que determina a constituição de um conhecimento capaz de aproximar o sujeito das potencialidades do objeto, e é apoiado em tal aproximação, enquanto consciência dos seus determinantes, que o sujeito pode colocar em movimento aquilo que o realiza enquanto tal.

A partir desse entendimento, ao investigar a história do pensamento que marca a modernidade, o autor identifica a existência de uma ordem que se estabelece como hegemônica, composta por certos princípios que conferem forma à realidade. Essa ordem é econômica e sua lógica, como já indicado, é a da autoconservação, constituídas a partir do enredamento do pensamento às forças materiais de produção, que colocam em movimento tendências objetivadas em seu percurso histórico e que servem a manutenção de tal ordem.

Dessa maneira, entende-se que os fenômenos sociais estão em uma relação de mútua determinação com estados de pensamento. Ao identificar na sociedade a presença de um intenso processo de reificação, tem-se que o seu correlato é o pensamento que se constitui ocultando os seus limites e esquecendo o seu rastro. Isso quer dizer que a forma social hegemônica paralisa o desdobramento de tendências alternativas que seriam próprias do caráter vivo da cultura. O diagnóstico ao qual se chega é que o sujeito que elabora o conhecimento dentro do período histórico orientado pelos princípios econômicos burgueses é um sujeito danificado, dado que perde o apoio necessário à sua existência autônoma. Por isso o conhecimento por ele produzido, e as formas sociais que a esse conhecimento se conjugam, são falseados.

A danificação do sujeito atinge a sua constituição em um processo de redução das capacidades subjetivas às imposições da lógica dominante ao mesmo tempo em que cumpre o papel de agente de reprodução das condições vigentes. O sujeito reificado se transforma em um fantasma de si mesmo, uma vez que as forças materiais que sobre ele incidem provocam o apagamento da sua história constituinte, fazendo com que essa historicidade não tenha mais força de ação, uma vez que mantida afastada da consciência. O que age é essa imagem fantasmagórica apropriada e gerida pelas forças produtivas econômicas, de forma tal que Adorno (2008) afirma que “se sentir como sujeito nessa sociedade é algo ilusório” (p.342), dado o predomínio do processo de semiformação.

Entretanto, é no próprio conceito de sujeito que se encontra o potencial de transformação da sociedade. É nele que se acumulam toda a “negatividade do sistema” (ADORNO, 2008, p.342), ou seja, tudo o que aponta para além da sua forma vigente, esvaziada em detrimento da conformação ao sistema capitalista, que se utiliza de predisposições historicamente adquiridas

no processo de constituição do sujeito e as desvia do seu percurso de desenvolvimento, falseando o seu conteúdo.

Essa análise aponta para o fato de que, o que se coloca em movimento na atualidade do sistema capitalista não é simplesmente uma nova conformação social e subjetiva que emerge das condições presentes em determinado momento, mas que se apropria de tendências objetivadas na história da humanidade e as sobrepõe com uma nova ordenação, enfraquecendo a forma do sujeito, ao mesmo tempo que o mantém sob outros fins. Esse entendimento indica a apropriação de potencialidades históricas para a continuidade de tendências que, por essa via, se afirmam e se legitimam.

O autor indica que o enfraquecimento do indivíduo formado nessas condições se relaciona então com uma “fraqueza subjetiva da memória” (ADORNO, 2008, p.336), indicando que a deformação do sujeito incide sobre a ocultação da sua condição histórica, em um processo de reificação que invisibiliza os mecanismos aos quais o homem está submetido, e nisso esses processos se mantêm atuantes. Assim, afirmando-se que “toda reificação é um esquecimento” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.190) os autores indicam que o progresso material é mantido pela produção da cegueira do homem a si mesmo, permitindo que esse se dissocie do progresso das condições humanas e aja ativamente no aprofundamento da semiformação.

Contribuindo com essa argumentação, e de modo a indicar já a articulação entre uma certa forma de racionalidade e a manifestação de fenômenos de violência, Marcuse [1964]/(1979) indica que, na atual sociedade industrial, os meios de comunicação exercem um importante papel ao promover a aparência de uma sociedade sem oposições, na qual interesses particulares se fazem aceitar como sendo de interesse geral e onde “as necessidades políticas da sociedade se tornam necessidades e aspirações individuais” (p. 13). Disso resulta a unificação de antagonismos para a preservação do status quo, dissolvendo as condições capazes de identificar os agentes da transformação histórica.

Essa organização representa a progressão da razão que atua na repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência, impondo a regressão pela força da própria técnica. O controle, ainda que se manifestando em sua face de violência explícita, encontra justificção racional e aprimoramento técnico específico, cada vez mais alinhado às estratégias neoliberais. Esse quadro se apresenta pela defesa falseada das liberdades individuais, como forma de levar adiante as necessidades dinâmicas do mercado. Desse modo, o alcance da dominação da sociedade sobre o indivíduo progride de forma a fazer com que se identifique

que “a nossa sociedade se distingue por conquistar as forças sociais mais pela tecnologia do que pelo terror” (MARCUSE, 1979, p. 14).

Tal questão é observada nos casos em que o indivíduo age contra as próprias necessidades reais, enquanto pertencente à uma sociedade de classes, e, por exemplo, vota em políticas que lhes retiram direitos e seguranças, mas que favorecem os interesses do capital e daqueles que deles se beneficiam. Tomando como referência o processo de formação descrito por Adorno (2010), essa contradição pode ser compreendida quando se considera que esse processo, no qual se insere a constituição da subjetividade juntamente à afirmação do que é humano, se dá como semiformação. Essa se expressa na deformação da consciência, e se identifica nas situações de violência em que indivíduos atentam contra a vida e a integridade física de outros indivíduos. É então compreendendo a existência de uma contradição cuja manutenção se observa na ação individual situada em determinados contextos sociais, que se insere o processo de esquecimento. Ou seja, o esquecimento é ao mesmo tempo uma tendência da racionalidade e uma prática social.

O que se tem aqui é que as condições para a realização do que se elege como humano estão sob ataque, uma vez que a sociedade se ordena favorecendo interesses dominantes e excludentes, às custas da precarização das condições de sobrevivência da maioria da população. A contribuição dos autores trazidos é fornecer o entendimento de que o solo no qual esse ataque se dá é o solo do processo de formação, no qual se acirram situações cotidianas de violência entre os indivíduos, situações essas potencialmente mediadas pelas redes sociais, que servem como um meio importante para fortalecer e levar adiante a ideologia liberal das liberdades individuais, que falseada em sua base, por não haver liberdade fora de condições coletivas para tal, é a ideologia que coloca todos contra todos ao individualizar os obstáculos e as possibilidades.

Partindo dessa base teórica, tem-se o objetivo do presente trabalho: a identificação dos elementos que permitem compreender a persistência da barbárie, manifesta no entrelaçamento entre tecnologia e violência, como por ação de um processo de esquecimento. Ou seja, a compreensão de que a barbárie se atualiza em função de uma organização social que elege como fim princípios que se afastam da defesa do que seria uma humanidade justa e que utiliza de mecanismo próprios para tal funcionamento, no abandono de condições outras. O tensionamento entre abandono e progressão é então compreendido sob o conceito de esquecimento, cuja existência enquanto um processo em ação será aqui elaborada de modo a fundamentar a crítica aos fenômenos atuais de violência que tem a tecnologia como fomento.

Alinhado à compreensão de um esquecimento em curso, se coloca como fundamento orientador o questionamento da própria dimensão da racionalidade, retomado a partir da reflexão acerca da dialética do esclarecimento.

A pesquisa tem então o propósito de pensar a atualidade da dialética do esclarecimento, que por sua vez, tem como principal meio de manutenção o sistema da chamada indústria cultural, enquanto um conjunto de técnicas e práticas cujo fim é a reprodução de uma ordem de controle social, a partir da análise do modo como as redes sociais se relacionam com a tendência ao esquecimento, por sua vez, articulada à manutenção da barbárie. Desse modo, se pergunta como estão inseridas as novas tecnologias que tem como base o armazenamento de dados e a hiperconexão, e como esse estado de coisas, de um esquecimento provocado pelas formas da cultura digital, afetam a subjetividade de modo a manter as predisposições para o fascismo, próprias de um estado de semiformação. A partir da apropriação dos dados quantitativos elaborados por pesquisadores da Universidade de Warwick, e divulgadas em reportagem² pelo jornal Folha de São Paulo, a presente pesquisa propõe a sua análise, a ser feita à luz das discussões de Adorno, Horkheimer e Marcuse, de modo a conjugar as considerações acerca da racionalidade e da técnica e seu enredamento com a subjetividade.

Assim, a retomada conceitual das noções de dialética do esclarecimento, esquecimento, indústria cultural e semiformação, tem a intenção de construir a base teórica e conceitual capaz de romper com a dualidade com a qual se consideram as redes sociais como sendo boas ou más. É por fazer a crítica à racionalidade, que por sua vez é crítica à uma certa organização social sustentada pela identificação da violência, que se compreende as redes sociais como inseridas dentro de uma dinâmica que faz com que seu uso seja visto com preocupação, no tensionamento entre forma e uso.

Ao colocar que a racionalidade se refere ao modo como se ordenam as dinâmicas entre os indivíduos e entre esses e o meio em que se inserem como produtores e reprodutores de condições sociais, se entende que os modos de comunicação e os instrumentos utilizados para tal, como é o caso das redes sociais, possuem já um direcionamento interno a sua própria forma. A lógica que mantém o funcionamento desses instrumentos direciona seu uso para determinados fins alinhados a objetivos que extrapolam a sua função imediata de comunicação e entretenimento. A violência associada ao uso das redes sociais se apresenta então, como um

² FISHER, M; TAUB, A. Uso de Facebook fez aumentar ataques a refugiados na Alemanha, diz pesquisa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/uso-de-facebook-fez-aumentar-ataques-a-refugiados-na-alemanha-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 27 out. 2018.

desdobramento potencial do seu funcionamento, uma vez que a produção da violência é entendida não como sendo um desvio, mas a consequência da organização social na qual se localiza.

É esse objetivo o que denunciam os autores quando compreendem a existência de uma dialética interna ao funcionamento racional, que ao produzir a ação humana sobre o mundo o faz permitindo a apropriação dessa ação para realização de fins particulares, que como tal não podem ser universalizados, necessitando então de uma estrutura que garanta a submissão do funcionamento social. A perspectiva dialética ao mesmo tempo que aponta esse fenômeno compreende que ele não representa a redução completa dos meios pelos quais o indivíduo e a sociedade se organizam, mas que há a manutenção de uma tendência que se impõe em um processo de afastamento de condições mais capazes de responder ao direcionamento por liberdade e segurança. É essa noção compreendida pelo processo de esquecimento, que promove a articulação entre a disposição de recursos individuais e o direcionamento produtivo das forças sociais na direção da realização dos fins particulares acima denunciados.

Pra tal, divide-se o presente trabalho em três capítulos. O primeiro se volta para o desenvolvimento dos fundamentos capazes de produzir a crítica à racionalidade, tal qual feita por Adorno, Horkheimer e Marcuse, apontando os elementos presentes na relação entre consciência e realidade, interna e externa, de maneira a identificar aquilo que no modo de produção atual se apoia em aspectos da racionalidade apropriados e convertidos em instrumentos racionais de dominação. Para fundamentar tal crítica, compõe-se o capítulo em cinco partes: a primeira apresenta os dados estatísticos e as relações retiradas da pesquisa de Müller e Schwarz (2018) cuja análise pretende esclarecer como as dinâmicas que se passam na rede social em questão se relacionam com comportamentos e relações *offline*; a segunda discorre sobre os fundamentos da dialética do esclarecimento, a partir do qual se entende a barbárie e a sua manutenção; a terceira se volta para a relação entre sujeito e objeto, de modo a iluminar a estrutura sobre a qual se compreende a experiência; a quarta aprofunda o modo como a racionalidade é passível de apropriação e se instrumentaliza, na aproximação com a técnica; a quinta propõe esclarecer os efeitos sobre as relações intersubjetivas, no modo como a tendência à barbárie se realiza concretamente nas relações entre os indivíduos e seus comportamentos manifestos.

O segundo capítulo propõe um estudo sobre o que são as redes sociais, em uma perspectiva histórica alinhada com os fundamentos teóricos apresentados no capítulo anterior. Se faz uma leitura dessas redes, entendidas como meios de comunicação cujo substrato de

funcionamento é a internet, a partir do referencial da teoria crítica. O capítulo por sua vez se divide em quatro partes: a primeira compreende a sistematização dos principais conceitos utilizados como referência do que são a internet e as redes sociais; a segunda indica como a racionalidade aqui denunciada, se entrelaça à subjetividade e faz realizar os interesses de classe dominantes; a terceira apresenta os fundamentos capazes de dizer do direcionamento contido na técnica, retomando o conceito de indústria cultural; a quarta parte procura questionar como a virtualidade se relaciona com as tendências materiais da realidade social e pode exercer um papel na produção da violência.

O capítulo final compreende a aproximação entre as articulações dos capítulos anteriores de modo a responder como é processado o cálculo do esquecimento e porque a violência se apresenta como seu resultado, no tensionamento entre as tendências históricas de uma racionalidade convertida em dominação e as formas tecnológicas e culturais que dela se desdobram. Para tal, o capítulo é dividido em cinco partes: a primeira parte pretende retomar o modo como tais tendências são utilizadas no chamado princípio da identidade, sobre o qual se fundamenta a defesa do indivíduo livre da sociedade da racionalidade industrial e que serve de base para o falseamento produzido pelas organizações sociais; a segunda parte apresenta a tecnologia do *big data*, que caracteriza a lógica na qual se converte a racionalidade dominante na atual conformação histórica em que tomam lugar as tecnologias comunicativas; a terceira parte estabelece a relação entre o desenvolvimento tecnológico apoiado no *big data* e o aprofundamento da estruturação de uma individualidade deformada, indicando os fins políticos representados pelo cálculo algorítmico; a quarta parte retoma a discussão acerca da formação, de modo a afirmar que o que se aponta na crítica à deformação atualizada nas formas sociais é a possibilidade de resgatar a emancipação como horizonte de organização do todo social; a quinta parte elabora a noção do esquecimento que atua como dominação da memória, administrando a barbárie no apagamento dos prolongamentos históricos capazes de permitir a elaboração do passado, por sua vez, condição para superação das violências que se impõe.

CAPÍTULO 1 - A RACIONALIDADE QUE ENGENDRA A BARBÁRIE

As estatísticas da violência

Os dados empíricos a serem utilizados como objeto de análise da relação entre racionalidade e violência são aqui retirados das conclusões de uma pesquisa realizada na Universidade de Warwick. As estatísticas formuladas pelo estudo são aproximadas ao que é teoricamente formulado por Adorno, Horkheimer e Marcuse, de modo a orientar as elaborações no sentido de compreender como a dinâmica da dialética do esclarecimento cumpre um papel na organização do mundo contemporâneo, evidenciada na produção de violência a partir da tecnologia.

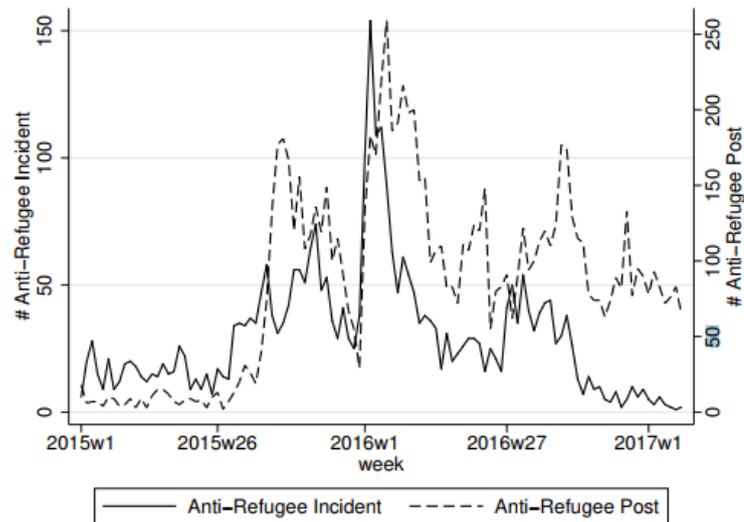
Karsten Müller e Carlo Schwarz (2018), da Universidade de Warwick, situada no Reino Unido, apresentam em um relatório publicado em 2018 a investigação da relação entre crimes de ódio contra refugiados e o uso de redes sociais. Foram analisados os ataques contra refugiados cometidos na Alemanha durante um período de dois anos, entre 2015 e 2017, época em que houve aumento no fluxo de refugiados ao país. Os casos levantados foram registrados pela ONG Amadeo Antonio Stiftung e totalizaram o número de 3.335. A análise das redes sociais se centrou na investigação da presença de sentimento anti-refugiados no Facebook, a maior rede social do país, e teve como estratégia identificar diferenças na quantidade de acessos ao site entre os municípios do país.

Para medir a relevância da presença de discurso anti-refugiados no Facebook, os pesquisadores se basearam na página do Alternative für Deutschland (AfD - Alternativa para a Alemanha), um partido de extrema-direita que se tornou o terceiro mais forte no parlamento alemão após as eleições de 2017, e possui posicionamentos anti-refugiados e anti-imigração. Com mais de 420.000 seguidores, é a página de partido com o maior número de comentários e com o maior alcance do país, não indicando regras de conduta, como por exemplo a proibição de comentários com conteúdo racistas ou discriminatórios.

Partindo-se da ideia de que as redes sociais têm um papel na propagação de violência, se espera encontrar maior número de ataques onde há maior número de acessos às redes, relação que se mostrou verdadeira. A análise combinada da quantidade de posts, comentários e likes, junto ao levantamento do número de habitantes de cada município ativos na página investigada, apontou que os casos de crimes de ódio contra refugiados eram maiores em áreas onde o uso do Facebook era acima da média, cujos ataques aumentaram cerca de 50%. Essa relação se

manteve independente de variações características entre as cidades. A figura 1 ilustra essa relação ao cruzar o número de posts sobre refugiados na página da AfD no Facebook com o número de incidentes anti-refugiados registrados, indicando que as semanas com mais posts tendem a ter mais incidentes.

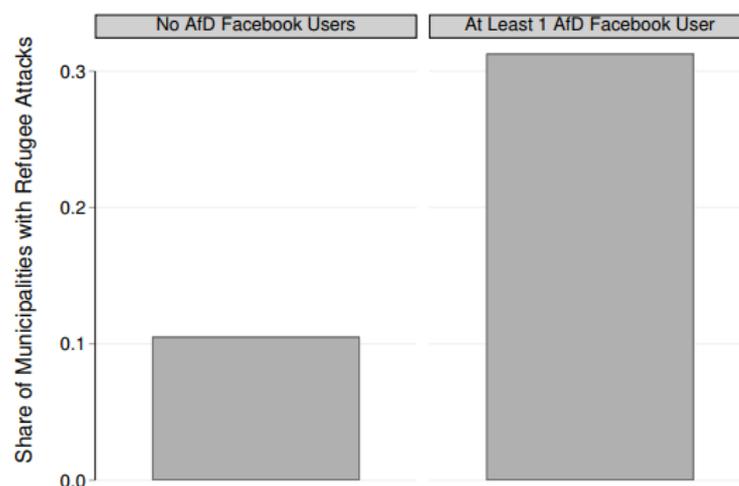
Figura 1 – Posts anti-refugiados e incidentes registrados ao longo do tempo



Fonte: Müller e Schwarz (2018, p. 16).

A figura 2 indica que os municípios com usuários ativos na página da AfD são mais propensos a terem ataques. Dos 3.335 ataques registrados durante o período da pesquisa, 3.171 ocorreram em municípios onde havia pelo menos um usuário da página.

Figura 2- Parcela de municípios com casos de ataques à refugiados



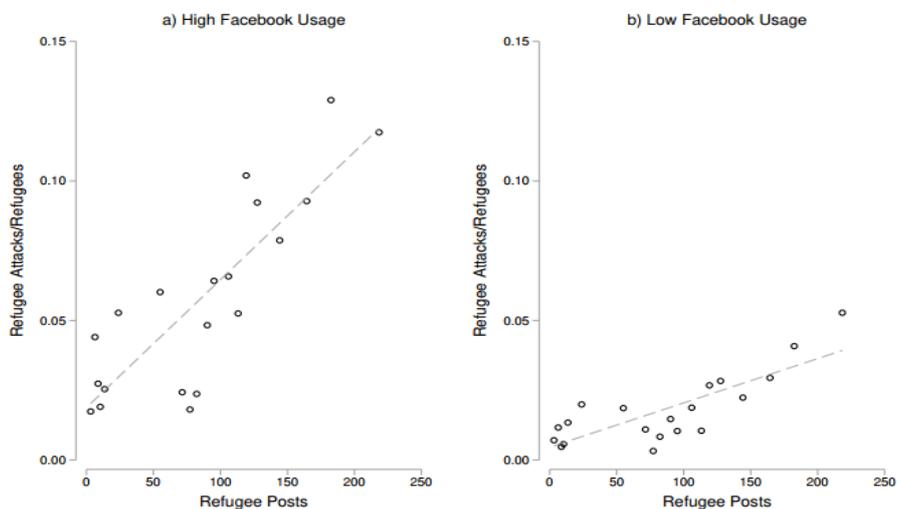
Fonte: Müller e Schwarz (2018, p. 16).

Para análise estatística dos dados, os pesquisadores determinaram as seguintes variáveis de controle: poder aquisitivo, idade, escolaridade, densidade populacional, apoio a políticas de extrema direita, números de vendas de jornais, número de refugiados, histórico de crimes de ódio antissemita, número de protestos e eventos distratores.

Os ataques são considerados como sendo danos à propriedade de refugiados, tais como grafites com mensagens xenofóbicas, agressões, tentativas de agressão, incêndios culposos e incidentes durante protestos. Após definidos os procedimentos de sistematização dos dados acerca do acesso e conteúdo da página da AfD e os casos de ataques contra refugiados, colocou-se o número total de posts sobre refugiados contra o número de incidentes contra refugiados, encontrando-se que as semanas com mais posts anti-refugiados tendem a ter maior ocorrência dos eventos descritos.

Reforçando a confiabilidade da relação encontrada, os pesquisadores investigaram a influência da queda da internet nos números de incidentes. Se a interrupção do acesso à internet reduz a exposição às redes, espera-se que essa queda influencie na capacidade das redes sociais de propagar os ataques. As medidas indicaram que existem menos incidentes em lugares com alto uso de Facebook durante as quedas no acesso à internet do que em lugares com menos uso de Facebook sem quedas na internet. Ou seja, se não há acesso à internet, necessário ao acesso das redes sociais, há menos incidentes. As estimativas dos pesquisadores apontam que se o uso do Facebook fosse 50% menor, os ataques seriam reduzidos em 12%. A Figura 3 ilustra tal relação ao indicar que a associação entre discursos de ódio online e casos de ataques contra refugiados é mais pronunciada em municípios que registram o uso de Facebook acima da média.

Figura 3 – Exposição à discursos de ódio anti-refugiados e incidentes contra refugiados



Fonte: Müller e Schwarz (2018, p. 22).

É importante assinalar que as redes sociais trabalham por um mecanismo de propagação. Mais uso leva a maior exposição à discursos de ódio. A intensidade do uso é então um elemento relevante. Por outro lado, ao se observar a influência de eventos distratores, concluiu-se que, eventos capazes de fazer voltar para a si a atenção de um grande número de pessoas, podem distrair os usuários do tópico dos refugiados, provocando um efeito similar à queda do Facebook. Esse fato aponta para uma relação importante a ser considerada, o objeto que desperta os incidentes de violência são os refugiados. A violência assume uma forma específica, de ataque à refugiados, que encontra nas redes um meio de propagação das ideias que produzem esse tipo de ataque.

Os pesquisadores destacam o fato de que cidades com condições econômicas diferentes, mas com altos índices de uso do Facebook apresentam o mesmo fenômeno. O que vai ao encontro do colocado por Marcuse (1999) de que o que se põe em jogo é o estado de ameaça mantido por uma certa estrutura social capaz de articular a totalidade dos elementos que lhe constituem, “unificando”, de maneira capturada, interesses opostos de classes.

Assim, dado a correlação positiva e significativa entre os discursos de ódio *online* e a violência real, questiona-se não apenas que ligação há entre as dinâmicas que se passam na rede social em questão e os comportamentos e relações fora dela, mas o como essas relações *online* podem aumentar a ocorrência de situações reais.

O movimento de análise aqui realizado, por trazer como base um conjunto conceitual que considera a existência de um processo de continuidade entre as forças sociais que se delineiam nos diferentes tempos, permite investigar as dinâmicas presentes nas redes sociais inserindo-as na compreensão acerca das relações já observadas entre as mídias tradicionais, tais como o rádio e a televisão e os comportamentos individuais e suas funções sociais. Dessa maneira, pode-se fazer a leitura dos dados aqui colocados em análise a partir da lógica da indústria cultural, cujo papel na assimilação dos indivíduos à uma condição social “esclerosada” (ADORNO, 1986, p.93), observado no tensionamento entre a estrutura da plataforma e o seu uso, permite que se aponte respostas para o questionamento sobre a relação entre o uso do *Facebook* e aumento dos casos de violência contra grupos minoritários.

Considerando-se então, que o uso das redes sociais resulta em efeitos na vida real, efeitos esses medidos a partir da existência de crimes de ódio, a interpretação do fenômeno vai no sentido de entender que as redes sociais não são a causa dos ataques, mas agem como mecanismo para administração de sentimentos de ódio, cuja fonte é encontrada na organização social. Desse modo, não só por permitirem a disseminação de discursos de ódio, mas por

também motivarem ações concretas, compreende-se as redes sociais como um espaço de fortalecimento discursivo para realização de tendências materiais e padrões de relação, cumprindo um papel de enredamento psicológico e cognitivo do indivíduo à estrutura social.

Parte-se então para a elaboração teórica a ser desenvolvida de modo a delinear os fundamentos para a compreensão da tecnologia como um processo social, que é capaz de se engendrar à barbárie dado o modo como a racionalidade é capturada na realização de objetivos dominantes. Nesse entendimento, não faz sentido investigar a relação entre tecnologia e fenômenos sociais como sendo a primeira produtora de efeitos sobre os indivíduos, uma vez que esses próprios são parte dos processos tecnológicos, tanto os mantendo, quanto direcionando seu uso e aplicação. Assim, a tecnologia é compreendida como um modo de produção e deve, por isso, ser considerada como manifestação de padrões dominantes de pensamento, podendo assumir a função de instrumento de dominação e controle. Desse modo, as mudanças sociais que se observam junto às transformações tecnológicas não são efeitos, mas antes, seus fatores determinantes. Deve-se então observar quais são as características dos modos de produção e os dos indivíduos presentes junto às formas tecnológicas sob análise.

O pensamento esquecido da sua dialética

No caminho de análise adotado pelos autores aqui em questão, de buscar o rastro da racionalidade que se apresenta como dominação e aprisionamento, Adorno e Horkheimer (2006) encontram sua origem no pensamento que avança no sentido da superação do desconhecido de modo a permitir a ação humana sobre o mundo, invertendo a ordem de superioridade e domínio, de uma natureza que impõe seu funcionamento para a possibilidade de transformação dessa natureza a fim de atender às necessidades humanas. A conquista da natureza pelo trabalho e pela atividade da consciência, permite a criação e assimilação daquilo que passa a constituir o que é humano. Isso indica que a identidade do eu, em sua forma e conteúdo, é formada no confronto com a realidade e na transformação da superação de limites externos em ganhos para a consolidação dos limites da unidade do eu, que toma como conteúdo a experiência vivida. Desse modo, “o saber em que consiste sua identidade e que lhe possibilita sobreviver tira sua substância da experiência de tudo aquilo que é múltiplo” (p. 50), indicando que a consciência que orienta ação do indivíduo no mundo é constituída a partir do modo como se apreende a materialidade.

O avanço presente na história da constituição humana sobre a natureza se impõe também sobre o próprio pensamento que, como apontado pelos autores (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), na busca pelo desencantamento do mundo, opera a superação de formas anteriores de esclarecimento. Isso se dá na passagem do mito à metafísica, que traz a totalidade determinada pela ordem dos deuses para dentro do pensamento, reivindicando conter na sua própria estrutura o desdobramento capaz de abarcar o todo desconhecido. A metafísica por sua vez é denunciada em sua suficiência ilusória pelo pensamento científico moderno, que desde Bacon é acusado de atribuir autoridade ao universal, entregando o homem a uma submissão contrária ao estado de liberdade proporcionado pelo pensamento positivista, que coloca os objetos sob análise dos seus cálculos e instrumentos.

O que se aponta nessa retomada realizada pelos autores é o delinear de uma característica do esclarecimento que diz respeito ao fundamento do conhecimento, isso é, o conhecimento pretendido pelo esclarecimento só se realiza naquilo que se vincula à unidade, a partir daquilo que cabe em uma ordenação fixada, seja pela ligação de sentido, como no mito e na lógica metafísica, seja pela unidade proporcionada pelo procedimento, no positivismo. Dessa maneira, diferente de buscar uma progressão linear no desenvolvimento das formas de pensamento, os autores identificam a permanência de elementos primitivos e regressivos nas formas mais modernas do esclarecimento.

A partir disso, Adorno e Horkheimer (2006) apontam como se identifica o entrelaçamento entre o pensamento e a ordenação social. Uma vez que na sociedade burguesa o princípio ordenador é a equivalência, no qual tudo deve se deixar captar pela identificação ao mesmo, na totalização do valor de troca, se indica que, desde o início, o pensamento já é esquecimento de si, pelo esquecimento dos seus limites, uma vez que efetua a exclusão do que não se deixa captar pela identidade, negando a existência do não-idêntico. Os autores afirmam assim, haver uma tendência no pensamento de se afirmar frente aquilo que se opõe à unidade do eu, e dessa afirmação depende a sobrevivência do sujeito, que precisa mantê-la diante da multiplicidade dos objetos.

Tem-se então que, de modo contrário ao que é anunciado por seus defensores, a superação do mito pelo pensamento científico moderno aprofundou a imposição da indiferenciação sobre o objeto. Nesse sentido, o conhecimento se afasta do diverso quando se aproxima da linguagem e do método, e assim,

o esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. O em si se torna para ele. Nessa

metamorfose, a essência das coisas revela-se sempre a mesma (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 21).

Para que a dominação sobre o mundo seja possível, opera-se a redução das coisas a um denominador comum. O pensamento se unifica na técnica e nela se apoia, a partir de onde se torna capaz de unificar os objetos. Disso resulta que “sujeito e objeto tornam-se ambos nulos” e que, “a equação do espírito e do mundo acaba por se resolver, mas apenas com a mútua redução dos seus dois lados” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.34). O que se denuncia nesse modo de operar do pensamento, defendido como tônica do progresso, é que a lógica de dominação, de um pensamento que avança sobre os objetos para reduzi-los às formas de entendimento, termina por se voltar contra o próprio sujeito.

Como afirmado de início, do modo como se estabelece a relação entre o homem e o mundo externo depende, em um primeiro momento, a sobrevivência do homem, a partir do qual esse parte para alcançar uma posição que o invista como determinante das próprias condições de existência, inaugurando o domínio da cultura. O processo de formalização do pensamento surge, então, como resposta ao medo, no sentido de que “do medo o homem presume estar livre quando não há nada mais de desconhecido” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.26). A racionalidade se ordena como condição para que o homem alcance a satisfação dos seus impulsos de vida, na superação daquilo que impõe as condições às quais deve se adaptar a vida humana.

De maneira afirmativa, isso indica que o conhecimento diz não apenas do objeto ao qual se dirige, mas também do próprio sujeito, no qual se opera um pensamento cuja formalização é dialética, uma vez que separa os objetos em unidades determinadas a partir daquilo do qual se diferenciam, ou seja “cada coisa só é o que ela é tornando-se aquilo que ela não é” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p 26). A dialética se torna a expressão do próprio modo de operação do pensamento, que revela que toda imagem, enquanto produto do conhecimento do objeto no pensamento é uma escrita, uma impressão produzida pelos conteúdos elaborados pela mente humana, negando a ilusão de um conhecimento direto e inteiro. Os autores afirmam que essa racionalidade dialética

deve reconhecer no dado não suas relações espaço temporais, às quais se agarra, mas como uma superfície com aspectos mediatizados do conceito, que só se realizam no desdobramento do seu sentido social, histórico e humano (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 34).

Para tal, o pensamento deve sempre se voltar para o conhecimento de si mesmo, mantendo-se consciente como mediação que efetua desdobramentos de sentido, como um

pensamento que toma a si mesmo como objeto e torna-se capaz de assentar condições de segurança, porque é capaz de acusar o ilusório. Do contrário, se afasta da sua existência dialética ao se enrijecer no procedimento, que contém as leis e técnicas às quais se deve conformar o objeto, liberando-se da reflexão sobre si em detrimento da manutenção do ritmo de produção. Nessa lógica, “o pensar reifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.33), no triunfo da racionalidade técnica capaz de manter um ritmo incessante de produção.

Mas como afirmado pelos autores, ainda que enquanto determinação histórica seja a dialética que caracteriza o pensamento e permite ao homem a ação no mundo, esse não opera dialeticamente. Assim, no mote de um pensamento esquecido da sua dialética, o processo de inversão da ordem de dominação, que passa a ser exercida não mais pela natureza, mas pelo homem de posse do esclarecimento, se desdobra em uma nova heteronomia, por parte de um pensamento que deixa de voltar a si mesmo e interrogar o seu sentido, para se alienar no seu momento externo, no método, assumindo o lugar antes ocupado pelo ritual mítico, em uma tautologia que aprisiona o esclarecimento na mitologia “da qual jamais soube escapar” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.34). Esse aprisionamento representa o abandono das promessas contidas no processo de desenvolvimento da cultura, uma vez que fecha o funcionamento social na manutenção da sua lógica contrária ao movimento de diferenciação, em um esquema que serve a manutenção de si mesmo.

O processo de reificação, que apaga a forma humana naquilo que se constituiu como humano, se dá pelo apagamento desse processo de constituição, se ausentando à consciência que determina a ação, em um esquecimento da constituição à qual se refere o objeto, e como tal, a subjetividade. O objeto é então privado do seu conteúdo, o único capaz de lhe permitir a sua autonomia, ficando assim disponível para outros fins. O processo de esquecimento em curso na progressão da barbárie, sob a ótica da dialética do esclarecimento, implica uma deformação enquanto regressão, negando a potencialidade de emancipação adquirida.

O pensamento coisificado, transformado na coisa técnica, suprime o sujeito no aprimoramento da automação dos modos de produção, que seguindo o seu funcionamento pré-programado se fecha à dimensão da diferenciação, unicamente na qual pode existir o indivíduo. A automatização da técnica, como modo de manutenção das condições de sobrevivência do homem, exige que ele se entregue à sua lógica, e por isso, “a impotência dos trabalhadores não

é mero pretexto dos dominantes, mas a consequência lógica da sociedade industrial” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 42).

A ideia de que o progresso produz paradoxalmente a regressão, indica que não há uma unidade própria ao tempo. Presente, passado e futuro se separam, obedecem a conformações diferentes e tomam caminhos diversos. Essa ausência de unidade, mais do que permitir a abertura histórica necessária à experiência do sujeito, na predominância de tendências que se apropriam dos elementos presentes na cultura e se atualizam na ordenação das condições necessárias à sua manutenção, termina por agir como um aprisionamento das possibilidades de existência à uma ordem hegemônica que se impõe como dominação. A resposta a essa condição segue a resposta dada pelos autores à dialética do esclarecimento, sendo a necessidade do resgate do momento de autorreflexão do pensamento, capaz de fixar uma unidade de desdobramento entre os tempos e estabelecendo aquilo que deve ser mantido, aquilo que cabe ainda ser desenvolvido e aquilo que deve ser superado.

Dado que a condição histórica se impõe à existência humana, localizada no domínio da cultura, a manutenção da barbárie se deve ao fato de que “a lembrança viva dos tempos pretéritos [...] fora extirpada da consciência dos homens” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 37), impedindo que se tenha um conteúdo ao qual opor a barbárie presente, capaz de denunciar a sua falsidade com relação ao outro que poderia ser elevado no desdobramento da cultura. Esse é por sua vez, o mecanismo da ideologia, que permite que as relações sociais sejam inculcadas pela normatização que lhes conforma a existência. Essa conformação se coloca à serviço da submissão das esferas de existência do indivíduo ao domínio do desenvolvimento econômico como motor da barbárie, ou seja, a barbárie se manifesta na submissão de todos os interesses ao progresso material, reduzido ao aspecto econômico.

O modelo liberal de sociedade dissocia a possibilidade do indivíduo sustentado por si mesmo da sua base material, para que este realize sua tarefa econômica sem entrar em contato com suas verdadeiras necessidades. A burguesia se desvia do caminho da universalização do indivíduo emancipado para monopolizar a formação a partir dos seus interesses enquanto classe em ascensão, e uma vez ordenados por interesses particulares, o trabalho humano e seus produtos se coisificam ao serem desprovidos de conteúdo próprio. O caráter de mercadoria ao igualar todos os objetos enquanto valor de troca, os esvazia de suas qualidades e impõe a sua lógica para ordenar as relações sociais.

Desprovidos de conteúdo e fim humano, a cultura se converte por sua vez em semicultura, e ao ser apropriada pela subjetividade, constitui a formação danificada,

preenchendo a vida interna com os conteúdos próprios à manutenção de uma sociedade cindida e desigual. Essa exige de todos os seus participantes um agir que objetiva aquilo que apenas corresponde ao interesse de uma parte. Mas, sendo a formação verdadeira aquela que acontece no interior de uma sociedade que não mais ameaça a sobrevivência daqueles que nela se encontram, quando interesses particulares apenas se realizam pela exclusão do outro da posse dessa mesma realização, a ameaça, frente a qual se responde com o sacrifício, torna-se condição para expropriados e expropriadores, impondo a semiformação como determinante no processo de constituição dos seres humanos.

É então a persistência da autoconservação que mantém impotente a dialética do esclarecimento, paralisada pelo princípio da identidade na não superação das condições de ameaça à sobrevivência individual. Do contrário, a superação da autoconservação se dá na passagem à autodeterminação, na capacidade do indivíduo se diferenciar de si mesmo na objetivação das condições necessárias ao seu movimento de constituição, o que implica que esse movimento não seja mais ordenado pela ameaça, mas sustentado pelo assentamento das condições materiais adquiridas no progresso da humanidade, cuja medida é a emancipação permitida pela qualidade das relações sociais, voltadas para a produção de subjetividades diferenciadas.

Uma importante contribuição dos autores é indicar, então, a racionalidade como atuante nos processos sociais produtores das situações de violência nas quais se inserem os indivíduos, chegando por fim a apontar que o pensamento se afasta de ser instrumento de dominação quando reconhece seus procedimentos e se mantém consciente de seus conteúdos. O conceito, que firma a distância com relação a natureza, pode medir também a distância com relação ao seu fim, reconhecendo o seu limite e a sua ainda restante submissão à natureza. A isso se acrescenta que considerar a verdade como tendo um núcleo histórico indica que é função do pensamento manter o horizonte dessa verdade, sem deixar de considerar a si mesmo como órgão de dominação, cuja forma é tal não por determinação última, mas por ainda não ter sido superada, mantendo-se idealisticamente como necessária, na incapacidade do pensamento de refletir a si mesmo.

Os elementos constituintes da forma histórica da racionalidade aqui levantados, expressados na sua deformação, podem ser reunidos sob o entendimento de um esquecimento em curso, de um esclarecimento que aprofunda o seu momento regressivo e se expressa como dominação, mantendo-se a ela apoiado como por função de uma necessidade, porque esquece de si mesmo, deixando de ter acesso àquilo que lhe é constitutivo. A memória por sua vez, é a

categoria que permite que o sujeito se conheça como objeto a ser refletido, por manter o registro da sua história, instância na qual adquire a forma de sujeito. E uma vez que, “com o abandono do pensamento – que, em sua figura coisificada como matemática, máquina, organização, se vinga dos homens dele esquecidos - o esclarecimento abdicou de sua própria realização” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.45), o não-esquecimento então, se aponta como antídoto dos falsos absolutos, que tem a dominação como seu principal representante, elemento que, como será discutido, vai se apresentar nas formas sociais da tecnologia, criticadas dado à proximidade com a manutenção da barbárie.

Os fundamentos da ordem que não pode viver sem a desfiguração dos homens

Colocar a autoconservação e a dominação como articuladores do entendimento acerca do modo como se organizam as relações sociais, tem a ver com o pensar a relação entre sujeito e objeto e dentro da perspectiva aqui adotada, considerar que essas relações reforçam uma ideia de sujeito que determina a experiência do indivíduo no mundo. Ou seja, os fenômenos sociais têm um momento de esclarecimento no questionamento acerca do sujeito que os produz como agente.

Adorno [1967]/(2009) ao dizer que o indivíduo é o lugar da filosofia, afirma que a formalização do pensamento e a sua reflexão são corporificadas, se localizam no lugar mesmo onde está o indivíduo, o que é o mesmo que dizer que esse indivíduo deve ser a medida da filosofia, é à sua vida que a reflexão filosófica interessa. Mas essa constatação aponta pra uma contradição: como lugar de articulação, esse indivíduo concretamente é subjugado, esta sujeitado à condições de violências impostas pela própria organização humana, o que significa dizer que o indivíduo, ainda que participante de um mesmo todo social, é subjugado por uma certa forma de sujeito que não é capaz de sustentar pra esse todo uma existência que reflita essa condição de sujeito. Existe uma divisão entre esse sujeito que é ativo na articulação da sua relação com o mundo e o indivíduo que fica subjugado à organização desse mundo, de modo que se observam fenômenos perpetrados pelos indivíduos que atentam contra sua própria vida, contra sua liberdade e segurança.

Esse fenômeno remonta à realidade do sujeito sem subjetividade, referida por Crochik (2011), como sendo uma realidade “na qual o indivíduo não pode ser sujeito, por mais que a responsabilidade de seus atos recaia sobre si, a percepção, o pensamento e sensibilidade são restringidos” (p. 15). Nesse sentido, as ações individuais não são capazes de afirmar um

conteúdo que lhe seja próprio, sendo a sua individualidade substituída pela necessidade de adaptação à mudança contínua que não serve a realização do indivíduo que a executa.

Justamente por constatar essa contradição, na sua reflexão acerca do modo de se situar o entendimento da barbárie, Adorno [1969]/ (1995) se volta pro sujeito, indicando que o seu conceito é um conceito equívoco, se refere tanto ao indivíduo particular, na sua subjetividade, quanto à um conjunto de condições gerais. Essa duplicidade não pode ser resolvida pelo pensamento, na busca de um conceito preciso e único, e dessa maneira, geral e particular necessariamente coexistem, dado que “não é possível excluir mentalmente o momento da individualidade humana” (p. 191) e que o indivíduo no momento em que reflete sobre si mesmo, o faz para além da sua condição particular, se inserindo no campo do genérico por buscar as determinações que lhe constituem.

Tomar como fundamento o pensamento dos autores aqui propostos permite que se ilumine o entendimento acerca da violência que se observa na sociedade remontando a esse modo de proceder da relação do homem com o mundo, mediada por uma certa configuração do pensamento que incide sobre a organização subjetiva e sobre as relações entre essas subjetividades.

A crítica do sujeito aqui produzida por Adorno é assim, crítica de condições sociais concretas, que tem como referencial a contradição entre a base sobre a qual se sustentam as relações sociais, e as potencialidades nela condidas quando se tem como referência essa concepção de sujeito aqui colocada, e o modo como nelas o indivíduo está inserido. E mais do que isso, dizer que os fenômenos sociais nos quais se insere o sofrimento humano, possuem uma estrutura compreensível e que se relaciona a tendências do próprio modo de operar o pensamento, se vincula a identificação de um processo mais amplo de formação.

Na teoria do conhecimento, o sujeito é entendido como sujeito transcendental, uma abstração do indivíduo vivo - e para além da abstração necessária à análise aqui proposta é preciso pontuar que esse sujeito é o homem branco ocidental - que entre enfoques idealistas e materialistas, coloca que o sujeito empírico, o primeiro para a consciência, não é o primeiro em si (ADORNO, 1995, p.185), há uma ordem de determinação que lhe é anterior.

Adorno (1995) aqui chama atenção para o fato de que essa ordem fornece a base para que haja um espaço em que se articulem tendências que paralisam as potencialidades de realização da liberdade humana. A abstração produzida sobre o indivíduo concreto se realiza não a partir da consideração acerca da abertura à autodeterminação a qual esse indivíduo está

sujeito, mas a partir de um recorte de um certo tipo de indivíduo que exclui a ordem do múltiplo e se impõe como absoluto, centralizando os processos sociais em torno da sua realização.

Isso se dá junto a uma operação do pensamento, que produz a fixação dessa abstração, na exclusão da existência de uma ordem concreta como determinante, anterior ao sujeito abstrato, e que serve à dominação do indivíduo concreto. Essa dominação atinge tanto esse indivíduo que ficou inscrito no conceito de sujeito - o homem branco burguês - que se fecha ao movimento do existente, quanto mais aqueles que estão excluídos daquela inscrição, completamente subordinados a ela.

Por ser concreto, o sujeito transcendental é determinante para a conduta dos indivíduos e da sociedade. Ele se sobrepõe ao indivíduo vivente e exclui a possibilidade de realização do seu ser enquanto particular, por força de uma determinação que lhe é alheia. Nesse sentido, Adorno (1995) coloca que “o homem singular vivente, é enquanto encarnação do *homo economicus*, antes o sujeito transcendental do que o sujeito vivente, pelo qual, contudo, deve se fazer passar imediatamente” (p. 186), denunciando a cisão existente entre a vida concreta do indivíduo, de onde parte as suas potencialidades de existência e as imposições de uma ordem social que também se apresentam concretamente ao desviar aquelas potencialidades e as impor uma outra configuração.

Dado que as relações sociais concretas se mantêm por relações de produção que tem como fim, não a satisfação de necessidades, mas a manutenção da extração de mais-valia, tem-se que, como “a estrutura dominante da sociedade reside na forma da troca, então a racionalidade desta constitui os homens” (ADORNO, 1995, p. 186). E em uma ideologia liberal que anuncia o indivíduo, a miséria se impõe e passa a ser produzida por ele próprio.

O indivíduo se deforma por um mecanismo que transforma uma certa organização da produção em princípio transcendental, e que tem a filosofia como cúmplice. Apesar de imediatamente a filosofia enquanto disciplina ter se enredado em uma construção que retira a sua importância em servir como referência para a sociedade, ela se mantém atuante no seu papel de síntese de determinações. Houve um processo de fragmentação da filosofia que apaga o seu papel imediato, mas que não o torna supérfluo. Sua função de articulação se espalha, se fragmenta, assumindo a forma de opinião e ficando disponível para uso de cada indivíduo. A questão é que a forma da opinião por si, não resulta de um processo de reflexão por parte do indivíduo e, como sendo assimilada graças a mediação principalmente dos textos e imagens que circulam pela vida social, ela se refere a uma articulação prévia, que se impõe. A função de articulação, referida tanto a discursos socialmente impostos quanto ao modo de proceder do

pensamento, é facilmente mobilizada tendo como fim a manutenção da dominação, em um esquema que dota a ordenação social de coerência.

Nesse sentido, Adorno (1995) afirma que o pensamento, que define os limites daquilo que se apreende como o que passa a ser conhecido, se dá no capturar. Segundo o autor, definir é capturar construindo uma definição conceitual do objeto, sobre a coisa concreta, que por sua vez é capturável com maior segurança se recortada. A definição é um esforço de agrupamento conceitual que se constitui de sedimentos históricos, necessariamente se prolongando pra além da definição. Essa, portanto, não pode se pretender ser absoluta, do contrário, deve considerar que a objetividade depende do sujeito produtor do conhecimento, e por isso o seu núcleo é histórico. Sujeito e objeto encontram-se mediados reciprocamente. Não considerar essa mútua mediação, onde um não se pensa sem o outro, resulta em paralisia da ação emancipatória do pensamento.

Na pretensão de independência, de se afirmar como agente do conhecimento, o objeto é subordinado ao sujeito, tornando-se a ele identificado. O objeto não é apreendido nas suas múltiplas determinações, não é identificado ao seu caráter sedimentário. Ou seja, “o sujeito devora o objeto ao esquecer que ele mesmo é objeto” (ADORNO, 1995, p. 183) e na redução do objeto à identificação como o sujeito se dá uma regressão, um abandono de tudo aquilo que o sujeito pode ser enquanto aquele que conhece e pode agir sobre o seu mundo, se inserindo nas relações nele presentes.

Ainda que falsa, é invocando essa separação, que subordina o objeto ao sujeito, que se estrutura a organização social, pautada pela necessidade de produção de idênticos, dado a necessidade de manutenção do status quo. A história de progressão da humanidade é tendencialmente e paradoxalmente uma história de conservação, de imposição de uma tendência que se firma como absoluta e que opera pela produção do apagamento de tendências outras que capazes de denunciar a falsidade dessa lógica da identidade. Nisso se dá a cisão da condição humana, subordinada à sua própria atividade, que paralisa o que ela guarda de potencial.

Por outro lado, quando se diz de objeto, segundo Adorno (1995), faz-se referência a dois momentos. Um momento é do objeto como síntese de determinações, enquanto produto da reflexão, que se pode dizer como sendo o momento da identidade; outro momento é o do objeto como não-idêntico, enquanto o tanto não apreensível e que indica a existência de uma exterioridade, que é espaço para a experiência e para o devir, sendo o momento da diferença. Esses dois momentos, da identidade e da diferença, se articulam, o pensamento é mobilizado

pelo não-idêntico, que se impõe à subjetividade, e conhece a partir da doação de sentido, por parte de uma subjetividade que já é também objetiva e síntese de determinações e não-idêntico.

A verdade do pensar está no ir além, na descoberta, na transformação do desconhecido em conhecido, sua independência, permitida pela não-identidade com a coisa pensada, garante a sua liberdade. Mas, ao mesmo tempo em que é o tanto de independência do pensamento em relação a coisa que permite o seu avanço, é essa independência que permite ao pensamento funcionar paralisado na coisificação pelo método, paralisado na reprodução.

É por esse motivo que Adorno (1995) diz que a primazia, então, deve ser do objeto. Ele deve ser tomado como horizonte do conhecimento, que marca a verdade do conhecido. O pensamento deve se acomodar ao objeto até mesmo quando ainda não o possui, é da objetividade que se ocupa sempre o pensamento. O pensamento não se esgota no seu processo cognitivo, nem na lógica, mas compreende a própria objetividade, naquilo em que é trazida pelo sujeito, no sentido de que a verdade é um devir, não uma conclusão.

O pensamento se renova a partir da coisa, essa passa a constituir-lo na sua objetividade doadora de sentido. O pensamento filosófico se movimenta a partir daquilo que ele não é. E se encontra entre a espontaneidade e o problema traçado, passividade e atividade, estímulo e sujeito, da qual resulta o objeto. A compreensão do objeto já é compreensão da ação humana no mundo. Ou seja, o pensar deve se atentar para o não-idêntico, para o diverso. Isso porque o desconhecido que representa a existência do objeto, a existência do não-idêntico, é ao mesmo tempo a possibilidade de realização do sujeito, enquanto aquele que se faz na história, produzindo o que se estabelece como potencialidade e referência pra realização.

Ao mesmo tempo, esse desconhecido, esse outro, se torna espaço para imposição de uma existência única, que para se sobrepor à influência do não-idêntico, deve reafirmar a si mesma constantemente, pela exclusão do diverso. Esse movimento coincide com o modo como se organizam as forças produtivas da sociedade, que impõe a sua lógica econômica de dominação às relações humanas, tornando outras formas de existência impraticáveis. Predomina o esquecimento do caráter de objeto presente no sujeito, enquanto abandono do exercício de considerar esse sujeito como um ser histórico constituído de determinações que assumem certo caráter situado, mas não absoluto. Essa é a base do que conforma o exercício da racionalidade, excluindo a possibilidade do diverso.

A independência entre sujeito e objeto se torna ação da consciência coisificada, no fim incapaz de conhecer. A primazia do objeto é substituída pela imposição de uma neutralidade, que representa o apagamento do substrato político no qual se dá a história, cujo modelo é a

primazia das relações de troca, operando por sua vez pelo esvaziamento de diferenças e conteúdos e igualando indivíduos a mercadorias, submetidos à necessidade de circulação do capital.

O esquema que se aponta é o seguinte: o pensamento se apoia nas relações de produção, ao mesmo tempo em que organiza essas relações, e por seu lugar, também a vida interna do indivíduo. Assim, o indivíduo se insere no modo de produção já contendo a organização necessária a ação esperada.

Ainda que a consciência seja a instância de mediação entre o conhecimento e o mundo à qual se identifica ao que é o sujeito, é a primazia do objeto, e do resgate do sujeito como objeto, a condição para um conhecimento emancipador, onde o sujeito parte de um lugar de reconhecimento do que lhe é objetivo em direção ao não-idêntico, lugar da realização de si. “A primazia do objeto [...] é o corretivo da redução subjetiva” (ADORNO, 1995, p.188), e não implica a denegação da participação do sujeito, mas aponta o referencial do conhecimento, sendo capaz de corrigir o falso sujeito transcendental resultante da afirmação de interesses particulares como universais, que por sua vez fortalecem a tendência à dominação, uma vez que essa é a condição para a manutenção da falsidade como condição verdadeira.

Desse modo, o que se tem até aqui é que a concepção materialista considera que o objeto é mediatizado pelo sujeito, é composto por aquilo que o sujeito dele “diz”, mas que não se reduz a ele. Ao mesmo tempo em que a mediação subjetiva já é a própria objetividade do sujeito, que volta a compor o objeto, o essencial do conhecer está na consideração acerca do não-idêntico, que impõe à consciência o movimento de se apropriar de um mundo externo para realizar sua própria existência. Nisso se considera que o objeto não é um a priori, uma vez que sua formulação enquanto objeto já é um produto social, no qual se localizam as determinações objetivadas no tempo. Por isso, “é a tomada de consciência do social que proporciona ao objeto a objetividade.” (ADORNO, 1995, p.189). A primazia do objeto não exclui a reflexão sobre o sujeito.

E assim, diferente de ser um “resíduo desprovido de sujeito” (ADORNO, 1995, p. 193), o objeto é encontrado onde se encontra o sujeito e, portanto, na identificação de mediações históricas. O sujeito não dá forma ao conhecimento, mas promove a experiência com o objeto, na qual o conhecimento se torna possível.

Não há a coisa em si, não há propriamente um objeto que seja abstratamente contraposto ao sujeito, o conhecimento é possível no limiar entre a identidade e o não-idêntico. Só se conhece aquilo que se reconhece não apreendido inteiramente, por isso, a reflexão sobre o

objeto implica a autorreflexão do sujeito. É a função cognoscente que permite a unidade do sujeito bem como a determinação da sua não-identidade/diferença. Por sua vez, o conhecimento também é mediado, é da ordem do formado, possuindo um prolongamento material, e histórico.

É a partir dessas formulações que se diz que a defesa de uma consciência individualizada criadora reproduz e justifica o cativeiro do indivíduo, porque se afasta da consideração sobre a sociedade. É desse lugar da identidade, no qual o indivíduo se identifica a si mesmo, e o objeto é identificado ao sujeito, que reflete e prepara o aprisionamento do indivíduo a um sujeito atuante e elegido como transcendental, mas ausente, que por sua vez é “a forma característica contemporânea da consciência coisificada” (ADORNO, 1995, p.192). A coisificação a que foram submetidos os objetos pelo sujeito soberano aprisionado, guarda sob a aparência daquilo que está paralisado a ideia de uma vida correta a ser realizada, e justifica reações extremadas a existências que se contraponham a essa ideia.

Cabe dizer ainda que o desenvolvimento da ideia do pensamento como devendo ser voltado para o objeto, resgata a proximidade essencial entre pensamento e práxis, recolocando a validade do trabalho teórico como capaz de se implicar na transformação do mundo. O argumento que acusa a insuficiência do trabalho teórico é proveniente de uma teoria alinhada à realidade que separa pensamento da execução, cuja falsidade está no fato de que não existe execução sem uma formalização anterior que lhe sustente, toda execução tem como base uma teoria. A ideologia que separa pensamento de ação é na verdade apagamento do espaço da crítica, propagando como válido apenas o pensamento que se alinha a manutenção de uma determinada execução.

A compreensão do caráter relacional do conhecimento entre sujeito e objeto permite identificar o sujeito como lócus da reflexão e da resistência, dentro também do resgate do lugar do pensamento na sua relação com a práxis. Devido à compreensão materialista da mediação, referida às relações concretas que constituem o objeto na realidade, é permitido dizer que “a reflexão do sujeito sobre seu próprio formalismo é reflexão sobre a sociedade” (ADORNO, 1995, p. 199). E nesse sentido, a discussão acerca do modo como o sujeito se relaciona com o objeto é discussão sobre experiência e, portanto, sobre formação, dentro da qual se identifica o substrato da barbárie, e que se vincula à elaborações a serem posteriormente desenvolvidas nesses trabalho.

Ao falar sobre pensamento, se fala sobre o sujeito ser agente do conhecimento, e sobre as qualidades do objeto de conhecimento. Ao falar sobre o sujeito cognoscente, se fala sobre o sujeito, que é em última instância social. Se chega à crítica social pela reflexão sobre o

indivíduo, por esse ser parte constitutiva e objeto de crítica na sua redução à uma existência dissociada do todo social. Se é o indivíduo que é dado à imediaticidade, à aparência, é dele que deve partir a crítica, tendo como referência que a redução do todo social à individualização é sobretudo uma estrutura de regressão, dado que, como indica Adorno, “os homens [...] não podem conservar sua existência senão por meio de um trabalho social rudimentar, isto é, associados” (ADORNO, 1995, p. 200).

As reflexões aqui colocadas têm como objetivo apontar que o melhor modo de proceder a reflexão crítica é se referir ao sujeito e ao objeto como multívocos, preservando a possibilidade do diverso nele contido, pelo resgate do modo como se produz a sua unificação em sujeito e objeto. O que aponta para o fato de que como modo de se entender e corrigir a ação social violenta se tem a consideração acerca da natureza do conhecimento, que se dá na base da dominação e exclusão do diverso. Esse é o passo anterior pra se entender a racionalidade como tecnologia (MARCUSE, 1979), e a ação racionalmente orientada, pelo uso dessa tecnologia que se objetiva, na efetivação da violência. Ou seja, se tem a violência como resultado porque se tem essa base de estruturação do pensamento.

A reconciliação entre sujeito e objeto, no necessário entendimento para o homem da existência das coisas, se dá na “comunicação do diferenciado” (Adorno, 1995, p.184), na comunicação entre o que é conhecido pelo sujeito, a partir do qual se estabelece a sua identidade, e aquilo que não é o sujeito, a coisa. Pela diferenciação sem dominação, se mantém a ordem do não-capturável naquilo que se captura. Assim, entende-se que a consideração dos fundamentos racionais de tal ordem, identificando o que caracteriza a sua deformação, permite que a crítica escape à imposição de ter que se restringir ao aperfeiçoamento do existente e possa avançar ao menos no reconhecimento das contradições.

A tecnologia como meio da dominação

Como vem sendo colocado, a retomada histórica do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais a elas vinculadas indica que a sociedade se mantém sob a forma não da defesa da liberdade humana, mas da dominação e da violência na realização de interesses privados. Essa história é a história do entrelaçamento entre esclarecimento e dominação, entre o esforço de superação do que ameaça a vida, para a afirmação de liberdade, e o aprisionamento do objeto, e nisso, do sujeito, na imobilidade do pensamento que se mantém por sua forma incapaz de um conhecimento verdadeiro.

Conforme indicam Adorno e Horkheimer (2006), impera a imposição do perder-se para se conservar, em um processo no qual o indivíduo se afasta do seu ideal de autorrealização, enquanto ordenação das condições necessárias ao ganho da forma humana autônoma, mantendo-se como sobrevivente frente à imposição de uma ordem excludente. Na existência de uma realidade externa que nega as condições para a aparição e manutenção do sujeito, apenas realizado pela diferenciação, o indivíduo é levado a ceder ao todo uniforme. Assim é o todo ordenado pelo princípio econômico, que só permite a existência daquilo que age em consonância com a progressão do valor. A racionalidade passa a servir ao cálculo da subordinação aos sacrifícios exigidos pela sociedade.

Os autores reforçam a noção de que o deparar-se com a hostilidade do mundo externo, que mais ameaça a constituição do indivíduo do que o confronto com a possibilidade de diferenciação, confere ao processo de constituição da forma humana o tom da astúcia, uma vez que “o sobrevivente sábio é ao mesmo tempo aquele que se expõe mais audaciosamente a ameaça da morte, na qual se torna duro e forte para a vida (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 50). O sacrifício se impõe como norma porque a totalidade social se orienta por fins contrários aos necessários para a existência do indivíduo que, por isso, precisa se anular para que a coletividade se mantenha. Se em um certo momento a astúcia foi necessária para que o homem adquirisse condições para a sua liberdade, a sua manutenção, em uma realidade que conta com as forças materiais e espirituais capazes de permitir uma existência não ameaçada, confere à lógica que ordena o mundo o contorno de irracionalidade. Em uma realidade cindida, interesses particulares se anunciam como universais e, por sustentarem o sistema racional, instauram a racionalidade como representante da hegemonia, trazendo em si sua inverdade.

Esse é o quadro que Marcuse (MARCUSE, 1979) nomeia de sociedade de mobilização total, onde se indiferencia o que pode ser identificado como oposição e o que serve à manutenção do mesmo. Isso causa um efeito de estabilização dos conflitos, unificados e “pacificados” pela naturalização da ameaça em nome da defesa da manutenção dos níveis crescentes de lucro, a qual serve a produção, e a qual se subordina a reprodução social. Entretanto, enquanto a nível institucional há uma unificação das forças, por conta do enfraquecimento da possibilidade de oposição, na sociedade, justamente por essa não servir à realização daqueles que a constituem, sendo no lugar dominada pelo princípio da individualidade que tem como base a lógica da mercadoria, se impõe o conflito constante, na luta de todos contra todos. A naturalização que paralisa as possibilidades de mudança social, subverte a noção de pacificação e transforma o conflito em um invariável.

Disso resulta que a intensificação da cadeia de produtividade depende da intensificação da repressão, na qual se “recusam” faculdades e possibilidades pela imposição de uma lógica única. Apartada do sentido de promover a autonomia, a automatização se coloca como o fomento da sociedade industrial desenvolvida, na transformação da força de trabalho que se separa do indivíduo, tornado objeto produtor (MARCUSE, 1979).

Assim, o que se tem colocado até aqui é a ideia de que o que liga a história humana é a lógica da dominação, expandida em um *continuum* histórico que se estende desde a era pré-tecnológica e acompanha o desenvolvimento tecnológico. Esse, que deveria ter seu sentido ligado à distribuição dos benéficos alcançados pela cultura de modo a amenizar a luta pela sobrevivência, não é capaz de cumprir tal direcionamento. Do contrário, o desenvolvimento tecnológico é denunciado pelo fato de ter a sua lógica estendida aos domínios fora da produção, alcançando o que diz respeito à reprodução social. Esse entendimento permite dizer da existência de um sistema totalitário de imposição da dominação na relação entre sujeito e objeto, cujo funcionamento é a base da racionalidade tecnológica.

O que Marcuse (1979) chama de sociedade industrial avançada não se refere tanto à presença de qualidade tecnológica, mas à totalização de uma lógica produtora de objetos reduzidos à condição de mercadoria, criando uma estrutura social que se fortalece e atualiza pelo apagamento da capacidade de desdobramento efetivo de forças sociais alternativas, noção que acompanha o conceito de industrial cultural, a ser retomado mais adiante, e que concentra a discussão acerca do quadro atual da dialética do esclarecimento e do desenvolvimento tecnológico corrente.

Como vem sendo desenvolvido, existe uma tendência que estrutura o desenvolvimento das forças sociais produtoras e reprodutoras da realidade humana. Uma vez que “a racionalidade e a manipulação técnico científica estão fundidas em novas formas de controle social” (MARCUSE, 1979, p. 144), não pode haver uma neutralidade na tecnologia produzida.

A ideia materializada nos produtos humanos segue uma determinada direção que assume o caráter de inerência. A ciência, ao colocar os procedimentos e conceitos capazes de capturar e ordenar os elementos da natureza, estabelece os critérios para dominação dos homens. O progresso buscado necessita dessa extrapolação para o mundo social, fazendo com que a sociedade em um todo aja em conformidade com o princípio da dominação progressiva, de forma a haver o melhor alcance da extração de mais-valia.

Remontando as origens dessa racionalidade, encontra-se o projeto de quantificação da natureza, no qual está inserido o pensamento científico que clama a objetividade como

ausentada de finalidade, liberta da ideia de todo, de causas finais, e como já colocada, afastada do real caráter de objeto. Mas como indica Marcuse (1979), surge um paradoxo, no qual o mundo objetivo, quantificado, se torna cada vez mais depende do sujeito, pelo predomínio da abstração dos processos constituintes, da lógica. As qualidades do mundo devem ser reduzidas à apreensão pelo método, tornado a medida, e dispensando a referência à coisas físicas; vide os avanços da ciência computacional, que buscam prescindir de qualidades concretas, apoiando-se cada vez mais na virtualidade, projetada a partir de programações computacionais e de códigos matemáticos, mas que entretanto, como um produto social, não deixam de possuir um prolongamento material, não-virtual, e apoiado em dinâmicas sociais.

Nesse sentido, o julgamento sobre a realidade, sobre o objeto como oposição ao sujeito, é suspenso e a referência passa a ser o limite dado pelo instrumento, mas diferente da neutralidade pretendida, o que se tem é a imposição de um princípio unitário que toma a centralidade da produção científica e das relações sociais. A neutralidade então atribuída a apreensão da objetividade pelo método, ideia que fundamenta o pensamento moderno e se transmuta no pensamento contemporâneo, é resultado da operação de um sujeito histórico específico. Considerando que, na busca por maior autonomia de procedimento, o objeto perde seu caráter determinante, o procedimento que conforma o objeto é dependente do sujeito, sujeito esse que corresponde a uma consciência predominante, e dominante, a qual serve a neutralidade. Dessa maneira, Marcuse afirma que “o a priori tecnológico é um a priori político” (MARCUSE, 1979, p. 150), porque é resultado de operações humanas, situadas em um conjunto de relações que impõe suas necessidades. A técnica, e nisso a prática, não se separam da concepção que as forjaram.

A progressão da racionalidade, que aparentemente liberta a realidade do reino dos fins por meio da automatização do procedimento, capaz de atuar na superação dos obstáculos internos e externos, não se torna independente do sujeito, pelo contrário, a lógica da dominação ata ainda mais o procedimento, o instrumento, ao seu operador, portanto, o próprio sujeito deve ser também objeto desse procedimento, e assim, o controle se aplica também a ele, atuando sobre a conformação da consciência, que se sujeita a mesma opacidade a qual é submetido o objeto. O sujeito se assujeita no aprofundamento da dependência à racionalidade sob a qual é ordenado o mundo.

Desse modo, afirma-se existir uma ordem a qual está colocada a violência. Uma ordem que é constituída pela unificação dos princípios que regem o trabalho, a educação e as relações sociais cotidianas, permitida pelo aprimoramento racional sustentado na manutenção do

princípio de autoconservação, da luta pela sobrevivência. Faz-se assim esclarecedor o fato de que “a racionalidade científica favorece uma organização social específica precisamente porque projeta mera forma (ou mera matéria – aqui os termos de outro modo opostos convergem) que pode atender praticamente a todos os fins” (Marcuse, 1979, p. 152), fins que concorrem para a realização dos fins do capital. Como Marcuse se esforça por demonstrar, existe um caráter “instrumentalista interno dessa racionalidade científica em virtude da qual ela é tecnologia apriorística” (p. 153), ou seja, a racionalidade mesma é uma operação, contém um fim. E esse fim é a dominação, já presente no modo como se fundamentou o pensamento e a relação entre sujeito e objeto, colocado por Adorno (1995). A tecnologia se aponta então como forma de controle e dominação social.

Isso indica que não há um conhecimento neutro a priori que se insere num contexto político e adquire determinado uso a serviço da libertação ou da barbárie. Retomando o dito por Marcuse, o “a priori tecnológico é um a priori político” (MARCUSE, 1979, p.150), a racionalidade mesma é uma tecnologia, já possui um uso embutido, um sentido no qual deve ser utilizada.

É dentro desse contexto que se dá a noção de que as tentativas de libertação humana não encontram meios de se manter e se realizar porque carregam consigo o signo da dominação no qual está baseada a racionalidade, e nisso, frequentemente se volta ao lugar de dominação de onde se saiu. No seu lugar aparecem semisaídas³ que retornam à meta de produção de mais-valia, por não romperem com a imposição da necessidade de manter a progressão do capital, produzindo uma sociedade, não apenas politicamente, mas “racionalmente totalitária” (MARCUSE, 1979, p. 154).

O autor chama atenção para a existência de um projeto social anterior a aplicação das tecnologias, conformando já seus próprios conceitos. Isso se mostra verdadeiro quando se observa que o desenvolvimento tecnológico, converge para a produção de violência, como no caso a ser aqui investigado. Essa violência, enquanto barbárie, cumpre uma função social, legitimando, do lado individual e coletivo, a dominação e fazendo com que o cerceamento de liberdades ocorra de maneira logicamente ordenada.

O “instrumentalismo interno da racionalidade científica” (MARCUSE, 1979, p. 155), por ser antecipado por um projeto social, diz de uma interrelação, uma dupla determinação entre teoria e prática. A teoria prevê um certo uso, o pensamento se ordena tendo em vista um modo

³ Fazendo referência ao processo de semiformação e de semicultura elaborado por Adorno (2010), uma semisaída, mais do que ser uma resposta incapaz de resolver o problema a qual se dirige, se coloca como uma alternativa que oculta os modos de organização necessários para determinado problema, o mantendo enquanto tal.

de ação e uma finalidade, e por sua vez a prática já está anteriormente condicionada pelo conceito que lhe produz. Determinação que se mantém pela necessidade de dominação.

Por conta da dominação, a ciência se realiza em uma função conservadora e estabilizadora, paralisando possibilidades reais de transformação e produzindo aquilo que se converge para a harmonia de uma organização específica da realidade, incapaz de transformações reais no sentido da emancipação humana. A ciência adquire então uma forma capaz de conter o seu próprio desenvolvimento, alinhando-se à lógica de coerção. Dizendo isso da ciência, se diz do pensamento e da racionalidade, que, no sentido do apontado pelo fenômeno da dialética do esclarecimento, progride refreando a si mesma.

Entretanto, ainda que ocultada pela tentativa de naturalização da ordem vigente, a contradição se mantém e o conflito se expressa. A institucionalização da vida, no seu aprisionamento à uma experiência específica de realidade pela deformação da experiência, não se dá de maneira unívoca, do contrário, o conflito é o seu elemento motor.

A dominação como princípio único e unificador se dá permitindo a ação do homem no mundo, e nisso apresenta uma certa figura de progresso, mas essa dominação se volta para o próprio homem, contra a sua vida. Esse princípio unificador não é harmonizador, mas se produz pela violência. A violência é então a marca do esquecimento, noção sobre a qual são desenvolvidos por Adorno e Horkheimer (1947/2006) os elementos do antissemitismo.

Isso reafirma a ideia aqui apresentada de que não se pode clamar pela neutralidade ou pela forma pura, tanto do conceito quanto do método. Por trás de ambos existe um sujeito produtor, por sua vez, constituído de conteúdo histórico, que se presentifica na forma da teoria e da prática, do método e do conceito. E o caráter excludente desse sujeito dominador esvazia a conteúdo na conformação social.

A manutenção do princípio de dominação inscreve na história a contradição de que esse sujeito produtor e validador, produz e valida contra si mesmo. Ou seja, “o processo da racionalidade tecnológica é um processo político” (MARCUSE, 1979, p. 162) e é isso que permite dizer que método e conceito já estão posicionados de antemão, sustentados por um projeto. A tecnologia não se valida após o seu uso, a sua validade já é formal.

A isso se articula a noção de que a centralidade da forma mercadoria produz a alienação do sujeito, e converge os fins do processo histórico, ao qual se direciona a institucionalização da vida. Em tal processo, o sujeito age apagando a si mesmo, transferindo seu conteúdo para a forma mercadoria, sendo essa a forma de fato realizada.

Nesse sentido, seguindo a reflexão dialética que permite identificar as mediações que compõe o imediato e iluminar o avesso daquilo que se apresenta sem profundidade, tem-se que é da tecnologia, enquanto formalização de um procedimento, de onde parte a ação que torna indivíduo e natureza passíveis de organização. A tecnologia enquanto objetivação do projeto social, garante o exercício dos interesses particulares nele incluídos pelo seu uso.

É dentro dessa tendência que se entende o modo atual em que se encontra a tecnologia, intensamente individualizada. A mediação entre a realização de interesses particulares e os de cada indivíduo ocorre de tal forma que o resultado é o controle recaindo diretamente sobre o indivíduo. A massa que se cria como resultado da imposição de interesses se produz pela ação voluntária de cada pessoa, instrumentalizada pela posse de seu dispositivo eletrônico com acesso a redes sociais (e cada vez mais as funcionalidades desses aparelhos acabam assumindo um formato de rede social, cujas características serão enumeradas mais adiante). O indivíduo se torna instrumentalizado para controlar a si mesmo na manutenção da mais-valia, mantendo-se como mercadoria por intermédio da tecnologia.

A tecnologia se torna então, veículo de espoliação. O sujeito que se encontra por trás do procedimento é ainda o sujeito do capital, a burguesia, que termina por agir na figura do aparelho celular e na lógica de funcionamento dos seus aplicativos, controlando o ritmo de produção mesmo fora do ambiente de trabalho, ambiente esse que acaba tendo seus limites com o tempo livre cada vez mais flexibilizados. Tem-se assim, a extrapolação da lógica da indústria para a organização não só da produção industrial, mas alcançando a organização da vida interna do indivíduo e sua relação com os outros. A sociedade da administração total produz cada indivíduo como um administrador, que o faz por meio da tecnologia, não só no seu uso, mas na sua lógica. O progresso se apresenta na produção de células individuais de administração do projeto de dominação, em uma massificação autogerida pelas suas partes, que produzem a si mesmas como massa.

Tal racionalidade age a nível concreto determinando qual a vida que deve ser vivida e qual deve ser aniquilada. As vidas que são alvo da violência têm a sua morte justificada. Por sua vez a que deve ser vivida traz em si a ação da aniquilação, na identidade que se alcança pela exclusão do diferenciado. É isso a barbárie.

Em um posicionamento crítico se vê a contradição dessa organização social e se nomeia o que se passa enquanto violência, como barbárie, de modo a resistir à tendência de ocultação

da contradição pela afirmação imediata do existente. No momento em que 80 tiros⁴ não são entendidos como expressão de uma violência que deve ser superada, e não se produz a compreensão de que o assassinato de trabalhadores pela ação do Estado deve colocar em questão os interesses aos quais esse Estado responde, o que se realiza é o acolhimento da violência como uma prática possível e mesmo necessária⁵. A violência deve ser justificada porque a racionalidade que ordena o mundo não compreende contradição. Uma vez que a dominação - a serviço da autoconservação levada adiante pela realização de interesses privados - é o elemento unificador dos meios pelos quais a razão é realizada, é por ela que a razão e a violência se justificam.

A realidade tecnológica é a de transformação do mundo, já concebido como objeto pela racionalidade dominante, em instrumento, na qual todos as ações sociais se tornam passíveis de manipulação, ligando cada funcionamento a um protocolo. Dentro do projeto de absorção dos meios pelos fins, na redução da realidade à condição de objetos quantificáveis por uma operação intrinsecamente instrumental, esses se esvaziam em seu conteúdo e o pensamento perde o momento para elaboração dos prolongamentos históricos neles contidos. Se encurta o espaço entre pensamento e prática, que é justamente o espaço da experiência, capaz de relacionar o dado e a informação com o todo e o presente com a história atual e passada, na qual se identificam as múltiplas determinações presentes na coisa.

Nesse contexto, a quantidade de dados disponíveis para serem acessados pelos indivíduos se insere dentro desse espaço de redução e esvaziamento colocado pelo triunfo do pensamento positivista. O objeto está presente para o indivíduo, mas a sua apreensão é reduzida no condicionamento do seu uso.

O que se denuncia aqui é o que processo de esquecimento, no qual se sustenta tanto a barbárie quanto o projeto de expansão da lógica do capital, mantém-se ainda atuante no contexto da segunda década do século XXI. E é nesse sentido que se apresentam os dois processos até aqui descritos, atuando em função do esquecimento no modo como se organiza a atual sociedade da cultura digital: a redução da coisa, dado o seu esvaziamento na identificação do objeto à forma do sujeito desprovido de conteúdo verdadeiro; e o direcionamento do uso presente na forma mesma da tecnologia.

⁴ CARAMANTE, ANDRÉ ; STABILE, ARTHUR; COELHO, LEONARDO. Exército fuzila carro e mata pelo menos um homem no RJ. **Ponte Jornalismo**, [S. l.], p. 0-0, 7 abr. 2019. Disponível em: <https://ponte.org/exercito-fuzila-carro-e-mata-pelo-menos-um-homem-no-rj/>. Acesso em: 8 abr. 2019.

⁵ MORO sobre os 80 tiros, reafirma licença para matar: “É algo que pode acontecer”. **Esquerda Diário**, Rio de Janeiro, p. 0-0, 10 abr. 2019. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Moro-sobre-os-80-tiros-reafirma-licenca-para-matar-E-algo-que-pode-acontecer>. Acesso em: 10 abr. 2019.

Dizer, como afirmam Adorno e Horkheimer (2006), que o esclarecimento se converte em mito, significa dizer que a racionalidade mistifica a realidade, a ordenando de tal maneira que torna impensável uma outra organização, uma vez que os elementos que constituem essa realidade estão sustentados por explicações racionais, apoiados pela ciência e por diretrizes políticas que minam ao mesmo tempo as possibilidades de mudança. Há assim, uma mudança no modo de ser do mito, no qual “o racional e não o irracional se torna veículo mais eficaz de mistificação” (MARCUSE, 1979, p. 179).

O cálculo do extermínio se realiza sem ser percebido como ilógico, sob a luz mesma da contradição presente na própria lógica liberal, que proclama a liberdade individual e a livre circulação, mas permite e produz a morte. A racionalidade se converte em mito quando promove e exige um comportamento que aceita a insanidade (MARCUSE, 1979). Ela se apresenta na exigência de inteligibilidade, que passa pela redução dos significados, pelo esvaziamento dos sentidos, pela assimilação imediata dos caracteres à princípios gerais e pela justificação dos fatos sem que a contradição seja resolvida.

A tecnologia se realiza como médium de dominação porque oferece aos indivíduos a satisfação de necessidades criadas também para esse fim, promovendo a acomodação do indivíduo à sociedade. Primeiro se individualiza a todo social, apagando a essencialidade dos vínculos sociais e promovendo o indivíduo como particular desprovido de qualidade, uma vez que essa é resultado apenas da experiência da alteridade. Em seguida se apresenta um serviço capaz de acomodar esse indivíduo, permitir a sua circulação. A internet surge pensando na existência desse indivíduo, e em um aprimoramento tecnológico, as redes sociais são pensadas para colocar o indivíduo como ponto de articulação desse projeto social. Daí o fato de que as redes sociais funcionam como meio de manipulação, e por isso, afetam profundamente as condições democráticas, como denunciam uma série de pensadores⁶, enfraquecendo o campo já apagada da existência social.

Isso indica que a violência tem uma função conservadora, mas uma conservação que se faz pela destruição daquilo que poderia despontar e indicar o real progresso; e que os procedimentos de exclusão, de aniquilação e de morte não são condicionados a presença de um

⁶ BUARQUE, Daniel. Redes sociais atrapalham funcionamento da democracia, diz historiador. **Folha de São Paulo**, Londres, 3 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/redes-sociais-atrapalham-funcionamento-da-democracia-diz-historiador.shtml>. Acesso em: 22 nov. 2018.

DEL CASTILLO, Carlos. La próxima revolución política será por el control de los algoritmos. **EIDiario**, 29 out. 2018. Disponível em: https://www.eldiario.es/tecnologia/proxima-revolucion-politica-control-algoritmos_0_830117867.html. Acesso em: 27 nov. 2018.

RODRIGUÉZ, Delia. Corrigir o desastre da Internet. **El País**, Brasil, 24 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/23/tecnologia/1542970848_353132.html. Acesso em: 4 dez. 2018.

desvio, mas são uma constante que impede inclusive que qualquer desvio aconteça, são parte constitutiva do funcionamento geral. O que aparece de tempos em tempos é a radicalização desse funcionamento, tão constante quando a ação de se fazer esquecer sua presença.

O sujeito antissemita

Os elementos adquiridos pela racionalidade ao longo da história da sua constituição se conjugam de maneira prática nas relações sociais, que manifestam a tendência à autodestruição engendrada na permanência da barbárie. A autodestruição se deve ao fato de serem as relações sociais constitutivas da formação do indivíduo, mas dado que as condições nas quais se assentam estão determinadas por uma ordenação que elege como fim a progressão das relações econômicas, o relacionamento entre os indivíduos fomenta sua própria deformação.

Adorno e Horkheimer (2006) indicam que essa tendência se manifesta em seu ápice no fenômeno do antissemitismo, cuja investigação permite identificar concretamente os determinantes da racionalidade presentes na progressão da barbárie. A partir de estudos empíricos realizados no Instituto para a Pesquisa Social⁷, os autores identificaram os elementos que configuram o antissemitismo como compostos por tendências que se desdobram desde a pré-história e que encontraram um solo fértil para o seu agrupamento e manifestação sem disfarces no período da Alemanha nazista. Essa investigação está presente no texto *Elementos do antissemitismo: limites do esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), sendo aqui retomado como forma de reforçar as discussões anteriores de que a autodestruição da humanidade pelas experiências de barbárie tem em seu mecanismo uma parte de destruição da dimensão histórica do indivíduo, expresso no fomento à formas de esquecimento, de apagamento do que subjaz a constituição humana, e cujos elementos dissociados de sua base por ação ideológica são mobilizados para os fins elegidos em determinado momento histórico.

Disso os autores depreendem que a ordem social estabelecida pelo modo de produção capitalista das sociedades modernas não pode viver sem a desfiguração dos homens (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), ou seja, o desenvolvimento econômico em sua forma liberal, contraditoriamente aos seus pressupostos anunciados, não encontra êxito em uma sociedade que se pauta pela efetivação da ideia de uma humanidade livre e justa, uma vez que, do contrário, exige de todos a participação na produção de uma totalidade cujos bens se

⁷ O chamado Instituto para pesquisa social foi fundado em Frankfurt, na Alemanha, em 1914 por Felix Weil. Em 1931, Horkheimer assume a direção do Instituto e o associa à Universidade de Frankfurt. MATTOS, O. C. F. **A escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo**. São Paulo: Moderna, 1993.

reservam apenas aqueles reunidos sob características excludentes, situação reforçada com o enfraquecimento do pensamento, que opaco a si mesmo opera pela apologia cega ao existente.

Para se identificar em que constitui a deformação do indivíduo é necessário considerar que a sua constituição se dá em um processo de transformação da natureza externa que é apropriada para constituir a realidade interna, fazendo com que o indivíduo seja definido como um ser histórico que, sustentado por determinadas potencialidades, deve ser capaz de ordenar a sua própria existência. A forma do indivíduo é aquela que realiza a emancipação, se realizando como sujeito. Entretanto, o indivíduo se afasta do ideal de autorrealização, enquanto ordenação das condições necessárias ao ganho da forma humana autônoma, mantendo-se como sobrevivente frente à heteronomia. Na existência de uma ordem externa que nega as condições para a aparição e manutenção do sujeito, que se realiza pela diferenciação, o indivíduo é levado a ceder ao todo uniforme. Assim é o todo ordenado pelo princípio econômico, que só permite a existência daquilo que age em consonância com a progressão do valor.

O que apontam Adorno e Horkheimer (2006) é a denúncia da integração do indivíduo à coletividade, resultado do enfraquecimento daquele, cuja forma se apaga pela ação massificadora da reificação. O indivíduo privado de sua subjetividade se vê desprovido de orientação e assim, se integra mais facilmente às exigências do todo social.

Pensando a atualidade dessa ação massificadora da reificação, no contexto de contradições da sociedade contemporânea, o enfraquecimento do indivíduo se dá por um processo que carrega na sua aparência um superinvestimento na individualidade, realizado na individualização das práticas sociais e no fortalecimento da ideologia do indivíduo autônomo e isolado, detentor de redes, comunidades e opiniões próprias. O indivíduo se alimenta da ilusão de ter a sua existência ampliada por uma existência digital, no acúmulo dos dados aderidos ao seu perfil.

Entretanto, o efeito massificador se anuncia nos fenômenos que tem como mediadores os usos das mídias sociais digitais, manifestando os desdobramentos desse superinvestimento digital nos casos de violência contra grupos minoritários, ligados à ascensão de grupos políticos de direita e extrema direita que contam com apoio popular. Os indivíduos, que se mostram direcionáveis, tem o seu comportamento servindo a objetivos políticos excludentes.

Ao identificar que o antissemitismo não se deve à uma inclinação psicológica, mas possui raízes históricas e sociais, os autores (ADORNO; HORKHEIMER, 2006) indicam que não existe um genuíno antissemitismo, dado que não há uma especificidade no judeu responsável por suscitar o ódio. O que ocorre é que esse é eleito como objeto de uma compulsão que não

conhece satisfação, mas que se deixa mobilizar por aquilo que pode colocar em movimento o que se encontrava negado. O judeu é elegido como objeto de ódio por despertar a lembrança de possibilidades de existência recalçadas pelo processo civilizatório, e por serem assim, a figura mais próxima da felicidade capaz de ser identificada pelo indivíduo privado de liberdade por ação da restrição material e dos mecanismos de recalque.

A era liberal oculta o caráter de dominação que se impõe sobre os indivíduos. Os judeus são os identificados como ladrões porque sua riqueza não se vincula ao poder, nem à um território. Dessa maneira, a expropriação se permite ver, justificando as suspeitas da existência de injustiça e desigualdade pela formulação da imagem do semita. E ainda, frente ao judeu, se fixa uma oposição que pretende marcar o antissemita como um diferente. Adorno e Horkheimer (2006) identificam esse apego à idiossincrasia como uma forma de defesa à ameaça de aniquilação. O avesso do ódio antissemita é um desejo de identificação que reconhece no judeu algo que não se ajustou, e por isso mesmo se torna o objeto da repulsa, dado que a real fonte da ameaça se mantém ocultada.

Na pré-história, o homem dispunha de um aparato biológico que o preparava para reagir ao perigo pela automação. O corpo escapa ao domínio do ego reproduzindo esquemas biológicos primitivos capazes de assegurar a sobrevivência, e responde à ameaça se adaptando as condições do espaço natural como uma camuflagem, e assim “a vida paga o tributo de sua sobrevivência assimilando-se ao que é morto” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 149). A civilização, que se sustenta na imposição da ordem humana sobre a natureza, tem como condição o impedimento de se recair nessa “adaptação orgânica ao outro” (p. 149), na negação da mimese. Entretanto, a mimese é parte do movimento de constituição do diferente, que se torna tal pelo encontro com aquilo lhe fornece o conteúdo para a diferenciação. Mas é se enrijecendo contra isso que o ego se forma, na tentativa de suficiência contra a dependência à disposição de um outro. O conceito toma o lugar da assimilação física, que compreende sob o idêntico dos esquemas conceituais o diverso proveniente do mundo externo à consciência. Sendo o esforço consciente incapaz de extirpar a ameaça, o medo é capitulado como força para a manutenção da maquinaria do modo de produção burguês, que abandona ao esquecimento o momento mimético da formação.

Como vem sendo colocado, a crítica dos autores é feita com base na investigação do que compõe a racionalidade, e isso se deve ao fato de ela ser a dimensão que marca a entrada do homem no domínio da civilização, e os elementos que se desdobraram a partir dessa passagem se mantêm atuantes nas situações em que são observadas as deformações da atuação

racional. O que se aponta na escolha por essa via de explicação é que os fenômenos sociais se correlacionam com o modo como se constitui e se ordena a vida interna do indivíduo, e é o voltar à essa constituição e ordenação que permite o iluminar das condições vividas, bem como o quanto essas condições devem atender as exigências dessa humanidade. Sendo assim, os autores indicam que o mundo interno se modula a partir do processo de mimese, centrando-se na constituição do ego, que promove, por sua própria formação, a mediação entre mundo externo e interno.

A mimese ocorre no processo em que as formas do mundo interno se constituem pela identificação com o mundo externo, mas dado que essa relação apenas se dá a nível de aproximação, uma vez que a vida se dá na manutenção de uma diferença, o modo como se percebe o mundo externo já é ação de uma projeção. É a projeção que se aproxima do que é exterior e se assenta como conhecimento na medida em que essa aproximação é capaz de afirmar o movimento do indivíduo no mundo. Mas sobreposto a esse movimento, dado o enrijecimento do ego, ocorre a falsa projeção, que impõe ao mundo externo os conteúdos internos e coloca em ação a caracterização do que deveria se assentar como familiar enquanto algo de hostil. A hostilidade decorre da projeção de impulsos não reconhecidos como próprios pelo sujeito, sendo então atribuídos ao objeto, ao qual se ataca.

O sistema alucinatório (ADORNO; HORKHEIMER, 2006) do sujeito - que na impossibilidade de uma aproximação com objeto da qual depende uma constituição emancipada, se estrutura pela paranoia e ataca a si mesmo no outro como resposta a uma perseguição - torna-se o sistema racional do mundo, que determina as leis objetivas sob as quais funciona. O mundo objetivo se torna então, produto inconsciente da projeção. A mimese se dá pela resposta aos estímulos recebidos, onde o sujeito busca em si aquilo que lhe lembra o objeto. O desconhecido se torna familiar não porque oferece informações diretas de si, mas porque mobiliza conteúdos internos que ganham forma de conceito e oferecem modelos a unidade interna do sujeito nessa relação com o objeto.

Dessa maneira, para que um conhecimento legítimo seja constituído, essa projeção precisa de um mecanismo de controle, na distinção entre o que é interior e o que é exterior, sendo compelido pela necessidade de se alcançar objetos exteriores. Como lembrado pelos autores, em Kant - utilizado como referência da defesa do indivíduo que se anuncia pela possibilidade de emancipação - a percepção já é uma ação intelectual, ou seja, a ordenação dos indícios que chegam aos órgãos do sentido, já é produto de conceitos e juízos. Entre o verdadeiro objeto e o dado dos sentidos abre-se um abismo. “Para refletir a coisa tal como ela

é, o sujeito deve devolver-lhe mais do que dela recebe” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 155). O sujeito recria o mundo a partir dos vestígios que percebe e só então é capaz de constituir a unidade do ego. É constituindo uma unidade externa que a unidade interna pode se diferenciar. O ego projeta conceitos e estruturas que formam uma unidade no mundo e à essa unidade se identifica, ou seja, “ele só é o que o mundo-objeto é para ele” (p.156).

Isso implica que “a profundidade interna do sujeito consiste na delicadeza e riqueza do mundo da percepção externa. Quando o entrelaçamento é rompido o ego se petrifica” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 156), o que se dá tanto no positivismo, onde o sujeito não volta o olhar pra si mesmo, quanto no idealismo que “projeta o mundo como origem insondável de si mesmo” (p.156). O interessante dessa formulação é indicar que, não é que exista um processo de percepção e entendimento que não é efetuado pelo sujeito, mas que as possibilidades oferecidas pelo aparelho sensorial e cognitivo humano, obtidas na sua relação com o mundo, não se efetiva, e por isso “sacrifica o espírito” (p. 156).

A reconciliação do espírito rompido com o objeto se dá na reflexão da oposição entre pensamento e objeto, ou seja, se dá na ordenação do mundo externo a partir da qual se identifica o que há de igual e diferente internamente, dado que a primazia é do objeto, fonte de satisfação e doador de conteúdo. O refletir é uma projeção consciente de si mesma, que reconhece o mundo externo na própria consciência, e que movimentada por sua vez, a direção da atividade do sujeito.

Mas a questão é que a relação do homem com mundo mediada pelo pensamento se realiza de outro modo. O proposto pelos autores não é a revisão das bases de constituição do que se considera como sujeito, uma vez que essa base é histórica e verdadeira em suas diferentes configurações, mas a elaboração de instrumentos analíticos capazes de diferenciar o que nesse movimento se aproxima de uma constituição que faça jus à essa história e às potencialidades por ela permitidas, bem como, a partir disso, a identificação da degenerescência desse sujeito elegido como autêntico. O que se propõe é um ponto de reflexão a partir do qual se clarifica onde incide e como atua a deformação do sujeito, e que aponta por fim para aquilo que lhe é constitutivo, isso é, a sua história, o seu desdobramento no tempo no qual se configuram espaços e modos de existência.

Esse é o quadro a partir do qual os autores apontam que “o patológico no antissemitismo não é o comportamento projetivo, mas a ausência de reflexão da projeção” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.156). Não é a atribuição de caracteres inconscientes negados o que caracteriza em última instância o modo de ação do antissemita, mas o quanto esse caráter

implica a fraqueza da constituição psíquica do indivíduo, incapaz de refletir o objeto e por isso, de reconhecer a alteridade e afirmar a si mesmo, o que implica a perda da capacidade de se diferenciar, uma vez que o domínio individual aumenta na medida em que se amplia o reconhecimento do mundo externo. Do contrário, o indivíduo se atrofia ao dotar o mundo daquilo que lhe é interno, mas que irrefletido, não enxergando a si mesmo, se anula. O homem enfermo faz mau uso das suas potências e as voltas contra si mesmo.

O antissemitismo é uma espécie de paranoia que identifica um grupo devido a certas características como uma ameaça ao modo de vida do antissemita. Mas essas características não ameaçam de fato a sobrevivência desse modo de vida, não lhe impõe realmente uma perda, dado que essa vida não merece ser mantida, e sim superada. Operando uma inversão dialética do entendimento inicial, a imagem do judeu não ameaça a vida instituída, mas lembra a sua possibilidade de superação, que uma vez impedida, deixa espaço para que a lembrança seja então destruída. O antissemitismo, como uma doença, é resposta a um sofrimento. Um tanto do ódio expressado se deve ao reconhecimento de que a vida que se vive não satisfaz, porque impõe dificuldades a sobrevivência, e o inimigo escolhido é aquele que lembra a vida que poderia ser vivida. A falsa projeção constitutiva das experiências de produção da barbárie se encontra no fato de que se projeta no judeu, pelo reconhecimento de certas características, as incapacidades e os limites do próprio indivíduo. A hostilidade predomina por se repetir na figura externa a lembrança da deformação interna, que predomina na fraqueza do ego como instância de mediação.

É esse ciclo de repetição e projeção que, por sua natureza ensimesmada, opera a indiferenciação, na incapacidade de perceber e constituir a diferença. É uma vez que a diferença é o assentamento do reconhecimento da existência da alteridade, ou seja, de objetos que se diferem do eu, a sua preservação depende que as condições adquiridas pelo eu para se relacionar com a alteridade sejam preservadas, por isso, a indiferenciação se mantém pelo apagamento das condições que constituem esse assentamento. Assim, a vida humana se atualiza não sob as condições adquiridas para a existência da liberdade pelo contato com a diferença, mas sob processos que a isso se sobrepõe e atualizam a indiferença.

Como defendido por Adorno e Horkheimer (2006), toda percepção contém elementos conceituais e todo juízo contém elementos do fenômeno. O objeto já é imediatamente mediatizado, e como tal, deve ser percebido em suas determinações. A verdade se relaciona mais com a capacidade de o juízo eleger aquilo que cabe ser realizado, porque se mantém

consciente dos conteúdos que o compõe, e nisso se mantém consciente dos processos subjacentes a esses conteúdos, do que com uma noção de verossimilhança

É devido ao fato da realidade objetiva não ser imediatamente acessível, mas só a partir de vestígios enquanto fenômenos, e nos quais se insere a mediação do pensamento, que as aquisições de capacidade de diferenciação adquiridas pelo pensamento devem ser preservadas, de outra maneira esse seu atributo se enfraquece e o indivíduo se vê entregue à paranoia e à falsa projeção, cujo conteúdo é ditado pela norma dominante. Quando as condições na qual se encontra não respondem às potencialidades de constituição do indivíduo, a existência se completa de maneira falseada, cooptada pelos interesses vigentes.

“Como a real emancipação dos homens não ocorreu ao mesmo tempo que o esclarecimento do espírito” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.162), a cultura se afunda em um descompasso e se converte em mercadoria, sem condições de ser apropriada pelos indivíduos. O pensamento, então, que perde o suporte para a elaboração da sua relação com o meio, limita-se à apreensão do fato isolado, que tem ocultado a sua profundidade histórica. Sem as condições para tal a autorreflexão o indivíduo não é capaz de se opor à barbárie.

A experiência do antissemitismo preparou o solo para o aprofundamento das condições de deformação do indivíduo ao agrupar os elementos contrários ao movimento emancipatório e transformá-los em uma potência produtora de condições necessárias à vitalidade do capital em sua conformação liberal. Ao fim da II Guerra Mundial, e assistindo ao triunfo econômico e político do chamado capitalismo tardio, os autores acrescentaram aos elementos identificados como constituintes do antissemitismo uma nova conformação gerida pelos interesses que vislumbraram na nova configuração subjetiva um solo para sua realização.

Os autores mantêm a elaboração de um percurso de regressão, indicando que a falsa projeção, característica do pensamento deformado e responsável pelo assentamento subjetivo do antissemitismo, dá lugar a reprodução cega. O percebido não se encontra mais presente no processo de percepção. Apenas age como reproduzidor da ordem recebida como um estímulo. Em tempos de crise econômica, nos quais a circulação de mercadorias deve retomar o seu ritmo, o indivíduo se torna um obstáculo à produção. A massificação se intensifica e as ideias slogans se fazem ouvir mais alto.

O progresso da sociedade industrial acaba por destruir a ideia pela qual o todo se justifica, que é a de oferecer as condições para a emancipação do indivíduo enquanto portador da razão. Do contrário, esse fica submetido aos poderes privados que detém os termos da racionalidade.

Disso depreende-se que o que Adorno e Horkheimer colocam é uma perspectiva universalista que afirma a existência de certas condições a serem defendidas no curso da organização das forças históricas. Tal defesa não é algo inerente ao homem, mas o que se aponta a partir do que é objetivado historicamente. Sendo o mundo e a subjetividade produtos do trabalho e a materialidade ganha formas e se determina, existe, então, um sentido que desponta, ou que se perde.

A abordagem de buscar a história dos conceitos para compor a crítica das condições presentes, afirma que tudo aquilo que foi dito e que configurou o objeto, o compõe na sua atualidade. A verdade pode então ser anunciada pela ação do pensamento que se volta a si mesmo nas suas realizações e confronta suas contradições, como uma espécie de resposta ao esquecimento, aqui defendido como mecanismo que subjaz os processos produtores das violências que se objetivam por toda a parte na sociedade em diversos momentos históricos.

CAPÍTULO 2- INTERNET E REDES SOCIAIS

A racionalidade na mobilização instrumental do indivíduo

Toda a estruturação teórica acima desenvolvida tem como objetivo fornecer uma base de compreensão do modo como a violência se manifesta na sociedade atual na sua relação com fenômenos próprios do nosso tempo, como o uso das redes sociais. O lugar de onde se parte é o lugar da teoria crítica e, portanto, da desconfiança com relação a ideias e práticas que se objetivam no mundo contemporâneo, sustentada a partir do entendimento da existência do domínio da barbárie que anuncia em seu nome também a liberdade, a mudança e a transformação. É a existência dessa desconfiança criticamente orientada, que impede que se aceite tais ideias e práticas sem que antes se interrogue sua sustentação histórica, ou seja, quais são as forças sociais nelas presentes e a qual projeto social servem.

Existe então a necessidade de se investigar o que caracteriza as redes sociais e como é possível relacioná-las com os conceitos aqui elaborados, o que, inicialmente, deve ser feito a partir da caracterização do que é a internet, dado que pode-se dizer serem as redes sociais ao mesmo tempo um espaço e uma função fundados nessa tecnologia, permitindo o compartilhamento de informações entre perfis pessoais.

Assim, a internet é definida essencialmente como uma rede de computadores conectados entre si, formando uma estrutura de fluxo de dados, constituída por terminais que se conectam uns aos outros enviando e recebendo informações ordenadas por meio dos chamados protocolos, um comando que define o formato e a ordem dos dados trocados entre os terminais, bem como as ações resultantes dessa troca, que podem ser ordenadas na forma das mais diversas aplicações, como envio e recebimento de mensagens, serviços de busca, transferência de arquivos, acessos remotos, redes sociais entre outros (KUROSE; ROSS, 2013). Sem entrar em detalhes acerca da sua estrutura e processos constituintes, apesar de tomar forma visível através de aparelhos individualizados e altamente automatizados, a internet não prescinde de materialidade e possui uma complexa e conectada estrutura física.

A história dessa tecnologia, de acordo com Castells (2003), remonta ao surgimento de uma rede de computadores criada em 1969 pela agência de pesquisa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América. Seu projeto inicial compreendia uma rede de comunicação entre computadores capaz de funcionar de forma descentralizada e flexível, com capacidade de

reduzir riscos de desconexão. Em 1971, a maioria dos terminais estava localizado em centros de pesquisa nas universidades, cujos pioneiros foram a Universidade da Califórnia, em Los Angeles e Santa Barbara, e a Universidade de Utah, responsáveis pelo desenvolvimento da rede seguindo o objetivo de otimizar recursos computacionais pelo compartilhamento do tempo de conexão, e desde o início, o seu uso mais popular foi a correio eletrônico.

Segundo o autor (CASTELLS, 2003), apesar de surgir em um contexto militar, as pesquisas que deram à internet o seu formato atual tiveram autonomia de desenvolvimento, estando vinculadas a centros de pesquisas acadêmicos. A lógica de criar uma nova forma de comunicação por meio de computadores rapidamente se expandiu para seu uso na sociedade civil. Já no início da década de 1990, haviam provedores privados comerciais de internet oferecendo conexão, a partir de onde houve grande crescimento do alcance da internet. A velocidade na expansão dessa rede é atribuída a sua estrutura de funcionamento baseada em uma arquitetura descentralizada, de múltiplas camadas, redundância de função e protocolos de comunicação abertos, passíveis de alteração por qualquer um com acesso à linguagem de programação, permitindo a adição de novos terminais e capacidade ilimitada de reconfiguração.

Castells (2003) afirma ainda que a internet se desenvolveu com base em uma lógica libertária, de defesa da liberdade como valor central e crítica ao lugar do Estado, que limitaria o movimento das liberdades individuais e assim, do mercado. A descentralidade pretendida pela internet se apoia na defesa da concorrência e não-intervenção, o que esclarece problemáticas que se manifestam na atualidade com relação à manipulação e uso dos dados que circulam para fins econômicos e políticos sem regulação.

Seguindo a ideia de que as produções humanas se dão a partir do uso de uma certa racionalidade que perpassa já a sua origem, se tem que o produto, sua função e seu uso, possuem um direcionamento determinado pela forma como se objetivou sua criação. A partir disso, há algo que pode ser dito sobre as definições acima colocadas acerca da internet. A criação e o desenvolvimento dessa tecnologia se deram a partir de uma noção liberal da possibilidade de dissociar partes e meios, ou seja, pensou-se estar criando um espaço para livre troca de informações a partir do livre acesso de indivíduos, o que os permitiria por sua vez uma maior capacidade de realizarem suas individualidades. A virtualidade poderia então superar as imposições da materialidade.

As definições de redes sociais também passam pelo mesmo entendimento. A partir da criação de um perfil e da possibilidade de acesso direto ao fluxo de informações presentes na rede, o indivíduo teria um espaço para si expandido, sendo capaz de exercer maior liberdade.

As conceitualizações correntes mais utilizadas expressam essa lógica. Tendo como ponto central a noção de usuário, as redes se organizam em torno da ideia de indivíduo, de onde partem conexões e para onde afluem as informações.

De acordo com Boyd e Ellison (2008), as redes sociais podem ser definidas como um serviço que permite aos indivíduos construir um perfil público a partir do qual é possível se articular com outros perfis pelo compartilhamento de uma conexão. De acordo com os autores, o que caracteriza as redes sociais não é o fato de possibilitarem o encontro de pessoas desconhecidas, mas sim permitir que seus usuários articulem relacionamentos já existentes, mantendo ou fortalecendo relações offline.

Segundo os autores (BOYD; ELLISON, 2008), os traços que permitem a identificação de um site como sendo uma rede social é possuir um espaço para criação de um perfil e acesso a uma lista articulada de contatos de outros usuários do sistema, com os quais é possível alguma interação, seja por mensagens privadas ou pelo compartilhamento de informações em um espaço de comum acesso. Esses perfis por sua vez são páginas nas quais um indivíduo adquire uma existência virtual.

É característico também das redes sociais o fato de ser organizada em torno da noção de pessoa e não de um interesse, como é o caso das comunidades e dos fóruns, estruturados por tópicos de discussão. Na rede social, o indivíduo é o centro do grupo ali criado em torno dele (BOYD; ELLISON, 2008). Isso faz com que nessas redes, os laços tenham um caráter seletivo e as atividades sejam padronizadas para o usuário.

Entende-se ainda que as redes sociais compartilham elementos com o contexto offline do indivíduo, como pessoas já conhecidas e interesses já existentes que encontram continuidade online. Assim, não representam apenas a criação de um universo inexistente fora da internet. Ou seja, a rede social age como uma alternativa às relações do mundo offline, fazendo com que o que é impossibilitado fora seja permitido nas redes, criando uma certa expansão da realidade do indivíduo, e um embaralhar dos limites entre ambientes online e offline.

Já segundo Recuero (2005), o que faz com que um site seja caracterizado como uma rede social não é o meio em si, mas a produção de relações, pela capacidade de mobilizar intenções. Ainda que a tecnologia tenha uma lógica de funcionamento embutida, é necessário que o comportamento adequado seja expresso. Tem-se também que as redes sociais virtuais se formam por redes de interesses comuns, ou seja, algo coletivo mantém e determina a estrutura da rede. O que aponta para o fato de que os comportamentos são em alguma medida anteriores

à rede social que então, tem o papel de organizar certas tendências. Assim, entende-se que, apesar de evidenciarem o indivíduo, o âmbito coletivo tem um grande espaço.

Como visto, as redes sociais, apresentam a noção de usuário, que se refere ao indivíduo que auto-seleciona seus conteúdos, preferências e pontos de vistas, criando como efeito imediato a existência das chamadas bolhas, cujos conteúdos reforçam uma mesma ideia. Junto a isso, tem-se que as redes sociais são de forma crescente, uma fonte preferencial de acesso a notícias, fazendo com que se transformem em um meio potente para a disseminação de informação. Entretanto, deve-se notar que a compreensão das redes sociais em termos de acessibilidade e dinâmica de fluxos de informação, são compreensões que partem de um lugar já problemático, ao considerarem acesso e informação como algo desprendido de dinâmicas objetivas anteriores. E são justamente essas dinâmicas que permitem iluminar a questão de que esses meios, ao disseminarem informações, estão disseminando também práticas sociais e comportamento concretos.

Faz-se necessário então, atentar aqui para o fato de que leituras que apostam na suposta liberdade presente nas redes sociais e no uso da internet se apoiam justamente na ideologia acusada por Marcuse (1979), que turva a visão das contradições e da materialidade na qual se passam as relações e criações humanas. A neutralidade da tecnologia deve ser confrontada com o fato apontado pelo autor de que

a maneira pela qual a sociedade organiza a vida de seus membros compreende uma escolha inicial entre alternativas históricas que são determinadas pelo nível de cultura material e intelectual herdado. A própria escolha resulta do jogo dos interesses dominantes (p.19).

Desse modo, deve-se considerar que, a internet (e as aplicações que dela se utilizam) como produto da sociedade tecnológica industrial, que alcança um nível de racionalidade capaz de penetrar domínios antes relegados ao irracional, como as relações afetivas, o tempo livre e a arte, surge como um meio que permite o deslocamento de liberdades individuais. Sua origem se localiza em um período de assentamento da economia nacional dos EUA como potência imperialista, impondo um certo ritmo de produção a países considerados estratégicos. Essa tecnologia é então objetivada no berço político da realização da racionalidade como tecnologia, progredindo pela afirmação de uma tendência intrínseca de dominação.

Não se afirma aqui que o contexto determine de maneira definitiva a tecnologia, mas tendo como direcionamento a análise materialista que busca os determinantes históricos dos objetos, essa conjunção histórica deve ganhar relevância teórica. É a partir de tal contexto que

se ilumina o papel das empresas atuantes na transformação dos dados produzidos online em mercadoria⁸, que por sua vez são revertidos em informações para uso político que tem como principais beneficiárias as nações neoimperialistas. Fica visível que a neutralidade de instrumento defendida é na verdade a imposição de uma lógica que realize, mais uma vez, a progressão do capital.

Deve-se reforçar o fato de que a análise não pode se deixar levar pela mistificação que é exigida pelo exercício da racionalidade tecnológica (ZUIN, 2013). A verdadeira racionalidade deve ser resgatada no exercício de afastar o que produz a insanidade, de modo a indicar a sua manifestação e de sustentar que a irracionalidade não é o todo da razão, mas uma tendência que se apresenta concretamente como tal quando se tem a primazia da lógica de dominação.

A defesa de uma transformação, de uma outra sociedade depende assim, do enfrentar essas tendências em todos os âmbitos em que ela aparece. Desse modo, não se pretende a renúncia da racionalidade, mas o enfrentamento do seu movimento regressivo, por isso não se trata de renunciar a tecnologia, mas indicar os seus movimento e fins constitutivos.

A individualidade burguesa

Historicamente, relaciona-se com a racionalidade burguesa ocidental a disseminação de padrões de individualidade, cuja ocorrência se dá junto às transformações tecnológicas permitidas pela organização do modo de produção. Como aponta Marcuse (1999), a ideia de indivíduo forjada durante os séculos XVI e XVII, o define como unidade dotada de interioridade e independente de autoridade externa, possuindo uma autonomia fundada na liberdade de uso da razão. O papel da sociedade deveria ser então garantir a liberdade na eliminação de restrições à ação racional.

A afirmação da individualidade, na defesa da legitimidade do interesse imediato do indivíduo, se baseia no reconhecimento de esse ser o portador da razão. Essa noção se funda juntamente com a produção de uma desconfiança com relação a tudo aquilo que é externo, legitimando a racionalidade individualista mantida como elemento essencial do modo de produção neoliberal, por permitir associar a administração do indivíduo como força de trabalho à administração das transformações tecnológicas.

Para realizar essa racionalidade se fez necessária a afirmação de um indivíduo que se organizasse por si próprio ao redor do seu trabalho, e a lógica da eficiência e da competição

⁸ Vide a atuação da empresa britânica de consultoria e análise de dados, Cambridge Analytica.

passa a regular o comportamento e os corpos dos indivíduos, que assim como empresas, podem se valer para tal, do uso de equipamentos tecnológicos que, por sua própria lógica, seguindo a racionalidade dominadora, tendem a concentração econômica. Assim, o conceito de indivíduo se converte em uma “paródia da imagem e semelhança” (ADORNO, 1951, p.91), em que, ao invés de “refletirem o humano como o que é diferente” (p.91), só é percebido como tal o que é imagem refletida do seu próprio conceito.

O padrão de eficiência a ser seguido tem como parâmetro a capacidade de produzir tal concentração, que, como aponta Marcuse (1999), compreendendo a processo de redução do sujeito e do objeto pela racionalidade tecnológica, necessita de processos de unificação e simplificação, afim de eliminar desperdícios cujo significado adquire contornos específicos na medida em que particularidades devem ser eliminadas. O incentivo à atividade do indivíduo se faz dentro de um sistema de direcionamento da sua motivação, onde as tecnologias comunicativas tem um papel importante na manutenção de um sistema de heteronomia, uma vez que, devido a sua capacidade de se colocar diretamente nas relações interpessoais, promovem a mediação entre estrutura social e a subjetividade, contribuindo para “transformar os instintos, os desejos e pensamentos humanos em canais que alimentam o aparato” (p. 81). A eficiência do indivíduo, que mobiliza os seus recursos e comportamentos para alcançar metas, é problemática não por essas serem impostas por padrões externos, mas por esses padrões serem contraditórios, uma vez que se apoiam na capacidade do indivíduo de inserir a si mesmo nas dinâmicas sociais mercantilizadas e resultando na redução do espaço para a liberdade individual.

Assim, os interesses produtivos se associam intimamente ao poder tecnológico, que torna concreta a racionalidade engendrada e reforçam a influência de tais interesses. Ao se reivindicar a disputa pelo poder tecnológico é à essa estrutura que se deve reportar, no questionamento dos espaços em que as forças produtivas possam ser retomadas para execução de objetivos não-dominantes, e assim capazes não de contribuírem para o aprisionamento do indivíduo, mas para o resgate da possibilidade de transformação da realidade.

Considerando o processo de racionalização do mundo entende-se que o sujeito se tornou “objeto de organização e coordenação em larga escala, e o avanço individual se transformou em eficiência padronizada” (MARCUSE, 1999, p.78), dificultando a possibilidade do sujeito alcançar respostas a partir desse aparato racional, uma vez que só se converte em realidade aquilo que é capaz de se inserir nessa dinâmica. Por conta disso, se aponta que “não há saída pessoal do aparato que mecanizou e padronizou o mundo” (MARCUSE, 1999, p.80), em uma

mecânica de submissão que conecta a ordem tecnológica e social, governando o desempenho “não apenas nas fábricas e lojas, mas também nos escritórios, escolas, juntas legislativas e, finalmente, na esfera do descanso e lazer” (p.82), capturando assim a libido e a vontade. A saída se encontra então na necessidade de uma mudança nos parâmetros para ordenar a atividade humana, capazes de identificar os bens culturais necessários para a realização de novos fins, em um modelo de resgate da autonomia da razão, e por isso mesmo do sujeito, e não no seu abandono, tanto da razão quanto da tecnologia.

É esse o sentido do que Marcuse aponta como sendo a transformação da racionalidade tecnológica em racionalidade crítica, resgatada do esquecimento fruto do direcionamento do processo social, dado que

os valores de verdade críticos, nascidos num movimento social de oposição, tem sua importância modificada quando este movimento se incorpora ao aparato. Ideias como liberdade, indústria produtiva, economia planejada, satisfação de necessidades veem-se então fundidas aos interesses de controle e competição (MARCUSE, 1999, p.87).

Os elementos até aqui desenvolvidos permitem dizer que a aparência de democratização das redes sociais se apoia sobre a defesa de um indivíduo que se converte na produção de efeitos massificantes. A noção de Marcuse (1999) de burocracia privada pode então lançar luz sobre as contradições que compõe os fenômenos aqui analisados, fundados no entrelaçamento da racionalidade às dinâmicas de dominação, que promovem os bens tecnológicos como instrumentos de manutenção da barbárie. A burocracia, enquanto a lógica responsável pela manutenção da automatização de processos sociais, se privatiza ao automatizar funções pela utilização da racionalidade aqui denunciada, promovendo a identificação, falseada, entre interesse privado e coletivo. Assim, “as relações de poder privadas aparecem não apenas como relações entre coisas objetivas, mas também como regra da própria racionalidade” (p. 94)

Quanto mais aproximada das práticas imediatas dos indivíduos, mais efetiva é essa burocratização, entendida aqui principalmente como automatização e controle, fundindo os interesses dos grandes grupos econômicos ao funcionamento social com maior “eficiência”, por não deixar nenhuma área ociosa de tal direcionamento. Assim, tem-se que a tendência da racionalidade tecnológica é a imposição de interesses privados, que se apropriam do poder produtivo social e posicionam o indivíduo em massas, tendo como resultado o “sujeito econômico livre” (MARCUSE, 1999, p.97), que tem a sua condição de sujeito submetida ao aparato produtivo e reduzida a sua função econômica.

Tendo então a sua lógica aproximada da ordem cotidiana individual, compreende-se como a época da grande indústria, e dos algoritmos que permitem aumentar o seu poder, impõe, contraditoriamente, a escassez, que assume contornos específicos diversos em cada tempo da sociedade de classes. O nosso tempo pode assim ser caracterizado pela quantidade de conteúdo que circula na internet, e que tem as redes sociais como grandes agregadores desse conteúdo. Apesar da significativa presença dessas redes no cotidiano das pessoas, a possibilidade de acesso aos conteúdos não é capaz de auxiliar as gerações inseridas nessas condições em encontrar saídas para as crises civilizatórias, ecológicas e políticas que se impõe. Pelo contrário, se observa o papel desses espaços na produção da assimilação do indivíduo à lógica mantenedora da barbárie.

Tal realidade remete ao fenômeno da cultura de massa, que dissolve “as formas tradicionais de arte, literatura e filosofia junto com a ‘personalidade’ que se desenvolveu ao produzi-las e consumi-las” (MARCUSE, 1999, p.99). Aproximando tal entendimento do processo de semiformação analisado por Adorno (2010), entende-se que as mídias sociais, como mediadoras entre o indivíduo e os objetos da cultura, cumprem um papel na deformação tanto desses objetos quanto do indivíduo, por operacionalizar a inserção de ambos nessa lógica que se apropria das forças produtivas sociais para o fortalecimento de efeitos massificantes. Esses por sua vez são necessários à manutenção da sociedade alinhada a realização de interesses privados, que se impõe como universais utilizando-se das potencialidades da vida humana, privatizadas e operacionalizadas na sua massificação.

Conforme aponta Marcuse (1999), um direcionamento para combater a tendência à barbárie, que se mantém pela atividade da razão, é a necessidade de fortalecimento do espaço público. A democratização do controle sobre os aparatos técnicos produzidos pela racionalidade pode ser capaz de reorganizar o trabalho humano de modo a articular o indivíduo à produção de condições capazes de realizar a individualidade a partir da efetivação do diverso, no resgate da afirmação de um todo que não mais se organize pela manutenção de idênticos. A articulação entre indivíduo e sociedade deve ser resgatada da lógica da escassez, a mesma lógica que produz as dinâmicas de violência a serem superadas.

O mais significativo dessa formulação é a afirmação de que as saídas devem ser políticas e coletivas, ou seja, apoiadas em uma discussão acerca dos direcionamentos capazes de abarcar a consideração do diverso, fora da lógica opressora da identidade que individualiza as práticas e impossibilita a transformação social. A leitura da barbárie compreendida sob a ótica do esquecimento aponta que a saída está no resgate de elementos já presentes na realidade social

e não apenas na criação de algo novo, assim, se faz necessário a apropriação de aparatos instituídos, como a técnica, identificando as condições em que ela pode se inserir ou produzir modos de organização social.

Dado que a impotência do pensamento crítico é causada pelo crescimento do aparato industrial cujo controle alcança todas as esferas da vida, Marcuse (1999) aponta que “a racionalidade crítica só pode se desenvolver totalmente em grupos sociais cuja organização não seja padronizada” (p. 87). O resgate de outra racionalidade depende então do esclarecimento acerca dos lugares onde essa padronização se observa, o que se faz necessário no esclarecer acerca das dinâmicas massificadoras.

Aqui compreende-se que o funcionamento de massa que se identifica na internet, na sua capacidade de produzir a dissolução de movimentos de diferenciação, reduzindo o funcionamento social à manutenção de interesses dominantes e excludentes, se mantém em continuidade com o que se observou na ação e função das mídias tradicionais, tais como a imprensa e o rádio, analisados a partir do conceito de indústria cultural. Assim, se compreende que a internet, como uma tecnologia e um meio de circulação de dados, seguindo a definição de indústria cultural oferecida por Adorno (1986) pode ter um papel na integração dos seus usuários. O principal efeito desse sistema é a conversão do sujeito em objeto do processo social que, no entanto, se mantém atuante como se fosse ainda sujeito.

Nesse momento da elaboração do presente trabalho se articula então a crítica à racionalidade à esfera da cultura. Isso porque, como vem sendo observado, devido ao crescente lugar que a técnica vem ocupando na sociedade após da segunda metade do século XX, as dinâmicas de transformação social se apresentam mais diretamente aproximadas de outras instancias da vida do indivíduo além do espaço de trabalho. Os fenômenos sociais aparecem assim, como submetidos mais a determinações subjetivas do que contendo um sentido objetivo.

Mas como aponta Adorno (1986), ao se questionar acerca da relevância de considerar ainda a compreensão sociológica que tem como base a determinação do modo de organização das forças produtivas, a opressão que se identifica mais claramente sobre os indivíduos no diagnóstico da dominação exercida pelo processo econômico, não deixa de atuar na sociedade de predomínio da racionalidade tecnológica. O autor observa então, que a antiga opressão social de classe se tornou agora anônima. A falta de liberdade a qual estão submetidos os indivíduos se atualiza pela submissão ao instrumental que regula e automatiza as relações de produção, estendidas também às relações sociais de caráter privado, obedecendo às exigências

econômicas de uma sociedade de classes que expandiu seu domínio e impõe seus interesses à produção material, a burocracia, à distribuição, e enfim à esfera da cultura.

A especialização produzida pelo aprimoramento da técnica, provoca um efeito de dinamização das relações, contudo, como já era observado por Adorno (1986), o que se impõe na atual sociedade, contraditoriamente, é o predomínio de aspectos estáticos. Essa ambivalência se deve ao fato de haver na sociedade atual a “preponderância das relações de produção sobre as forças produtivas” (p. 70), evidenciando o papel da racionalidade na manutenção da opressão social que retira a sua lógica das dinâmicas adotadas pelo modo de produção. Tal diagnóstico é produzido na compreensão da barbárie.

O que se observa então, conforme aponta Adorno (1986) é o crescimento da influência da mediação das relações de produção sobre as forças produtivas, no sentido de dizer que essas forças se mantêm contando com a integração das condições sociais aos seus objetivos. A produção, alinhada aos interesses do capital, se torna uma finalidade em si, a qual se voltam as atividades humanas assim distanciadas da realização liberdade, que outrora foi elevada como justificção para a ação transformadora do mundo. Desse modo, se retoma a denúncia inicial de que a racionalidade se converte em irracionalidade, dado que a automatização alcançada pela técnica deixa de servir aos interesses daqueles que a veiculam.

A concepção de que as forças produtivas e as relações de produção formam hoje uma identidade e de que, portanto, se poderia construir a sociedade diretamente a partir das forças produtivas constitui a configuração atual da aparência socialmente necessária (ADORNO, 1986, p. 74).

Ou seja, tal funcionamento não elimina o fato de que a teoria social deve se voltar para a identificação do modo como as dinâmicas estruturais do modo de produção se realizam, justamente por conta da produção de uma unidade que produz uma “enganadora imediatez” (ADORNO, 1986, p. 74). É a análise do modo de produção orientada por interesses de classe que permite dizer que a identidade entre a organização do mundo e a atividade dos indivíduos produzida pela técnica é falsa, o que apenas leva a reafirmação das relações de produção e ao aprisionamento das forças produtivas.

O principal ganho teórico do uso do conceito de indústria cultural é a compreensão do modo pelo qual uma determinada conformação social opressora pode ser mantida sem o uso da força, no entendimento de que há um elemento de racionalidade que compõe a estrutura a qual se identifica como organizando as relações sociais que se critica. Assim como se identificou o papel da imprensa na produção de um consenso e na manipulação de potenciais descontentamentos sociais na legitimação da burguesia e de seus interesses de classe

excludentes, dado o fato de essa imprensa ser propriedade da classe dominante, esse entendimento pode ser estendido a identificação de um controle de classe sob o funcionamento dos algoritmos.

Tal compreensão estrutural, permitida pelo método materialista que considera a existência dos elementos da realidade analisada como constituindo uma totalidade (MARX, [1960]/2011) analisa o fenômeno da violência produzido pelas redes sociais não apenas como resultado de dinâmicas de poder conjunturais, mas como participantes de um conjunto de fenômenos que se prolongam e assumem formas variadas de acordo com as características de cada tempo.

Essa compreensão metodológica tem efeitos práticos potentes. Ao se considerar que o efeito que se observa proveniente do uso de determinado instrumento, como as mídias sociais, é devido à apropriação desse instrumento por interesses ora destrutivos ora construtivos, se perde a ação de elementos estruturantes capazes de se sobrepor aos esforços e movimentos de uma conjuntura, onde há, assim, o espaço para a captura dos esforços na afirmação de tendências hegemônicas.

Uma vez que manifestações individuais podem assumir variados aspectos, resultado de desdobramentos subjetivos, seus movimentos podem ser então, mais facilmente observados, permitindo caracterizar a dimensão particular de maneira mais imediata. Por outro lado, a crítica estrutural, relacionada a identificação do modo como se ordenam estruturalmente as condições sociais, permite identificar como aquilo que constitui a racionalidade se relaciona com a compreensão das condições que operam justamente atacando a subjetividade.

Dado que a crítica se faz no anunciar ao mesmo tempo a exposição dos limites da realidade analisada e a possibilidade da existência de condições de emancipação, sua validade consiste na capacidade de denunciar o modo como essa emancipação é retirada da subjetividade. Nos vários momentos em que a emancipação se anuncia, um deles é a possibilidade da existência do sujeito, que aparece quando o indivíduo é capaz de se situar, inserindo-se como pertencente a um todo social que lhe constitui e ao qual deve se direcionar a sua existência. E portando a impossibilidade deste situar-se que impede o indivíduo de realizar sua condição de sujeito, manifestando assim, uma das faces do esquecimento que aqui se denuncia como atuante na manutenção da barbárie.

A técnica na produção de efeitos massificadores

O eixo de argumentação que tem sido desenvolvido segue o sentido de dizer que a violência que se observa nesse recorte do uso das redes sociais diz respeito a um problema identificado na racionalidade, enquanto instância de ordenação da relação do indivíduo com o mundo interno e externo, que organiza a multiplicidade dessa relação por meio da sua redução ao princípio da identidade (ADORNO, 2009), operando pela produção do esquecimento, no apagamento da existência do múltiplo da qual se desdobra a realização do indivíduo como sujeito.

Um próximo momento da discussão é a identificação de como essa racionalidade se insere na relação cotidiana dos indivíduos, e vai concretamente se manifestar enquanto sustentação para manifestações de violência, tendo como base a articulação entre razão e a sua aplicação social produzida por Adorno e Horkheimer (2006) no conceito de indústria cultural. Assim, identifica-se a crescente tecnificação tomando conta dos processos sociais, estando a tecnologia cada vez mais especializada e distribuída nos espaços, progressivamente aproximada do cotidiano e não mais restrita à indústria e à produção propriamente ditas, cumprindo o desdobramento da dialética do esclarecimento, na progressão das formas de dominação para manutenção da expansão do capital. Com isso, faz-se necessário um olhar mais aproximado para buscar a compreensão da relação entre esse fenômeno e os problemas sociais que se colocam como objeto da educação, no que diz respeito ao processo de formação do humano.

Uma primeira aproximação, orientada pelas ideias dos autores aqui colocados para discussão é que essa crescente tecnificação que acompanha a sua especialização, não significa crescente complexificação das formas sociais, mas sim uma homogeneização, na redução dos processos sociais, em suas menores partes, a princípios comuns, em um sistema de conformação, que reduz tanto o hegemônico quanto a oposição à uma mesma lógica, por afastar a possibilidade da existência de espaços para diferenciação e transformação.

A inserção da técnica nos espaços além da indústria, cada vez mais mesclada às relações sociais cotidianas, que se estendem à produção de bens culturais, representa a apropriação da técnica para produção de efeitos massificadores, que tem como fim um processo de conformação total da sociedade.

Esse processo, para manter o seu funcionamento, se autonomiza por meio da ação de suas partes, ou seja, pela ação do próprio indivíduo, orientada àquilo que é de interesse de um todo excludente, mas que se instituiu como tal pela apropriação das forças produtivas sociais. Isso se realiza pela propagação do indivíduo enquanto parte autônoma, cuja base social é

falseada. Apaga-se a referência ao indivíduo e as necessidades provenientes da sua condição concreta na submissão da sua existência aos princípios do capital.

Dessa maneira um fenômeno apontado pelos autores (ADORNO; HORKHEIMER, 2006) de modo a compreender como se dá a sociedade pautada pela lógica da indústria cultural é a perpetuação da falsa identidade entre universal e particular, que atinge a subjetividade, pela ação da tecnologia e dos meios de comunicação de massa, a retirando da posição de sustentação do sujeito ao produzir a conformidade do desejo e do pensamento aos fins da hegemonia, elevada a universalidade pelo controle dos meios de produção.

A indústria toma o papel do sujeito, e entrega a ele o mundo já esquematizado. A novidade trazida pelos autores é dizer que essa troca não se realiza apenas pelo uso da força na imposição de obediência, mas também pela utilização de uma demanda. O processo de dominação que afasta o indivíduo da sua forma emancipada, se faz pela apropriação das potencialidades para tal, tais como a capacidade intelectual e produtiva, e as impõe a realização dos fins eleitos por aqueles que delas se apropriam, fazendo com que esses fins sejam assim perseguidos por aqueles que nada recebem desse processo, apenas entregam sua condição de sujeitos. Ainda que em um determinado momento a imposição da força e da violência direta se faça necessária, esse processo se mantém pela produção de consentimento.

A indústria cultural é o instrumento pelo qual a sociedade burguesa se mantém dominante, dominando principalmente, a produção e circulação de bens culturais de consumo, convertendo tudo em mercadoria. Sua força reside na produção de padronizações e na manutenção do indiferenciado, que passam a compor as necessidades do indivíduo, onde dominado por princípios mercantis, tem a sua forma humana identificada com a de consumidor, mesmo no seu movimento de ação produtora no mundo. Tal situação é grave por ocultar a posição do sujeito no processo de produção, que é de onde provem a consciência real das necessidades, e coloca o indivíduo em contato com as possibilidades e impossibilidades de diferenciação. A redução da identidade à esfera do consumo turva o contato com a base de onde provém a possibilidade de identificação de elementos constitutivos.

Fora do trabalho, os bens voltados para a possibilidade do prazer, agora dominados por aquele princípio, servem como meio de adestramento e familiarização do homem à sua reificação. Os filmes, por exemplo, completamente calculados para caber na vivência alienada do espectador, não deixam espaço para a imaginação ou para o exercício livre do pensamento, reproduzindo e naturalizando a realidade tal qual deva ser aceita e mantida. O entretenimento é o mecanismo usado pela maquinaria econômica para manter os indivíduos sob o ritmo do

trabalho alienado. A razão tecnológica é o combustível que mantém todas as dimensões da vida em conformidade com o mesmo fim. O aperfeiçoamento da técnica é o aperfeiçoamento da totalização da reificação humana, reduzindo a tensão entre a vida cotidiana e a reprodução da cultura pela totalização da estrutura de desenvolvimento do mercado (HORKHEIMER; ADORNO, 2006)

A indústria cultural atua pela promessa de satisfação, mas o que é oferecido, o espetáculo, não permite que se chegue à coisa mesma, fazendo com que “ao desejo, excitado por nomes e imagens cheios de brilho, o que enfim se serve é o simples encômio do cotidiano cinzento ao qual ele queria escapar” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 115). Ela opera pela exposição repetida do objeto, fazendo com que o espectador se acostume com o que ele recebe, se afastando progressivamente do anunciado pela poesia como sendo o humano. A lógica da indústria cultural é a de engendrar todos os seus processos no esquecimento do que é humano.

O controle se dá então, pela repetição, tornando verdadeiro a redução da compreensão do comportamento humano aos mecanismos de condicionamento. O indivíduo é mobilizado e reconduzido ao ponto de partida, fazendo girar as engrenagens que mantém o processo de produção em progressão.

Como parte desse mecanismo tem-se a mobilização de afetos na medida em que esses sejam capazes de produzir engajamento, sem chegar a de fato realizar o encontro com o objeto necessário a experiência de subjetivação, enquanto formação e afirmação da condição de sujeito. A lógica da indústria realiza o “cálculo do prazer que aprisiona” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 116) oferecendo a resignação. A experiência medida em sua obstrução impede que se produza a insatisfação, esquecida na paralisia da diversão, e nisso, se mantém o indivíduo ativo no seu processo dominação.

Inserir-se aqui a compreensão do controle que é exercido sobre as necessidades (ADORNO, [1942]/2015), como um dos momentos da deformação da consciência que se tem indicado até aqui. A deformação da consciência vai se relacionar com a deformação da vontade, daquilo que é identificado pelo indivíduo como sendo para si necessário.

Alcançando a conformação da necessidade, o sistema ganha ares de automação, sendo esse o grande feito do que se identifica como indústria cultural. Conformando a vontade, posteriormente o mercado se oferece atendendo essas necessidades. Nisso, esse se justifica e o seu domínio se mantém.

Na conformação da subjetividade pela lógica da identidade da ideologia liberal, registra-se a diferença, e nisso o desvio, e ele passa a pertencer também àquilo que é oferecido como produto. Assim, “quem resiste só pode sobreviver integrando-se” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 108).

A indústria cultural, ao alcançar a consciência e a cultura, toma o lugar da mediação, produzindo a identidade imediata com a realidade. Isso tem tanto o efeito de impedir que se perceba o seu caráter falso, quanto de impedir que se esbocem saídas e transformações, aprofundando o domínio dessa lógica. A reprodução passa a regular até mesmo as relações com o passado, cuja articulação dos fatos é recuperada de modo a confirmar o rumo dos acontecimentos presentes. Impedindo desdobramentos históricos, alinhados ao ritmo de produção, se garante que “nada surgirá que não se adapte” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947/2006, p. 111).

A reprodução da técnica toma o lugar do sujeito na produção do mundo em que o indivíduo se insere. E nisso se tem que o mundo produzido é um mundo desprovido de detalhes. Os seus elementos se simplificam e se destinam a falsa memorização, pautada não pela apropriação e elaboração do objeto, mas pela repetição daquilo que deve ser acumulado. Por ser desprovida de profundidade que afirme a validade do que se presentifica, uma vez que a base funciona sob o esquema da dominação, o sistema fica dependente dessa repetição para se manter.

Se diz de uma falsa memorização porque a memória, segundo Benjamin (1936/2012), se refere ao tensionamento entre o fato e o seu prolongamento histórico, a preservação da presença de algo pela manutenção da articulação entre os seus elementos constitutivos, o que indica a necessidade de espaço para experiência capaz de permitir o encontro do sujeito com os determinantes do objeto presentificado.

Do contrário, os produtos da indústria cultural são como um presente que se atualiza eternamente, sem profundidade histórica, sem passado (ZUIN, 2013). Os produtos da indústria se reduzem a formas desprovidas de conteúdo, a fim de mobilizar a percepção e a cognição do indivíduo, respondendo às potencialidades humanas nelas contidas, mas de forma a reconformá-las.

Dado que a subjetivação é um processo realizado socialmente, se entende que as relações sociais são desenroladas com o propósito de realizar interesses de classes elegidos como universais. A padronização pretendida pelos mecanismos da indústria cultural visa, então, a dominação, para manutenção da realização desses interesses hegemônicos. Essa compreensão

é importante para que se atente ao fato de que, em momentos nos quais a hegemonia se encontra ameaçada pelas condições objetivas vigentes, os mecanismos de dominação se aprofundam. E tendo como orientação a compreensão da existência de uma racionalidade atuando por meio das produções e produtos culturais a nível particular, pode-se identificar que a dominação se aprofunda no contexto aqui analisado a partir do esforço de defesa da individualidade, uma vez que a indústria cultural age sobre a relação de cada indivíduo com o meio no qual está inserido e consigo mesmo, na conformação da estruturação do seu desejo, de modo a se alcançar uma conformidade social.

Desse modo a manutenção das dinâmicas de dominação se mantém minando o caráter social do indivíduo ao qual se dirigem os produtos ao mesmo tempo que eles o produzem no espaço da fábrica, em um refinamento da articulação entre produção, distribuição e consumo. A defesa do indivíduo em sua conformação liberal é retomada e defendida para servir aos interesses econômicos, conformação essa falseada por se constituir pela exclusão do outro. Na afirmação da ideologia do indivíduo independente, esse é chamado a compor um espaço público, assumindo o papel de responsável pela produção das suas condições.

O que caracteriza a atualidade da cultura, então, pensada a partir da continuação dos mecanismo da indústria cultural, que no diagnóstico de Adorno e Horkheimer (2006) passa a ser a forma dominante do espírito, na sua época e ainda na nossa, é a contradição que se observa entre a manutenção do esquecimento por meio de formas que, do contrário, anunciam a capacidade de não-esquecimento, de memória, de armazenamento, profundamente ligadas à capacidade de processamento das tecnologias que se inserem cada vez mais na vida dos indivíduos. As novas formas de tecnologia, as mídias digitais sociais, são resultado de um processo de transformação social, mas produzem também por si só um salto, forçam uma nova organização.

Assim, indo ao encontro do colocado pelos autores, onde “para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 101), tem-se que as redes sociais são uma forma pautada pelo princípio da difusão e personalização, mas enquanto impessoalidade, frequentemente misturada ao apelo à autonomia de acesso. Por isso também se apela às imagens, com maior potencial de captar a atenção.

Ainda que as redes sociais tenham permitido que a produção e a circulação fossem para as mãos de partes antes apenas subordinadas às forças produtivas, o que se produz é ainda baseado em noções individualistas e de propriedade privada, e por isso de expropriação. Na era da sociedade tomada pelas redes sociais, que desenvolveram a capacidade de substituir todos os

antigos meios de contato entre os indivíduos, preenchendo cada uma a sua maneira e direcionada a diferentes classes de indivíduos, a dominação não se dá de maneira imediatamente autoritária. A censura passa a se manifestar pela recusa do próprio indivíduo a se defrontar com certos tipos de objetos, alinhada a própria limitação, sob a aparência de abertura e irrestrição de acesso da forma em que essas redes se apresentam.

A própria forma das redes sociais, hospedadas em domínios da web, ao se observar o modo como são utilizadas, já refletem o processo de padronização pela redução dos espaços sociais. A internet surge como um espaço capaz de permitir acesso as informações colocadas em rede à qualquer pessoa a ela conectada. O seu desenvolvimento se deu com o aumento da quantidade de dados que por ela circulam, que por sua vez se liga a quantidade de acessos a ela conectados e que inserem novos dados e informações a essa rede. Mas com o advento das redes sociais, o acesso à internet ficou restrito ao acesso a essas redes.

Nesse âmbito virtual, cabe dizer também que o aprofundamento do espaço dedicado ao indivíduo e o evidenciar das relações comunicativas, manifesta a radicalização do processo de esquecimento, onde se pensa haver um predomínio de práticas discursivas sobre as antigas relações de produção. Tem-se a impressão de que a materialidade não tem um peso tão forte e que o espaço de liberdade individual se amplia na extensão ao mundo virtual, mas a repetição de fenômenos sociais em tempos de novidade tecnológica aponta para o fato de que as antigas proposições acerca da relação ente infraestrutura e superestrutura não podem ainda se declarar superadas.

O que se aponta aqui é o fato de que a cultura atual caminha em direção à crescente precarização por meio da aparência de flexibilização e ampliação de espaços para liberdade individual, mas sobre a base da manutenção de problemas sociais estruturantes. E como vem sendo colocado, contra o argumento de que o que torna as mídias digitais progressivas ou regressivas é o direcionamento dado pelo contexto ideológico em que elas se inserem, Adorno e Horkheimer (2006) apontam também para a barbárie estética da indústria cultural, que tem a imitação como algo absoluto, e nessa lógica, a noção de contexto perde sua capacidade explicativa para que se pense na questão da forma.

Cabe aqui apontar para a diferença existente entre cultura de massa e indústria cultural. Cultura de massa, segundo os autores (ADORNO; HORKHEIMER, 2006) se refere àquilo que é produzido pela massa, rompendo com a hierarquia que reserva as atividades intelectuais e artísticas à elite. A internet, frequentemente se volta para essa massa, e se coloca como um instrumento para seu uso. As redes sociais poderiam ser produto dessa cultura de massa, porque

seu conteúdo é proveniente da sua atividade, e por isso, sua forma já se aproxima delas. Mas Adorno e Horkheimer (2006) chamam atenção para o caráter ideológico da caracterização disso que se entende por massa, atentando ao fato de que a indústria cultural realiza ironicamente o conceito de cultura unitária, enquanto subordinação da produção espiritual. Dentro dessa padronização, tratar os meios como acessíveis a todos, em uma defesa democrática assume um caráter ideológico. O meio já é um produto e o produto por sua vez prescreve a reação, nisso se tem que “a indústria cultural realizou maldosamente o homem como um ser genérico. Cada um é tão somente aquilo mediante o que pode substituir todos os outros” (p. 120).

Para que haja a subordinação universal aos princípios econômicos, essa sociedade é marcada pela descontinuidade, que se inicia na paralisia do desdobramento do múltiplo na relação do sujeito com o mundo, impondo a necessidade de homogeneização pela lógica da identidade e que, por sua falsidade, subordina o ordenamento social à interesses de classe que apenas se sustentam pela dominação. Essa por sua vez, se realiza não de maneira definitiva, mas se impondo repetidamente às manifestações da individualidade humana, em um cerceamento contínuo a partir do qual se molda o espírito necessário a tal sociedade.

As tendências da indústria cultural são absorvidas através do processo social inteiro, da produção das condições materiais à subjetivação, que produzem um processo de identificação entre os indivíduos, reduzidos a função de público, e o produto cultural. A imposição do preenchimento do tempo livre com o entretenimento, representa o manter-se de acordo com o ritmo imposto pelas forças produtivas, um acomodar-se a uma realidade que impõe restrições e sofrimento, mas que impede o reconhecimento de tal natureza. A ligação lógica, a ideia do todo, são evitadas, porque o todo que se reconstitui pela análise histórica dos determinantes sociais é onde se encontra a possibilidade de vislumbrar a falsidade que se impõe.

Tem-se então o reforçar da ideia de que a deficiência do indivíduo se deve a insuficiência objetiva dos produtos culturais, dominados pela indústria. Se fecha o ciclo do todo que determina a parte, e a incapacidade do indivíduo de se voltar contra as tendências que sobre ele incidem nos diversos domínios da vida é mantida por essas próprias tendências.

O diagnóstico dessa deficiência necessita de um posicionamento crítico ao se considerar que o comportamento e os afetos dos indivíduos são recebidos como suficientes, para ele e para o sistema, mas se apresentam como deficiências quando se consideram as potencialidades contidas nas mesmas forças sociais que produzem o aprisionamento. Isso porque, a sociedade total não suprime o sofrimento dos seus membros, mas o registra e o transforma em funcional. A cultura industrializada, e especialmente do domínio da internet, que aprofunda a

universalização e o falseamento democrático, “exercita o indivíduo no preenchimento da condição sob a qual ele está autorizado a levar essa vida inexorável” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 126)

Apontar esse esforço de produzir a descontinuidade na repetição contínua dos princípios a serem afirmados indica que a ideologia da indústria cultural não age pela ocultação da verdade, mas pelo anunciar da mentira desencoberta, que se repete até passar como verdade, sobre o solo da sua falsidade exposta. “A nova ideologia tem por objeto o mundo enquanto tal. Ela recorre ao culto do fato, limitando-se a elevar a existência ruim ao reino dos fatos” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947/2006, p. 122). Os fatos são expostos sem recriminação, e agora compartilhados sem limites, produzindo o assombro necessário para que os problemas que são enfrentados pelos indivíduos não sejam capazes de paralisá-los no exercício dos seus ofícios, não sejam capazes de produzir uma comoção suficiente para mobilizá-los a se engajar em qualquer tentativa de mudança. O problemático é reconhecido como tal, mas o que se produz diante disso é a resignação, contraditoriamente manifestada pela violência contra um inimigo falseado.

A violência é então produzida inevitavelmente por essa organização social; em alguns casos se produz justificações para que ela se mantenha aceita, mas em outros essa justificção não é ao menos necessária. O resultado disso é tal que “só há duas opções: participar ou omitir-se” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 122).

Assim se mina cada vez mais a formação, fazendo com que a deformação seja não só imposta, mas buscada como uma opção. “A vida no capitalismo tardio é um contínuo rito de iniciação. Todos tem de mostrar que se identificam integralmente com o poder de quem não cessam de receber pancadas” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 127), ou seja, a ideologia liberal realiza perversamente o indivíduo como núcleo social, recaindo sobre ele a responsabilidade de sustentar o todo, mas a parte que a ele cabe como resultado é a mera sobrevivência de si.

Junto à afirmação da pseudo-individualidade se dá também a perversão da liberdade, que reduzida ao cálculo monetário, é realizada sob coerção econômica. Ser indivíduo na indústria cultural é ser consumidor, e a liberdade tem seu sentido atrelado ao movimento do indivíduo, ainda que seja esse um movimento aprisionado.

Essa é a produção da falsa identidade entre sociedade e sujeito. A realização do projeto que orienta a produção da sociedade não representa realização do sujeito, e sim sua necessária deformação, produzindo a sua aceitação como tal. O princípio da identidade realizado pela

indústria cultural culmina radicalmente na exclusão da possibilidade de diferenciação, na afirmação sem saídas da realidade a qual não se alcançam suas ruínas⁹.

Como resultado disso, tem-se que na vida civil e pública, se estende a administração do diferenciado pelos comportamentos padronizados e direcionados em um mundo onde o antissemitismo se aprofundou, na manutenção dos seus elementos. O que estava de fundamento no antissemitismo, a lembrança da diferença que deveria ser reprimida, se realiza na impotência produzida pelo principal mecanismo da indústria cultural, a repetição mecânica, como usado pela publicidade, na conformação do todo ao mesmo, que se conforma pelos impedimentos repetidos que ocorrem quando todos os movimentos passam a ser inseridos dentro de padrões preestabelecidos. Com isso se produz que o indivíduo não reconhece o que lhe pode ser próprio, uma vez que até mesmo “as mais íntimas reações das pessoas estão tão completamente reificadas para elas próprias” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 138).

Se a salvação final prevista é estética, onde se preserva a orientação para o que é humano, a destruição se dá também na dimensão estética. Ainda que essa destruição se manifeste pela política, por meio de políticas e comportamentos reacionários, o mecanismo, a indústria cultural, é estético, por ser da ordem da produção de uma outra conformação humana, conformação essa que se articula a objetivos econômicos específicos. A compreensão do papel da dimensão estética é então capaz de explicar o advento dos moralismos, que é a via por onde políticas econômicas destruidoras de justiça social adquirem permissão para passar e se instalarem.

Como afirmando por Adorno e Horkheimer (2006), Ulisses¹⁰, o protótipo do indivíduo burguês, modelo do sujeito transcendental que impõe a sua identidade, é uma construção estética. A partir de tal construção levada a cabo pela racionalidade moderna, essa se articula aos mecanismos da indústria cultural, promovendo a “heroificação do indivíduo mediano” (p. 129), que passa a ser o modelo da formação.

Dado que a supressão da individualidade é necessária para o progresso do capitalismo, o controle do desenvolvimento das forças individuais permite a liberdade necessária para as forças produtivas sob domínio capitalista. A liberdade do indivíduo significa a liberdade para se lançar no mercado, ou ser lançado à marginalidade. Essa é a contradição da ideologia liberal, que necessita do indivíduo livre para o mercado, mas cuja liberdade real é negada. Faz-se assim

⁹ Referência à imagem do anjo da história elaborado por Benjamin (1940/2012), na qual, o progresso, a que é impelido o movimento da humanidade, uma vez que sustentado em dinâmicas de dominação, não se realiza sem carregar consigo também a destruição, incapaz de ser elaborada dada a imposição do ritmo de produção ao qual estão submetidas as forças sociais.

¹⁰ Adorno e Horkheimer, Excurso I: Ulisses ou mito e esclarecimento. 2006.

necessário que o caráter de massa seja dissimulado no chamado à individualidade, recuperada em sua forma liberal.

Mas em um vislumbre de possibilidade de transformação, o indivíduo que se forma nesse contexto de massificação pelo isolamento da individualidade, pode guardar um lugar de resistência. Dado que é do indivíduo que se trata a crítica, é da sua realização como sujeito em que se baseia a denúncia do que se apresenta como aprisionamento. Assim,

a totalidade social não leva uma vida própria além daquilo que ela engloba e que a compõe. Ela se produz e se reproduz através de seus momentos individuais. Muitos deles conservam uma relativa autonomia” (ADORNO, 1986, p. 48).

A existência e a defesa do indivíduo permitem a existência da autonomia. Para tal deve-se manter a defesa do apoio do todo, vinculando a autonomia individual à liberdade objetivada pela qualidade das mediações sociais. Contra a pseudo-individualidade e entendendo como o esquecimento atua fragilizando a memória da existência de um prolongamento histórico sustentando os fatos que se apresentam atuais, de onde se é possível a manipulação de massas, faz-se necessário o chamado à memória coletiva para a consolidação de espaços formativos, no resgate da cultura como algo que permite a formação.

O esquecimento produzido não deixa um vazio, do contrário, carrega consigo a produção incessante de conteúdos e, portanto, de formas sociais, para que o esquecimento não seja percebido. Pela indústria cultural se realiza um esquecimento que é produtor, as forças produtoras de mercadorias tem a sua racionalidade levada a produzir modos de vida e existência, controlando as vias de manifestação e realização da subjetividade, de mantendo a unidade da atividade social. Assim, de modo a orientar o entendimento dos dados aqui analisados, não há um apagamento pacífico de tendências que se oporiam à regressão. A face ativa do esquecimento é a violência.

A violência e o virtual

Desenvolvido o entendimento acerca do modo como a materialidade dos fenômenos sociais se alinha às tendências do pensamento e sustenta a realidade na qual se insere o indivíduo a partir das relações por ele vividas, resta então um esclarecimento acerca do virtual, realidade a qual pertencem propriamente as dinâmicas das redes sociais. Pretende-se assim, investigar em que medida a realidade virtual participa das imposições da ordem capitalista ou a elas escapam no sentido de cumprir a promessa de permitir a participação no todo social

àqueles excluídos dos bens alcançados pelas forças humanas. Uma vez colocada tal questão, faz-se necessário então um momento para apresentação do que se considera como virtual, e como esse conceito se relaciona com a elaboração conceitual até aqui desenvolvida.

Seguindo a definição de Lévy (1996), a noção de virtual provém da tradição grega que o compreende como aquilo que existe em potência. Considerando que a materialidade se compõe de elementos que provém de prolongamentos históricos, tais prolongamentos se mantêm ainda para além da sua atualidade ao mesmo tempo em que se transformam a partir dos agentes que nela se encontram. Dessa maneira, o virtual não se opõe ao real, mas é parte desse, compondo um conjunto de potencialidades. Seu uso corrente se mantêm alinhado a essa compreensão devido à noção de que, por dizer da ordem do potencial, o virtual implica uma relação, estando sua realização enquanto tal no encontro entre a imposição da realidade como um conjunto, chamado por Lévy de complexo problemático, e um agente capaz de responder a essa imposição. Assim, o espaço virtual se apresenta como um conceito adequado para dizer das experiências colocadas pelo surgimento da internet, sustentando o aparecimento da ideia de usuário.

Contudo, o virtual, além de ser um entendimento do modo de organização da materialidade, é também uma tecnologia, e como tal se refere à uma racionalidade. Assim, a consideração sobre o objeto do ponto de vista do virtual, parte da compreensão da necessária expansibilidade desse objeto, em uma lógica que pensa a intervenção sobre tal tendo em vista uma abertura em potencial. O virtual pertence então à dimensão da promessa de afirmação da liberdade pela práxis que guia o trabalho humano.

Sustentando-se sob uma ideia de unidade de tempo sem unidade de lugar, que vai permitir interações em tempo real, transmissões ao vivo e telepresença, o virtual compreende também a continuidade de uma ação cuja duração no tempo é descontínua. Abre-se a possibilidade para que limites sejam enfraquecidos, fazendo com que lugares e tempos se misturem, mesclando os espaços público- privado e interno-externo.

Assim, dado que “o limite jamais está definitivamente traçado entre a heterogênesse e a alienação, a atualização e a reificação mercantil, a virtualização e a amputação” (LÉVY, 1996, p.57), o virtual como uma dimensão do objeto, e do sujeito como objeto, pode ser também apropriado. A lógica de totalização do princípio mercantil, que se apropriou do trabalho e submeteu o objeto à lógica da mercadoria, se apropria não só da sua dimensão atual, submetida à troca, mas também da sua dimensão virtual, que é separada do objeto e se torna em si mesma. O virtual fica passível de substituir a realidade, mas longe de representar uma emancipação, tal

separação, que se manifesta como um esquecimento, é devida ao afastamento da atividade e da consciência humana do processo de produção das condições de vida, operacionalizadas para manutenção do funcionamento hegemônico. Operacionaliza-se com isso a potencialidade contida no movimento da materialidade, aprisionado na reprodução do existente, inclusive em seu devir.

Aqui, o princípio de identidade, que liga o atual ao virtual, se realiza como separação, e por isso como falsa identidade. Se isola o sujeito do objeto, que não reconhece a mútua determinação em que se insere a identidade e ação sobre o mundo, uma vez que isso implicaria uma abertura que não é suportada pelo sistema. Se isolam atual e virtual, a materialidade imediata e em potência. O imediato fica submetido à existência como mercadoria. O virtual perde a sua dimensão potencial e se transforma em tautologia, em uma abstração da imediaticidade e, portanto, da lógica de mercadoria. Os elementos se separam, mas se mantêm em necessário contato enquanto funcionando sob uma mesma lógica. Sua mútua determinação então, é relegada ao esquecimento para se manter atuante unilateralmente, de maneira instrumentalizada.

Desse modo, diferente de pôr em causa a identidade clássica (LÉVY, 1996), o virtual pode então realizar mais a fundo o princípio da identidade, ao permitir que as relações se flexibilizem e que a identidade seja mais dificilmente contestada. Longe de ser algo independente de prolongamento material, o virtual deve conter ao menos um momento em que se transforma em realização, mantendo o seu caráter de potencialidade, na manutenção da sua existência no tempo.

A consideração acerca do virtual, contudo, pode permitir uma espécie de virada, indicando que a memória talvez não esteja no passado, mas na dimensão potencial do objeto, no seu virtual, e o esquecimento se dá justamente pela afirmação sem fim dessa dimensão, pela afirmação de uma memória descarnada, de uma memória separada do corpo vivo. Isso porque a memória é a afirmação do existente, e é sobre essa afirmação que o existente se mantêm enquanto tal, permitindo a sua realização.

O que se elabora aqui é que a afirmação do virtual capturada pela lógica dominante da racionalidade tecnológica, serve à manutenção da imobilidade das relações de produção dominantes. Nota-se assim, uma tendência à virtualização crescente em todos os âmbitos, da comunicação, da relação com o corpo, do mercado e da economia. O virtual se descola e mantêm o movimento como potencialidade, como promessa, mas promessa vazia porque esquecida de si.

Sabe-se assim, que o aumento da virtualização torna fluida a aparência dos fenômenos, permitindo que novas técnicas ou novas configurações sociais e econômicas possam a todo momento recolocar em questão a ordem e a importância dos acontecimentos. Outro fenômeno associado à virtualização das coisas é que as informações e os conhecimentos podem constar entre os bens econômicos primordiais. Sua posição de infraestrutura, de fonte ou de condições determinante para outras formas de riqueza, tornou-se evidente.

A virtualidade visa superar a escassez, porque não se fundamenta em objetos reais. O que se troca, se envia, se transmite pelo seu meio não se perde e nem se destrói pelo uso. Tal compreensão do virtual como superação da escassez vai ao encontro daquela primeira consideração acerca do virtual como expansão do real, mas que tem como verdade a via do virtual como ocultação do real. A manutenção da escassez não se refere à padrões de vida que poderiam ser superados pela virtualidade, mas é uma condição do modo de organização da cultura, da qual o virtual faz parte.

Desse modo, dado que o material tem a ver com uma produção, com um ato de criação, o virtual, no sentido de repensar a memória, é a preservação dessa criação ao libertá-la do tempo, lançando-a à dimensão da totalidade. Tem-se assim que, a relação estabelecida entre o virtual e a materialidade compreende que o virtual não é uma criação recente, mas algo que sempre acompanhou a matéria, compondo um momento da sua ordenação e sendo compreendida, portanto, na ordem também da racionalidade.

Enfim, feitas tais considerações acerca do virtual, e da sua relação com as concepções materialistas clássicas, o problema que se mantém como central é o pensar a mediação, ou seja, o modo como se opera o contato entre a atividade humana e o aparato racional, que resulta nas formas dos instrumentos, nos quais se insere a tecnologia e o seus exemplares, e entre essas formas e a atividade que por sua vez delas se utilizam. O problema aqui delineado, do papel da tecnologia como instrumento de dominação, expresso na relação entre as redes sociais e casos de violência entre grupos, não pode ser esclarecido se considerado uma separação entre o instrumento em si e o uso dele feito, devendo a questão ser direcionada para o modo como se objetivam ambos elementos, e assim, se encontra que tal questão diz respeito ao modo como se organizam as forças sociais, ao mesmo tempo produtora da tecnologia e ordenadora da sua aplicação.

Do mesmo modo, não cabe a culpabilização dos indivíduos cujos comportamentos se observam imediatamente como recrimináveis, e assim passíveis de outro direcionamento, por exemplo, a partir de diretrizes de conduta online. É a mediação, portanto, que retira dos objetos,

e para tal, do sujeito, o seu potencial para contribuir com a libertação humana, e é a partir dessa categoria que se deve então orientar a articulação e sistematização final do presente trabalho, de modo à indicar os caminhos pelos quais a barbárie se mantém presente e os modos pelos quais a emancipação pode ser resgatada.

CAPÍTULO 3 – A OPERAÇÃO POLÍTICA DO CÁLCULO

A armadilha da identidade

A crítica das condições sociais realizada a partir da identificação dos seus princípios ordenadores aponta, como vem sendo indicado, para a existência da produção de conformação social na assimilação dos processos humanos à manutenção de fins econômicos excludentes. Essa condição é operada por aquilo que Adorno nomeia como princípio da identidade (2008), enquanto o esforço de conduzir a dinâmica de produção e reprodução social na redução daquilo que é diverso à ordem do idêntico. O autor esclarece que esse princípio é identificado como ordenador tanto por se apresentar no modo de operação do pensamento estruturado pela lógica vigente, que para conhecer, opera convertendo em igualdade aquilo que é desigual, quanto no modo como funciona a ordem social, cujas relações de produção resultam não apenas em objetos mas também atuam na constituição do sujeito, o preparando para ser inserido em relações de troca, desprovidos de valor em si.

Enquanto possuindo base material, a identificação teórica de tal princípio remete à centralidade da noção de identidade, que fundada em uma contradição, é tanto o que garante que o mundo seja passível de inteligibilidade, como também o que permite a defesa do indivíduo como algo separado do todo social. Assim, ao mesmo tempo em que se mantém a continuidade do modo de ordenar a sociedade, estabilizando uma configuração determinada e inteligível, se anuncia o indivíduo como parte dotada da razão que sustenta tal configuração, e portanto, dotado de autonomia.

Entretanto, o caráter contraditório da identidade é aprofundado de tal modo que a defesa da autonomia se faz necessária para a manutenção das dinâmicas de dominação social que impedem o desenvolvimento das condições emancipatórias. O indivíduo enquanto produtor das suas condições de vida é investido com o fim de reproduzir as dinâmicas da sua própria dominação e se torna então, o responsável por automatizar a reprodução do funcionamento do sistema em suas menores partes. Assim, acompanhando o entendimento de Marcuse (1979) de que a racionalidade existe como tecnologia, no entrelaçamento entre a abstração que sustenta as dinâmicas da produção social e os elementos que na concretude realizam essa dinâmica, se fundamenta a ideia de que a dominação como norma é mantida não apenas pela imposição de força coercitiva direta, mas principalmente, se legitima como um princípio ordenador.

A questão então é colocar que esse sistema se sustenta sem grandes rupturas no seu modo de funcionamento, organizando o mundo moderno e estendendo sua influência à contemporaneidade, por operacionalizar nos instrumentos que compõe a experiência social o esquecimento de ideais e modos alternativos de existência, uma vez que tais instrumentos realizam os fins pelos quais foram constituídos. Esse aspecto é essencial para a compreensão do modo pelo qual o progresso é apresentado como realização de tendências totalitárias. Os ganhos tecnológicos, quando colocados sob um mesmo modo de produção, geridos pelo interesse da progressão do capital, se convertem em ganhos para a sua melhor progressão. A tecnologia, ao ir para as mãos dos indivíduos, adquire a capacidade de a cada clique garantir que tal interesse se mantenha atuante de maneira quase generalizada. Promove-se assim, a convergência de interesses essencialmente contraditórios, em uma integração e identificação que promove o que Marcuse (1999) chama de cimento cultural, um aburguesamento no qual se tem “o nivelamento das forças anteriormente vanguardistas-oposicionistas com o aparato cultural do capitalismo monopolista” (p. 296).

É no interior desse processo que se entende que

a racionalidade individualista nasceu como uma atitude crítica e de oposição que deriva a liberdade de ação da liberdade irrestrita de pensamento e consciência e media todos os padrões e relações pelo interesse próprio racional do indivíduo. Ela transformou-se na racionalidade da competição em que o interesse racional foi substituído pelo interesse do mercado, e a conquista individual foi absorvida pela eficiência (MARCUSE, 1999, p. 97).

Esse desvio do indivíduo no falseamento da ideia de liberdade é aqui trazido como uma importante formulação para entender as dinâmicas sociais pautadas em ideais neoliberais que, fortalecidos pelos avanços tecnológicos, mercantilizam a individualidade. Assim, se compreende que a relação do indivíduo com as redes sociais não pode ser imediatamente entendida como uma relação capaz de expandir o espaço de liberdade, na medida em que essas redes se prestam também à manutenção do atual sistema social.

Aproximando a análise para o modo como essa dinâmica se apresenta na ordem da subjetividade, tem-se, novamente, que o princípio de identidade se liga à tendência à autoconservação, na qual há

a integração da sociedade que se apresenta aos sujeitos como se fosse algo irresistível. O seu interesse em que cuidem deles paralisou o interesse por uma liberdade que eles temem não ser outra coisa senão ausência de proteção (ADORNO, 2009, p.182).

Em um estado de ameaça constante, a vontade atrofiada, devido tanto à escassez das condições para sua realização quanto a normas e sanções que se articulam ao processo de formação, faz com que ela se iguale ao que está imediatamente dado, retirando do horizonte possibilidades de transformação. Promove-se assim, a integração do indivíduo à sociedade, fundando uma ordem de heteronomia em que comportamentos individuais, na manifestação de vontade subjetiva, entram em consonância com a necessidade de manutenção da ordem, submetendo o indivíduo à adaptação às relações de dominação.

O entendimento da categoria de mediação é aqui essencial, é ela que indica a existência de um momento de transformação da tendência à emancipação individual em produção de um indiferenciado para a manutenção de uma ordem de submissão e controle, contida na contradição que é trazida pelo princípio de identidade. Isso porque ao mesmo tempo em que emancipação diz da realização do diverso, ela também implica o retorno e afirmação do eu, e dessa maneira, a regressão que se observa nos fenômenos sociais que tem como agente o papel exercido por instrumentos de comunicação, não pode ser entendida como sendo de responsabilidade individual, nem mesmo característico apenas de um determinado momento histórico. É necessário identificar o que cumpre o papel de mediação e como ele se realiza, na compreensão da dinâmica entre as condições para a liberdade e a imposição de determinações históricas.

Ao se entender que liberdade significa a transformação das situações (ADORNO, 2009, p. 191), compreende-se que não pode haver liberdade individual sem que haja condições sociais concretas para que essa liberdade se efetive. E ao dizer de condições concretas se diz da qualidade das mediações, uma vez que é necessário haver uma organização social que permita a existência de uma riqueza externa capaz de se converter em substrato para o desenvolvimento da subjetividade. Essa por sua vez deve ser capaz de se desdobrar em uma realização diferenciada, na qual é identificada a possibilidade de liberdade. Nesse sentido, o desenrolar do processo de formação orientada para a emancipação, depende de uma certa organização da cultura.

Quando no seu lugar há uma falha na mediação, se tem o aprisionamento da liberdade na barbárie, ou seja, na manutenção de condições de desumanidade e violência. Aqui cabe o entendimento apontado por Adorno (2010) de que esse esquema de ordenação é capaz de sustentar a si mesmo como válido, não como incompleto ou insuficiente. É um sistema que funciona promovendo a deformação dos indivíduos. A compreensão da existência de desvios se deve à atividade da crítica que, na identificação de elementos que não se realizam em

liberdade humana, aponta a existência de um falseamento, de onde o sujeito e a cultura devem ser resgatados.

A formulação da existência de um esquecimento em curso se deve ainda à identificação de um estranhamento no modo como se dá a relação do indivíduo com a realidade. O conflito é também a marca do esquecimento, cuja manifestação, tal como um sintoma, representa uma disfunção que por isso mesmo, aponta para a possibilidade de transformação, indicando a não completa assimilação do indivíduo às dinâmicas de dominação.

Entretanto, a situação atual faz com que a contradição se desdobre não pela sua superação dialética, mas pela atualização do esquecimento. E como afirma Adorno (2009)

a identidade não pode ser negada abstratamente, mas precisa ser conservada na resistência, se é que ela deve se transformar um dia em seu outro. O Estado atual é destrutivo: perda da identidade por causa da identidade abstrata, da autoconservação nua e crua (p. 233).

O que se aponta é que por conta da existência do princípio da identidade, a tendência das atividades humanas, ainda que havendo pretensões libertárias, é o convergir para a manutenção desse princípio, garantido pela operacionalização, na tecnologia, dos seus interesses, que funcionam seguindo a lógica da integração. Dado que o princípio da identidade determina então, a manutenção das dinâmicas de dominação, o que resta é a eventual captura das formas sociais aos interesses do funcionamento hegemônico que ditam o rumo das mudanças sociais. Esse entendimento indica que a possibilidade de superação desse estado exige radicalidade, sendo formulada por Adorno na consideração acerca das condições de realização do sujeito, na qual,

caso o sujeito recaia de maneira esquizofrênica, sob a pressão desmedida que pesa sobre ele, no estado de dissociação e de ambivalência do qual ele se subtraiu historicamente, então a dissolução do sujeito é ao mesmo tempo a imagem efêmera e condenada de um sujeito possível. (ADORNO, 2009, p.234)

A questão que fica é acerca da possibilidade do exercício da liberdade individual ser capaz de resistir aos ditames desse sistema que se aponta como possuindo uma estrutura totalitária sobreposta às realizações de outras existências possíveis. Ao entender que há a manutenção desse sistema totalitário sustentado por uma ordenação racionalizada, a crítica questiona os limites desse sistema, identificando o seu alcance, a fim de apontar para saídas e alternativas que tenham capacidade real de resistir e construir algo novo, para que esse novo -

e a resistência que representa - não seja afetado pelo esquecimento e para que os caminhos propostos não sejam novamente capturados.

É nesse sentido que se entende a violência que é propagada pelo uso das redes sociais, no esclarecimento da medida em que essas redes estão identificadas ao princípio de identidade, que reduz o espaço para manifestações próprias do diverso, bem como em que medida é possível pensar que contribuam para a afirmação da liberdade humana possível. Ou seja, a questão que se coloca vai no sentido de compreender em que medida o usuário que se engaja em comportamento violentos o faz se apropriando de condições oferecidas pelas redes e em que medida esse usuário pode se organizar para fazer um uso estratégico dos recursos por ela oferecidos.

Sabe-se que Adorno (2009), ao refletir sobre a totalidade do sistema da semiformação, aponta como saída a necessidade de uma reflexão crítica sobre esse processo, na identificação das suas manifestações e determinações. A emancipação a ser alcançada na realização da formação real é apontada não afirmativamente, na expressão de um programa ou na descrição de procedimentos revolucionários, mas se delinea justamente naquilo que desponta negativamente, no avesso da crítica. A crítica radical e minuciosa das armadilhas e capturas ao movimento regressivo do esclarecimento, se faz na identificação tanto do que ficou esquecido quanto do que pode despontar como possibilidade, o que é feito na “antecipação concreta e intermitente da possibilidade, que não é nem alheia aos homens nem idêntica a eles” (p. 247)

Para tal, faz-se necessário ainda uma consideração acerca do que se entende por liberdade na perspectiva adotada por Adorno (2009), que implica considerar suas manifestações falseadas e as condições para a sua defesa. Nesse sentido, a liberdade não é um elemento metafísico “derradeiro e imutável” (p. 185), mas possui duplo sentido, sendo ao mesmo tempo não isolável, dependendo, como já dito, da objetivação das condições para tal, e espontânea, na realização do diverso que desponta. Assim, “de acordo com a figura concreta da não-liberdade, a liberdade só pode ser apreendida em uma negação determinada” (p. 195), realizada essencialmente como não-aprisionamento.

Sob o domínio do movimento regressivo da dialética do esclarecimento, o que aparece como autonomia se revela ser “uma exteriorização do supereu em vista de uma adaptação incondicional, mas não de sua suspensão em um todo mais racional” (ADORNO, 2009, p. 229), situação na qual a coerção realizada pelo supereu se realiza tão efetivamente em manter o indivíduo agindo sob o signo da norma dominante que a vontade deixa de se orientar pela

liberdade, na adaptação ao existente. Esse entendimento reforça que o sujeito para a liberdade deve ser objetivo e, portanto, realizado coletivamente.

Levantando-se assim os questionamentos que devem ser respondidos como parte da análise realizada ao final desse trabalho, tem-se que, ao partir da identificação da dinâmica interna às redes sociais que se identificam aos elementos aqui explicitados naquilo que compõe a dialética do esclarecimento, faz-se necessário esclarecer, diante dos elementos da contradição aqui exposta, se o que se aponta como resposta é a necessidade de negação das redes como um instrumento, na defesa de outros modos de comunicação e relação, em uma espécie de negação da tecnologia; ou se é possível o delinear de um uso que seja coerente com a proposta de emancipação sob a qual se sustenta toda a crítica aqui realizada. Nesse sentido, Adorno (2009) aponta que, como maneira de responder ao esquecimento, deve-se manter a consciência sustentada na contradição, sendo esse o posicionamento capaz de permitir ao indivíduo o contato com as determinações coletivas nas quais se inserem a sua condição e atividade imediata, resistindo à total assimilação que se forja de liberdade.

Do *big data* ao ato

Mozorov (2018), representando certas tendências interpretativas acerca das redes sociais, questiona sobre quão genuína era a promessa de emancipação contida nos primórdios da cibercultura, e se teria sido possível outro rumo caso a tecnologia fosse controlada democraticamente. Com o que aqui se tem desenvolvido é possível indicar que a resposta a essas perguntas é que a emancipação anunciada foi já de início falseada, impossibilitando um rumo democrático do uso de tais redes. Sendo um produto histórico do modo como a sociedade está organizada, a compreensão da violência que se apresenta possível do uso das redes sociais não se encontra no esclarecimento em si do que é a cultura digital, mas é entendida a partir do modo como tendências sociais se ordenaram para manter tal fenômeno atuante. Assim, uma vez que não é possível prosperar de maneira isolada, não se pode fazer um uso progressista de um instrumento dentro de uma dinâmica social que se impõe aprisionadora.

Falseada, a liberdade anunciada se pauta pela ideia de emancipação por meio do consumo onde, junto à promessa de liberdade, abertura e mobilidade, os “aspectos da existência cotidiana são convertidos em ativos rentáveis” (MOROZOV, 2018, p. 33). Uma vez que as ações online se inserem em uma estrutura que transforma os dados produzidos em mercadoria,

dentro da lógica do *big data*¹¹, tais ações são facilitadas. Os dados resultantes da atividade online encontram lugar nessa organização de larga escala ao serem inseridos em um ordenamento por tendências e posteriormente convertidos em publicidade e produtos. A permanência online e a interação com o conteúdo são assim estimuladas e reforçadas, sendo a própria plataforma a agente de tal dinâmica. Sua ação consiste em selecionar e apresentar aquilo que resulta do cálculo algorítmico, por sua vez programado para alcançar o chamado engajamento, ou seja, a garantia de que o usuário vai manter a sua atividade online.

O interesse que se responde a partir de tal funcionamento é o da formação de monopólios fortalecidos pela mercantilização da informação como um bem de relevância crescente. A influência do processo de monopolização das empresas de tecnologia digital termina por alcançar também a esfera pública que adquirem a capacidade de expandir a sua lógica de modo a redefinir os problemas sociais. Tais problemas são compreendidos como sendo causados não por questões estruturais da produção material, mas, por exemplo, pela escassez de informações e falta de gerência técnica, e o mais importante, cuja resposta é oferecida pelos softwares por elas desenvolvidos (MOROZOV, 2018).

Esse monopólio se fortalece quando parte crescente das interações sociais são mediadas pelos aplicativos desenvolvidos por essas empresas, fazendo com que tais interações se somem aos seus bancos de dados. Como já apontado, tal totalização da organização social sob princípios mercadológicos se apresenta no domínio da cultura pela personalização e exaltação das “experiências únicas e individuais” (MOROZOV, 2018, p.47), como forma de aprimorar o controle sobre os processos sociais no apagamento do caráter coletivo e historicamente determinado das experiências, que tem a sua pluralidade enfraquecida. Isolados, os indivíduos se tornam passíveis do controle direto de tais empresas, dado a centralidade que, por exemplo, as redes sociais adquirem ao capturar a atividade individual para a manutenção da circulação de informações e, portanto, de dados.

Os discursos de ódio online não são coibidos pelo Facebook, e para além disso, conhecendo a tendência à digitalização, que na verdade se refere ao acirramento das tendências do capitalismo global no caminho do fortalecimento das empresas de tecnologia, a pergunta

¹¹ *Big data* se refere à compilação e organização das ações realizadas em ambiente digital, compondo um crescente conjunto de dados de grande complexidade e volume provenientes de diversas fontes autônomas. Com o desenvolvimento da internet e da capacidade de coleta e armazenamento de dados, o *big data* se expande rapidamente por diversos domínios, inclusive para a ciência e para as políticas públicas (WU, ZHU, WU, DING, 2014; ANTUNES; MAIA, 2018). Mais do que um objeto ou um efeito da tecnologia, é parte de uma “nova lógica de acumulação” (ZUBOFF, 2018, p.18) e deve ser compreendido como parte do todo social, não isolado dele.

que se mantem é: a que serve a transformação do discurso de ódio em comportamento de violência?

Primeiramente é preciso esclarecer que a violência anti-refugiados não é o único tipo de comportamento que se manifesta após mobilização individual. Tal lógica tanto segue o padrão da propaganda das mídias tradicionais, cujas imagens tem como objetivo produzir o consumo, quanto segue a lógica da própria cultura digital que tem como fundamento a reorganização das dinâmicas sociais de produção e reprodução, alinhada a objetivos políticos que reponham interesses de classe. Se dentro desses objetivos, dado o contexto histórico em que se inserem, se faz necessário o ataque aos refugiados, tal interesse vai ser fomentado pelas empresas que controlam as informações, uma vez que informação, na atual conformação das forças históricas significa controle e poder.

Controlando a disponibilidade de informação e o acesso a elas, mas permitindo que o indivíduo aja como usuário que auto seleciona e até produz seus conteúdos, a mediação, e mais do que isso, o seu caráter de controle, se oculta. O indivíduo se isola na ação individual respondendo ao ambiente e termina por agir em conformidade com a ordem social sem que haja expressamente a imposição de regras e a aplicação de punições. Os mecanismos de controle recaem diretamente sobre os indivíduos devido ao caráter altamente especializado da mediação, que se refina até não ser percebida como tal. Desse modo, compreende-se que, aquilo que se apresenta como mais imediato esta, do contrário, imerso em mediações.

As redes sociais são mediações que apenas se realizam no esquecimento de tal caráter, onde os usuários são pensados como autônomos e independentes entre si, caso contrário, seriam entendidas como totalitárias, por imporem sua presença e seu funcionamento de forma crescente. É por apresentar de maneira personalizada os conteúdos de interesse do usuário que, após terem acesso a postagens e grupos de discussão online, os próprios indivíduos identificam o refugiado como ameaça e sabem como agir em relação a ele, dispensando a necessidade de leis específicas ou políticas de controle institucionais de cunho explicitamente fascista, ocultando assim o quanto tal interesse é fomentado em conformidade com o interesse dominante.

Assim, junto ao processo de esquecimento, na progressão da sua realização, ocorre a particularização dos processos sociais, sendo o indivíduo hipervisibilizado (MOROZOV, 2018, p. 113) enquanto se apagam os determinantes dos processos sociais que sobre ele incidem. Tal visibilidade é permitida justamente pelo *big data*, que acumula informações particulares capazes de produzir perfis especializados e diferenciados, no acúmulo de traços e impressões

que tomam forma própria. A abstração do pessoal para fins mercadológicos realiza a mimese do indivíduo, que aparece de modo isolado no virtual, e cujo prolongamento, que o liga à coletividade, é por sua vez apagado na concretude. O indivíduo se torna assim transparente e manipulável em tempo real.

Entretanto, aqui se aponta que não há um virtual por si, isolado do material, e desse modo, a atividade algorítmica é baseada no registro de traços de personalidade reais que são então isolados em características que possam resultar em atividades rentáveis para a plataforma, reforçando tais traços como forma de manter a atividade online. Os comportamentos manifestados *online* são provenientes de características pessoais do usuário, que são por sua vez reforçadas. Os mecanismos de reforço não separam as dimensões *online/offline*, do contrário, intensificam a sua ligação, e tais comportamentos resultam também em atividade offline, uma vez que se tratam de determinantes que são em última instância materiais.

Realizadas como ferramenta de regulação, as redes sociais fazem com que manifestações de preconceito sejam reforçadas com conteúdos e contatos similares e tomem proporções em uma velocidade que *offline* não tomariam, uma vez que a relação entre a interação *online* e as respostas a tal interação ocorrem simultaneamente. Por ser o algoritmo capaz de prever características a partir da interação com a rede, tais características são então fixadas e o usuário passa ser visto a partir da constituição do seu perfil pelo algoritmo (KOSINSKI; STILLWEL; GRAEPEL, 2013). Uma curtida em um comentário xenofóbico faz com que novos conteúdos similares apareçam e as nuances comportamentais são registradas, ampliadas e enfim utilizadas para objetivos políticos.

A imediaticidade do controle é a marca do tempo e implica a ampliação do seu poder, na redução dos espaços para a resistência. Um elemento dessa dinâmica é o fato de que ela se mantém dado a possibilidade das empresas dos aplicativos lucrarem com os problemas sociais, em um processo onde as causas são afastadas da consideração acerca do problema, de caráter estrutural, e as estratégias de controle se concentram nos efeitos, adquirindo um aspecto de gerencia (MOROZOV, 2018). O que se alinha à tendência à tecnificação dos processos sociais onde questões são naturalizadas e reduzidas ao dado, permitindo a sua manipulação.

Tal imediaticidade, promovida pela regulação algorítmica como racionalidade atuante, afasta o indivíduo da sua realidade enquanto mantém a atividade *online*, e nesse sentido não há nada de natural nos dados que se processa. Os registros de tal atividade não representam os registros de motivações ausentadas de mediação, do contrário, o que se registra é a objetivação em grande parte de tendências sociais impressas também no funcionamento das plataformas. O

indivíduo que ataca o refugiado localiza nele a ameaça, e enquanto essa permanece, uma vez que é da ordem da organização social que impede condições de segurança, ao mesmo tempo o engajamento se sustenta pelo usuário ativo na produção de dados online.

As *big tech* (MOROZOV, 2018), tecnologias apoiadas no *big data*, mobilizam ao mesmo tempo em que desarmam, tanto no caso do discurso de ódio como em toda a instrumentação que é permitida pela sua estrutura que controla efeitos e mantém as causas. Se tem assim um ambiente favorável para que comportamentos e atitudes discriminatórias sejam ampliados, dado o seu possível uso político e econômico.

Retomando os dados trazidos no início do trabalho, que apontam que quedas no número de acessos ao Facebook são acompanhadas por quedas no número de ataques à refugiados (MÜLLER; SCHWARZ, 2018), se evidencia o que aqui vem sendo dito: a expansão do funcionamento social para as relações *online* faz com que as plataformas sejam responsáveis por organizar as ações individuais. As redes como realização da racionalidade que se desenvolve junto ao desenvolvimento das forças produtivas têm uma função importante em determinar os fenômenos sociais que acompanham esse desenvolvimento. As dinâmicas sociais *online* são aproximadas então do papel que as empresas que gerenciam tais plataformas exercem no capitalismo mundial. E enquanto cresce o papel social do Facebook, cresce também o seu faturamento.

Assim, considerando historicamente a função dos discursos de ódio e dos comportamentos discriminatórios para a manutenção das relações sociais sob domínio de interesses econômicos excludentes e opressores, fica claro compreender o papel exercido pelo *Facebook* em tais fenômenos contra os refugiados. Ainda que, no caso da violência aqui denunciada, as redes sociais não funcionem como único determinante, não sendo apenas o seu uso o que causa a violência, é relevante considerar como os estímulos que levam à violência se reorganizam a partir da estrutura dessas redes, devido principalmente ao formato dos conteúdos pontuais e isolados de uma compressão de conjunto, e a facilidade e velocidade com que se disseminam. Características apoiadas no fato de que esses conteúdos não tem como fim informar, mas produzir novos conteúdos em formato de post e interações *online* e, portanto, mais dados.

Tudo isso leva ao fato de que as redes sociais se alinham aos objetivos dominantes, uma vez que seu propósito é também o lucro e, por isso, a manutenção de tal estrutura de poder e opressão, aprofundando os seus elementos, e os revestindo de características do nosso tempo, em um quadro onde não há uma simples manutenção de dinâmicas mas o surgimento de novas

contradições, devido a própria centralidade que a lógica que opera em tais redes adquire economicamente. Ainda que o fenômeno apareça como ausentado de sentido e que os dados enquanto tal não tenham começo nem fim, há uma racionalidade operando, mesmo que não esteja acessível ao indivíduo enquanto usuário.

Em tal dinâmica, o que se realiza é um processo de massificação que opera de maneira personalizada, capturando os detalhes, referentes a traços de comportamento e personalidade, mas os mantendo isolados. Assim, se processa a anulação da alteridade, retirando esses detalhes do seu prolongamento histórico e processo de formação. Tal personalização não suporta o diverso e, portanto, deve se manter isolada, fazendo com que o diverso seja passível de ataque. Os dados elaborados por Müller e Schwarz (2018) permitem indicar que, em casos em que há acesso reduzido ao Facebook, tal predisposição contra a diferença não se realiza de modo tão imediato. Uma vez que cidades com índices mais altos de acesso apresentam mais casos, mesmo que durante quedas na internet, a ideia de que as redes sociais possuem um papel importante de mobilizar é reforçada. A rede sustenta o indivíduo isolado e o instrumentaliza.

O *big data* não deixa escapar ninguém, os conteúdos são direcionados para cada usuário específico baseado na sua própria atividade, que ganha extensão e concretude a partir daquilo que é fomentado *online*. Os discursos de ódio se manifestam em atos de violência porque os processos *online* são materiais. A contradição entre a massificação pela afirmação do indivíduo, se dá por esse não compreender o diverso, e implica a sua aniquilação também na materialidade. A manifestação de descontentamento com relação a existência da alteridade é realizada nos ataques contra os refugiados, por serem aqueles que vem de fora e que são, portanto, a própria encarnação do diverso. A presença de tais indivíduos fere a identidade nacional, que como a individual, se baseia na oposição com relação à diferença, devendo ser mantida então dominada e submetida. A violência firma o esquecimento.

Na contradição entre um *continuum* histórico de dominação e a progressão de processos de esquecimento, o que se mantém esquecido é a manifestação de própria dominação na não realização das potencialidades contidas na cultura, onde recursos individuais e as forças produtivas são dispostos na direção da realização de fins particulares que tem como resultado a manutenção de uma situação de insegurança social, bem como no apagamento do caráter coletivo do qual se constituem a consciência e a própria subjetividade. Nesse sentido, o esquecimento aqui levantado não se trata de manifestação de um sintoma individual, mas de uma tendência social que opera por dissociar o fato de que tanto as produções humanas, e como

tal, a tecnologia, quanto a existência individual, se inserem em processos históricos. São seres e objetos históricos constituídos por determinações e portando, de mediação.

Essa contradição carrega consigo um princípio unificador, em que a forma hegemônica da racionalidade expressa na organização da cultura oferece as condições para que tal unificação se realize na predominância da formação de monopólios no atual funcionamento da economia global. Esse princípio se impõe também forçando as relações entre os indivíduos de modo a conformarem a sua vida aos limites estreitos do ordenamento econômico. Como resultado de tais tendências, a tecnologia atual, com base no processamento de dados digitais, dá ao indivíduo as condições para ser o operador de tal princípio, bem como o coloca como obstáculo e ameaça a depender do contexto político e geográfico em que está inserido.

Ainda que de início a internet tenha sido concebida de modo a ser descentralizada, se espalhando e se infiltrando em espaços diversos, a estrutura de rede permite do contrário, a centralização. Há uma disposição, por exemplo, à unificação dos usuários nas mesmas plataformas, constituindo a rede, e assim, tendências são centralizadas junto a manutenção dos interesses hegemônicos que se fortalecem com os monopólios detentores das plataformas.

Desse modo, compreende-se que à ação individual se somam um conjunto de tendências, mais ou menos visíveis. Entretanto, o movimento essencial para compreender as dinâmicas aqui apresentadas é que tal ação deve se manter como resultado de motivação individual. Como aponta Sancho (2018), com o advento do *Wi-Fi* e dos *smarthphones*, tecnologias que, como visto, não passaram por processos de organização coletiva de posicionamentos e direcionamentos políticos, ou seja, não ocorreram juntamente à um processo de politização daqueles que vieram a se colocar como usuários, há o surgimento de “multidões conectadas” (p. 367) mas a partir de usuários capazes de agir de maneira voluntária, se posicionando em relação a questões sociais e gerando movimentos virais.

Os atos e motivações *online* se passam, e são reivindicados, como voluntários, mas são resultados de sondagem e de cálculo, uma vez que o comportamento é registrado e direcionado. A questão é que o mecanismo para produzir a massificação é deslocado, se descentraliza, permitido pelo fato de que o que toma o centro é o seu modo de operação, a sua racionalidade, que forja o sujeito a aparecer falseadamente como autônomo. Da permissão que qualquer um se instrumentalize e participe, é produzido como resultados as multidões, e não raro, de crescente caráter fascista.

O indivíduo como objeto e medida

Aqui o que se estabelece é a relação entre o desenvolvimento tecnológico apoiado na tecnologia do *big data* e o aprofundamento da estruturação de uma individualidade deformada. O que é prometido como condição de libertação das limitações sociais históricas, se converte em maior entrega do indivíduo às contingências, o que na análise de Horkheimer (2015) contribui para a deterioração do indivíduo submetido às condições de instabilidade, em uma situação onde “embora tudo se modifique, nada se movimenta” (p. 163).

Como visto, o que é mantido como constante é a dominação, que se volta contra o próprio sujeito e encontra a tecnologia como mecanismo de aprimoramento. Adorno (1951) em seu aforismo 39 do *Minima Moralia*, elabora a ideia da produção de uma condição de subordinação apoiada pela ciência e pela tecnologia no mecanismo da “divisão do homem em suas faculdades” (p. 54), na qual a lógica de divisão que se impõe sobre a organização do trabalho se volta para o próprio indivíduo, e opera nele também uma separação. Apesar da aparência de autonomia no reforço das capacidades e habilidades individuais, o que se processa é o isolamento do indivíduo em relação à consciência das suas condições históricas de determinação.

Tal separação é colocada por Adorno (1951) como sendo a atuação da psicotécnica, na qual atributos e capacidade psicológicas, cognitivas e comportamentais são isolados para serem promovidos e instrumentalizados. O que se passa com a interioridade é devido aos mesmos processos que comandam os objetos exteriores, de quantificação e mercantilização. Seguindo a lógica de eficiência que ordena a racionalidade, o indivíduo isolado se torna mais controlável, e desse modo “aqueles que dispõem realmente das coisas estão prontos a retomá-la a partir do momento em que a propriedade geral possa se tornar perigosa” (p. 55).

A partir das considerações aqui trazidas, compreende-se que, enquanto a organização do trabalho aloca os indivíduos no processo de reprodução do capital, a indústria cultural oferece os conteúdos aos quais o indivíduo deve se voltar de modo a se tornar mais ajustado ao lugar a ser ocupado. Ou seja, cumprindo uma função na lógica da indústria cultural, desdobrada das necessidades colocadas pela organização do trabalho, as redes sociais oferecem a mediação entre tais dimensões por, ao mesmo tempo, servir à constituição do indivíduo e à sua instrumentalização para agir socialmente.

O indivíduo tal qual se apresenta é resultado de um processo de expropriação e está submetido a dinâmicas de controle. A psicotécnica identificada por Adorno (1951) se relaciona

com a violência que tem as redes sociais como operadoras por ser o mecanismo de tal instrumentalização, se estendendo da racionalidade que ordena as relações materiais até a organização da vida subjetiva.

A totalização da lógica de dominação apontada por Adorno e Horkheimer (2006) como tendência da dialética do esclarecimento, se articula com o processo de globalização alcançado pelo movimento do capitalismo. E é a globalização que dá à indústria cultural um modo de operação modificado. O termo cunhado pelos autores se refere ao processo de massificação pela imposição da lógica do capital sobre as relações humanas, mas a tal princípio se acrescentam tensionamentos quando se considera que, para a imposição de tal lógica, que se mantém atuante, os processos devem se diversificar, devem acomodar os contextos diversos promovidos pelos objetivos políticos que realizam a dinâmica global do capital.

Ao serem considerados tais novos tensionamentos, Lash e Lury (2007) indicam estar em ação não os mecanismos da indústria cultural clássica, mas os da chamada indústria cultural global, diferenciada pelo modo de operação do princípio da dominação. Enquanto na primeira indústria cultural o principal mecanismo colocado em movimento é a imposição de elementos culturais que forçam um alinhamento da vida cotidiana à lógica do mercado, a globalização alcançada pelo funcionamento econômico realiza a dissolução dos limites ainda existentes entre a cultura e a organização das forças produtivas. Enquanto num primeiro caso se tem a necessidade de um controle central localizado e o colocar em evidencia aqueles que são detentores dos interesses, o próprio mecanismo da indústria cultural já promove a transformação dessa estrutura ao distribuir tal controle para as mãos dos indivíduos, que deixam de estar submetidos a uma força repressiva evidente.

O caráter de mediação, como vem sendo indicado, se apaga e a opressão se dá de maneira mais imediata, e por isso mesmo mais regressiva. O próprio indivíduo acessa os conteúdos que lhe interessa, e os seus interesses e ações se passam como sendo resultado de um processo autônomo de escolha. O indivíduo se afasta da identificação com os seus determinantes, e as mediações que lhe constituem e sobre ele agem são esquecidas. Mas como aqui se tem indicado, tal mediação não deixa de estar presente, é o seu modo de operação que se modifica em função da própria racionalidade e dos instrumentos que a realizam. É nesse sentido que se entende as redes sociais como tal instrumento que coloca em movimento um projeto social de dominação, adquirindo características no seu processo de globalização.

O específico das redes sociais é o seu caráter de mediação esquecida que promove a aproximação entre a manutenção da estrutura de ordenação produtiva e a ação individual que

se apresenta como desprovida de motivação para além do próprio interesse ou desvio do indivíduo. Os objetos não apenas sofrem a imposição da lógica da indústria para se ajustarem, esses próprios objetos impõem por si próprios tal lógica. E uma vez que o indivíduo é coisificado, observa-se um alinhamento da vida em seus elementos mais cotidianos à lógica da indústria.

Enquanto em um primeiro momento a cultura se converte em mercadoria e a lógica de consumo submete tanto os objetos, e por eles, o indivíduo, aos objetivos do capital, tal funcionamento se aprofunda de forma que o processo de tornar-se mercadoria se dá por dentro da circulação na própria cultura. Ainda que não diretamente produzido enquanto tal, o objeto, no seu movimento, por estar submetido ao funcionamento da circulação, se realiza afirmando a lógica da mercadoria. Tais objetos, que não se produzem como mercadoria, mas que se transformam em tal na sua inserção e movimento na cultura, são então indeterminados. As estruturas capazes de acomodar tal lógica não se padronizam, se diversificam. As opções se multiplicam. O indivíduo pode se acomodar em todo um espectro de comportamentos e identidades não-hegemônicas, e conta com um montante de informação que circulam *online* para se constituir enquanto tal.

Os perfis criados no *Facebook*, a partir dos quais os indivíduos se colocam *online*, se baseiam na construção de uma linha do tempo pessoal, preenchida com conteúdo dos mais variados tipos e fontes, tais como notícias, imagens, fotos, vídeos, produções próprias ou compartilhadas a partir de terceiros. A história individual, se constitui a partir de narrativas autoproduzidas, uma vez que cada linha do tempo é preenchida pelo próprio usuário que interage com os conteúdos que circulam pela rede.

Como afirmam os autores (LASH; LURY, 2007), isso não significa que capitalismo não esteja se reproduzindo de maneira hegemônica e global, mas que tal reprodução se opera de outro modo. A construção da massificação é operada pela produção da diferença. Desse modo, para que a dominação seja mantida, tal diferença deve promover por si tal dominação.

Paradoxalmente, as relações às quais o indivíduo se identifica são evidenciadas. Do mesmo modo, esse conta com uma espécie de ampliação da capacidade de memória, uma vez que os seus movimentos e relações ficam então registrados, marcando a produção da diferença. A identidade se torna vinculada a tais registro. E ainda que se passe como narrativa, como uma produção da dimensão da representação, tal representação não é apenas uma amarração discursiva de tendências, mas é também um acontecimento concreto. A rede como mediação

permite essa ausência de mediação entre real e virtual, uma vez que estão imediatamente identificados.

Percebe-se assim que o mecanismo apontado por Adorno e Horkheimer (2006) como atuante na indústria cultural alcança uma potência que escapou às análises permitidas pelo momento histórico, mas que anunciavam uma operação que não deixou de se atualizar. O espaço da diferença, que dentro de uma perspectiva emancipatória é o espaço para aparecimento do novo, do não-idêntico, e é onde se localiza a possibilidade do sujeito se constituir como ser dotado de autonomia, é capturado como espaço de produção de valor.

Sendo que a diferença se produz na experiência, no encontro do sujeito com a ordem da alteridade, é tal experiência então que se captura, e no lugar de produzir o sujeito e sua autonomia, produz valor. E se a experiência necessita do meio para se produzir, é o meio que produz essa captura, chegando-se novamente à categoria da mediação como chave de entendimento. A inserção da lógica instrumental nos objetos promove a acomodação imediata a partir do momento em que são utilizados.

Por meio das redes sociais, os indivíduos se relacionam entre si como usuários dos aplicativos, cujos conteúdos são produções desses próprios indivíduos. Na plataforma, tendências individuais *offline* se entrelaçam a tais produções que adquirem existência virtual. O virtual é material e a lógica das redes enquanto tecnologia política promove tal ambivalência, que se torna a característica do modo de operação do capitalismo da chamada era digital. Problemas sociais que afetam a vida dos indivíduos são vivenciadas por eles *online*, em grupos de discussão e circulação de informação, e se materializam nos discursos de ódio que elegem o inimigo a ser combatido. O comportamento *offline* retorna como uma extensão de *online*, e os discursos de ódio aparecem como comportamentos violentos de ataques à integridade física daqueles identificados como fonte da ameaça. Enquanto a estrutura social elege tal violência com norma, uma vez que seu princípio ordenador é a dominação, a forma da tecnologia permite que tal norma se realize. O *Facebook* como um espaço em que tais discursos tomam forma, promove assim o movimento necessário a manutenção da ordem social, que se mantém colocando todos contra todos.

Vinculado a noção apontada por Adorno (1951) de que tal estrutura produtiva se reflete promovendo cisões, em que se isolam características do sujeito e da cultura que para fazerem jus a sua constituição devem ser mantidas em relação com seus determinantes, ocorre o particionamento da experiência na relação do sujeito com o objeto isolado porque afastado dos seus prolongamentos históricos. Tal particionamento é assim ao mesmo tempo verdadeiro e

falso. Verdadeiro porque está determinado por processos que de fato promovem essas cisões. E falso porque ainda que ocultado, se está inserido em processos históricos e recíprocos.

Por isso, ao mesmo tempo que os objetos na indústria cultural global tenham a suas diferenças evidenciadas, cada parte que isolada reproduz a mesma lógica, e desse modo, o que se promove não é a aplicação de um espaço de liberdade, mas o aprofundamento do controle, que se dilui e expande seu alcance. E conforme afirma Adorno (1951), a racionalidade é imposta ordenando a vontade, que se manifesta já conformada, tornando tal controle passível de ser manifestado a partir de dentro, atingindo o âmbito da intimidade.

Assim, é estabelecido que o que produz o virtual na atual configuração histórica, manifesta um controle que age se ocultando. Em tal espaço, as ações são realizadas como experiências completas, autônomas e diversificadas, mas a malha de controle ajusta tais experiências ao princípio da identidade, que se mantém atuante, mas anunciando o diverso.

Em última instância, o que se esquece nesse processo, tanto quanto os prolongamentos históricos daquilo que se apresenta como imediato e idêntico a si mesmo na diversidade, é a própria dialética, que permite e legitima a manifestação do diferenciado porque o vincula ao todo que não deixa de constituir o particular, na ligação essencial entre todo e parte. Tal ligação se mantém existindo, uma vez que os fenômenos não estão soltos no espaço social, mas se ordenam por um princípio racional e estão pautados em dinâmicas de produção. O apagamento da existência de mútuas relações entre os objetos e a realidade social serve para que o princípio ordenador que se impõe não seja passível de modificação, e assim, os fenômenos se processam ensimesmados e entregues cegamente às dinâmicas que os determinam.

A multiplicidade que caracteriza a indústria cultural global está colocada sob um mesmo ordenamento, e é assim facilmente capturável na mobilização de comportamentos de massa, ainda que isolados. No caso do ataque aos refugiados, ainda que tais ataques não alcancem grandes proporções, a sua dinâmica segue a dos comportamentos de massa, resultantes de uma ordem que serve a objetivos que não diretamente respondem aos interesses do indivíduo que se manifesta. Entende-se assim que, os ataques, ainda que satisfaçam parcialmente sentimentos de proteção e reparação, não servem aos interesses dos indivíduos que os promovem, mesmo que assim o pareça.

Reivindicando a defesa da emancipação

Como já indicado nas discussões anteriores, o que há de fundo ao apontar a insuficiência da organização social em fazer justiça à humanidade a qual se refere, é a dimensão da formação, que permite apontar para o que é a vida emancipada e, portanto, para a negação de determinadas condições. Essa problemática é desenvolvida em uma importante obra de Theodor Adorno, denominada Teoria da semiformação (2010), na qual o autor desenvolve quais seriam os elementos teóricos capazes de articular uma compreensão acerca da “onipresença do espírito alienado” (p. 9), que sucede à semiformação e cujo enredamento aponta para a necessidade de se olhar para a totalidade das condições históricas e sociais que se objetivam na forma como se apresenta a consciência, em sua deformação.

Para o autor (ADORNO, 2010), o indivíduo alienado, que se afasta da condição de agente no processo de produção do qual participa, é resultado de uma semiformação. Desse modo, entende-se como as condições que operam a semiformação cumprem uma função social, uma vez que, segundo o que foi desenvolvido na discussão acerca da dialética do esclarecimento, há uma racionalidade em operação na ordenação das condições que fomentam a barbárie. E essas condições, por conterem os elementos que se conjugam na constituição da consciência, a aprisionam na dinâmica da autoconservação, dinâmica essa que é reprodutora das condições adequadas para a manutenção do sistema, colocando em movimento uma consciência que renuncia à autodeterminação.

Sendo a formação o processo de subjetivação da cultura, na apropriação por parte do indivíduo dos processos que compõe o que nela se objetiva, a semiformação é compreendida em dois momentos, como resultado da falha na mediação, que oferece o modo de contato entre a subjetividade e os objetos, e como resultado da falha nos próprios objetos, enquanto a maneira segundo a qual a cultura se atualiza (ADORNO, 2010).

Ao se pensar o momento da mediação, a crítica se volta para a existência da violência injustificada, vista como barbárie, quando se consideram as condições possibilitadas pela cultura que não se realizam como afirmação de liberdade. Já o momento da semiformação mantida pela cultura, enquanto semicultura, se encontra na absolutização dos bens culturais, que por isso, se afasta da sua função material, cuja substância deveria servir para compor o conteúdo interno dos homens. Por sua vez, o processo de formação danificado pode ser identificado na relação entre indivíduo e o todo social que se volta para a produção da adaptação como forma de manutenção desse todo. Seu mecanismo de ação é o apagamento do papel da

socialização na mediação formativa, que deve colocar em movimento a produção de uma diferenciação.

Os modos pelos quais se opera a semiformação atingem o fato de ser a formação composta por um conjunto de forças que tem como efeito a dialética entre a produção da diferenciação e a manutenção de uma ordenação social que comporte o movimento formativo. Para Adorno (2010), é, então, o isolamento destas forças formativas, seja no caráter de adaptação do indivíduo ao todo, seja na absolutização desse todo, o que coloca a formação em contradição com seu sentido, e nisso, a formação se dá como ideologia e regressão.

Um caráter que chama atenção ao se considerar a formação como composta por um conjunto de forças é o da existência de elementos que se mantêm independentes na cultura, ausentes à consciência humana em determinado período histórico, o que preserva o horizonte de transformação neles contidos, mantidos à espera de uma práxis que coloque em movimento a sua realização, dado que a emancipação depende do pensamento capaz de conciliar suas forças. É o que o autor chama atenção ao fato de que “o duplo caráter da cultura nasce do antagonismo social não-conciliado que a cultura quer resolver, mas que demanda um poder, que como simples cultura, não possui” (ADORNO, 2010, p.11). E a cultura é capaz de conter elementos que preservam o horizonte de transformação por ser produto de uma objetivação, ou seja, é resultante dos momentos do contato produtor do espírito com a materialidade, e que traz em si, enquanto forma, os processos que a constituíram e que indicam possibilidades e direções para as gerações seguintes. Essa direção, por sua vez, exige a necessidade de adaptação, dado que apresenta a ordem da alteridade. A transformação, o surgimento do diferente, que conjuga as possibilidades de emancipação, não se dá sem a apropriação de conteúdos pré-existentes. Caso contrário, se converte em paralisia.

Entretanto, quando o processo de adaptação se dá sob a força da dominação, que paralisa e direciona o desdobramento das forças produtivas, o momento da diferenciação se vê obstruído, em um aprisionamento do sujeito na autoconservação, na qual se engendra a sua eliminação. O que fica então resguardado na cultura é a possibilidade de transformação, uma vez que a adaptação já é a norma. E essa possibilidade indica que a formação não é invariável, mas que o seu conteúdo se modifica no tempo.

A paralização da dialética da formação, entre indivíduo e sociedade, se dá na inversão entre meios e fins. O fim da formação é o assentamento de condições de emancipação, afirmadas pelo indivíduo que alcança a sua liberdade. Sua inversão se dá quando o fim passa a corresponder à interesses particulares, aos quais se direcionam os bens produzidos pela

ordenação social, que deixam de servir ao assentamento das condições para diferenciação, operando a exclusão e para a tal, as condições de opressão.

A ideia do indivíduo livre como um estado a ser alcançado por todos, que foi liberada pela burguesia, necessita da práxis para se converter em realidade, o que aqui se conjuga a necessidade de uma certa consciência verdadeira e das condições para a sua inflexão material. Entretanto, os meios de produção constituídos para a satisfação da existência material se converteram na manutenção da dominação de classes. A formação permitida pela burguesia se paralisa com a conversão da classe como um fim em si mesma, que por sua vez se mantém pela adequação dos produtos culturais a esse fim.

A noção da existência da semiformação implica que o problema da formação não é que ela se dá de modo incompleto, mas que é uma formação outra, contrária àquilo que poderia ser, e ativamente produzida pelos mecanismos da indústria cultural. Desse modo,

por inúmeros canais, fornece-se as massas bens de formação cultural. Neutralizados e petrificados, no entanto, ajudam a manter no devido lugar aqueles para os quais nada existe de muito elevado ou caro (o que diz também que exista algo de elevado ou caro). Isso se consegue ao ajustar-se o conteúdo da formação, pelos mecanismos de mercado, à consciência dos que foram excluídos do privilégio da cultura. (ADORNO, 2010, p. 16)

Os bens disponíveis não encontram condições, nem sociais, e por isso, nem psicológicas, para a sua apropriação. O que permite a leitura da existência de uma semiformação, que sustenta a própria possibilidade de crítica, é a constatação da existência de conteúdos formativos em descompasso com os modos de mediação que chegam aos indivíduos, entre cultura e socialização. Assim, deixa-se irrealizada a possibilidade de humanidade, que só se deixa vislumbrar por seu rastro.

Uma vez que, como já dito, a crítica, dentro do materialismo histórico, se faz com referência a análise das condições históricas e objetos que se prolongam no tempo, o que se denuncia como fracasso da formação cultural se identifica a partir da antiga figura do sujeito, o que não quer dizer que se queira “a volta do passado nem se abrande a crítica a ele. Nada sucede hoje ao espírito que não tivesse inscrito nele desde os tempos mais liberais ou que, pelo menos, não exija o cumprimento de velhas promessas” (ADORNO, 2010, p. 18). Desse modo, se diz que a degradação atual se deve à perda de contato com os recursos para a superação das condições atuais, afastados da consciência.

Como condição para a formação tem-se, então, a tradição, que deve ser entendida como guardiã de elementos a serem desdobrados em condições de liberdade, e por isso, a formação depende de continuidade, atribuída à mediação. A tradição é pensada como o sustentáculo do

indivíduo, uma vez que a sua forma é histórica, e é na sua preservação que o indivíduo tem acesso ao conhecimento de si. Sendo esse conhecimento necessário para uma existência autônoma, a dimensão da emancipação depende do manter presente certa tradição.

Se à forma humana falta o conteúdo permitido pela tradição, essa se mantém esvaziada enquanto é mobilizada para uma função utilitária, ajustada ao funcionamento da totalidade. A sociedade que se pauta pela manutenção do seu funcionamento econômico convertido como fim, afasta e dissolve, em seus processos alienadores, a tradição. Dessa maneira pode-se apontar que o solo da semiformação é o esquecimento. A relação com o objeto é buscada, mas a experiência, “a continuidade da consciência em que perdura o ainda não existente e em que o exercício e a associação fundamentam uma tradição no indivíduo” (ADORNO, 2010, p.33), é impedida em troca de um bombardeio de informações desconexas, pontuais, que perduram até serem substituídas por outras, porque desprovidas de conteúdo, e por isso, de profundidade.

Por fim, é possível conjugar as ideias aqui colocadas pela noção segunda a qual,

quem dispensa a continuidade do juízo e da experiência se vê provido, por tais sistemas, apenas com esquemas para subjugar a realidade. De fato, não alcançam a realidade, mas contentam-se em compensar o medo diante do incompreendido (ADORNO, 2010, p. 34)

Tal ideia aponta para o fato de que a questão que se coloca no esclarecer a formação a partir das dinâmicas que formam a consciência, e a sua deformação como apoiada em processo de esquecimento, é a necessidade de sustentar os processos de formação em uma dinâmica de continuidade, que conjuga o diferente ao semelhante, a parte ao todo, e que se faz necessária por ser a segurança necessária ao movimento formativo do indivíduo fornecida pelo resultado de esforços de conhecimento e objetivação de condições de liberdade anteriores, resgatadas em seu devir.

Sem a consciência de continuidade, o indivíduo se vê entregue a afirmação de um sistema de crenças mobilizadas como modos de defesa do sistema, incapacitado de ver a estrutura dos problemas e alcançando apenas a sua superfície, ideologicamente formada e apresentada. Na continuidade negada, pela ação das formas do sistema atual que colocam em prática mecanismos contrários à história, os indivíduos formados nesse sistema se afastam das suas potencialidades.

A preservação da cultura, e por isso, da formação, que é a preservação da capacidade de permanência dos bens objetivados pelo trabalho da mediação e da experiência, depende de um fortalecimento do espírito no acesso ao que se constituiu anteriormente. O que leva o autor a concluir que, “a única possibilidade de sobrevivência que resta à cultura é a autorreflexão crítica

sobre a semiformação, em que necessariamente se converteu” (ADORNO, 2010, p. 39), resgatando na história, na própria relação entre os homens, os caminhos para a superação dos impedimentos à existência humana emancipada.

Contra a dominação da memória

Uma das consequências da imposição de um processo de esquecimento a ordenar as relações sociais se encontra no fato de que um povo sem capacidade de construir memória não tem futuro. Isso porque o esquecimento que é imposto implica o esquecimento das possibilidades contidas na existência não massificada, massificação essa formada justamente pela imposição de uma escrita e reescrita única da história, aprisionada à lógica da exclusão do diverso, e que, portanto, apenas sustenta um tipo de ser humano passível de reconhecimento e dignidade. Tal processo opera enfraquecendo a consciência da existência de prolongamentos históricos aos objetos e, portanto, da capacidade de constituir memórias, mantendo um funcionamento unitário que se replica em múltiplas partes e serve ao fim que orienta o esquecimento.

A racionalidade desse processo de esquecimento como mecanismo de manutenção da barbárie, aponta para o fato de que ele é orientado por princípios propostos e realizados não por aqueles que sofreram a injustiça de estarem submetidos a condições de dominação, mas justamente por aqueles que praticaram tal injustiça, como afirma Adorno (1995). Desse modo, ocorre que o passado permanece ainda vivo, na sobrevivência das condições de opressão, maquiadas em formas de inovação e progresso e sustentadas pelo desenvolvimento tecnológico.

Se, como indica Adorno (1995), a lembrança é o último refúgio de resistência reservado aos vencidos, a destruição da memória se torna uma forma da barbárie. Assim, se produz a tendência ao apagamento da consciência de continuidade histórica pela lógica de funcionamento social “subordinada de um modo universal à lei da troca, do ‘igual por igual’ de cálculos que, por darem certo, não deixam resto algum” (p. 33). O esquecimento não se dá por uma saturação da quantidade de dados agrupados pelos formados monopólios de informação, mas como resultado do seu processamento bem-sucedido, capaz de produzir a adaptação constante ao existente.

É tal constância que faz com que o indivíduo esteja submetido a condições objetivas sem ser capaz de agir sobre elas, uma vez que cada movimento é registrado e se torna passível de ser instrumentalizado por dispositivos digitais. É esse funcionamento que está presente na

interação com os conteúdos que se apresentam no *feed* particular dos usuários das redes sociais, articulado à tendência de afirmação da memória dos vencedores ao tornar mais visível e acessível aquilo que corrobora com a narrativa de interesse da classe dominante.

Como visto, e sendo aqui reforçado por Zuboff (2018), a lógica da acumulação organiza as capacidades tecnológicas desde a sua origem, moldando as possibilidades de maneira invisível. Tal lógica,

define objetivos, sucessos, fracassos e problemas, além de determinar o que é mensurado e o que é ignorado, o modo como recursos e pessoas são alocados e organizados, quem - e em que funções - é valorizado, quais atividades são realizadas e com que propósito. A lógica da reprodução produz suas próprias relações sociais e com elas suas concepções e usos de autoridade e poder (p. 22).

Central para o entendimento dessas dinâmicas é o fato de que, dado a subordinação das potencialidades provenientes do trabalho livre e de relações humanas formativas à condições opressoras, elas estão apoiadas na destruição da capacidade para a experiência, e assim, aparecem como únicas e inevitáveis, carregando na aparência das novas práticas a ação da semiformação. Desse modo, não se trata de compreender a impotência sentida sob o poder das *big tech* como resultado de práticas e elementos sobre os quais as experiências humanas anteriores não dão conta de oferecer base para a ação, mas de retomar o quanto tais experiências são mantidas em relação com fenômenos pré-internet, igualmente submetidas ao ordenamento opressivo das forças sociais. É o fortalecimento desse ordenamento, na expansão do seu domínio, que oferece o caráter de inevitabilidade aos seus fenômenos característicos.

A memória não é apenas um registro, é para além disso, uma elaboração. É o resultado de um processo de organização da experiência e se apoia na possibilidade do sujeito se aproximar da sua realidade ainda no curso do próprio acontecimento, que faz com que tal acontecimento seja passível de elaboração e constitua assim, a sua matéria interna (ADORNO, 2010). A memória consolida o processo de formação e é então, condição para a emancipação. Nesse sentido, o que se reivindica como memória, em oposição ao processo de esquecimento que toma o seu lugar, se deve a uma condição própria do modo de organização das forças sociais, que permite a manutenção daquilo que se faz necessário como condição de liberdade, mais do que a uma capacidade de acumular e resgatar conteúdos. Desse modo, a capacidade de armazenamento de informações, permitida pelas plataformas digitais, se aproxima mais de ser identificada como participante do processo de esquecimento do que representante de um avanço na habilidade humana de produzir memórias. Isso porque a lógica algorítmica, que ordena o processamento dos dados ao formalizar a maneira pela qual as plataformas devem funcionar,

opera em função da manutenção de interesses econômicos que realizam a tendência da racionalidade de reproduzir conteúdos a partir da repetição de uma formalização. Ou seja, tal lógica opera pelo princípio da identidade presente na primazia da forma mercadoria e, portanto, representa a racionalidade esquecida da sua dialética porque afastada da capacidade de realizar o diverso.

Nesse sentido, a afirmação de uma individualidade que se pauta pela exclusão de tal diverso, e que só existe enquanto reposição do mesmo, em uma repetição esvaziada e instrumentalizada do que coloca em movimento a ordem dominante, se utiliza do aprimoramento algorítmico de modo a operar assim um tipo memória que reproduz violência. Desse modo, em contraposição ao que é entendido como elaboração das condições de emancipação, tal reposição de violências se identifica na verdade como resultado de um esquecimento, porque resulta do afastar das mãos do indivíduo as condições para a sua realização enquanto sujeito capaz de conduzir a própria história no sentido daquilo capaz de se afirmar como liberdade.

O esquecimento é assim, a dominação da memória, a dominação da capacidade de ordenar as condições da experiência sobre formas outras que não as impostas pelas relações de poder colocadas e que tem como operador a tecnologia que excede a sua funcionalidade imediata e se realiza como agente das condições de dominação ao se colocar para uso dos indivíduos.

Enquanto relacionado com a deformação da capacidade de constituir experiências, se desdobrando das condições econômico - políticas e alcançando o âmbito da cultura, o esquecimento é dominação das forças produtivas e dominação da personalidade, e assim se manifesta em situações de impotência, paralisia e ausência de auto-reflexão (ADORNO, 1995). Junto ao fortalecimento da estrutura dominante ocorre o enfraquecimento da estrutura do eu de cada indivíduo, mobilizados de acordo com os lugares que lhes cabe ocupar na ordem social.

O esquecimento operado então pelo uso das redes sociais é o esquecimento, por exemplo, de modos de vida coletivos, capazes de defender o múltiplo, a partir do qual se pauta a identificação de formas de injustiça e opressão. É o esquecimento de que o individual deve se fundamentar em relações de solidariedade e não de exclusão e competição, uma vez que é do todo que a parte alcança os meios para se constituir. É o esquecimento da capacidade imaginativa, que permite ao humano se desdobrar em formas de vida e organização capazes de superar os males que se apresentam imediatos. Tais questões se fazem presentes no problema dos discursos de ódio e manifestação de violência contra os refugiados e aquilo que

representam. O refugiado é aquele que coloca em questão a identidade nacional baseada na restrição das fronteiras e dos territórios. É também aquele que escancara a fragilidade da capacidade de tais fronteiras em garantir a segurança daqueles identificados ao seu território. É quem aproxima formas de vida por vezes distintas, afirmando a existência do diverso e do outro não incorporado na forma da individualidade burguesa. O refugiado escancara por fim, a presença da guerra e da ausência de condições confiáveis de segurança à integridade humana, que longe se serem falhas do sistema social, são partes do seu metabolismo, como também o é a resposta que então é dada para tal confronto: a violência que resulta do identificar o refugiado como perturbador da ordem e da civilidade nacional.

O esquecimento é então uma espécie de falha na elaboração do passado em que se perdem aspectos necessários à experiência do ser sujeito pela afirmação de tendências que mantem a sujeição às condições dadas, em relação às quais se produz impotência, na forma de uma autogestão individual permitida pela regulação algorítmica que dita ritmos, conteúdos e interações. O que o personaliza é o que é instrumentalizado, e ao invés de ser religado ao todo que o determina, promovendo processos de tomada de consciência das condições sobre as quais o indivíduo esta inserido, aquilo que é particular se realiza como exercício de adaptação personalizada, realizando o potencial totalitário das redes sociais em formas atualizadas do mecanismo da indústria cultural. Assim, o perigo permanece, porque “o passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou” (p. 49). Tal entendimento exclui a possibilidade de depositar esperanças no virtual e nas dinâmicas *online* simplesmente por se afastarem das imediações da vida cotidiana concreta e das suas imposições, uma vez que o virtual é um meio também imerso em contradições que se estendem dessa mesma vida cotidiana, adquirindo inclusive a capacidade de aprofundá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi aqui considerado, pode-se compreender que, a impotência social da ação e do pensamento crítico tem como principal influência “o crescimento do aparato industrial e seu controle que abrangeu todas as esferas da vida” (MARCUSE, 1999, p. 86). Tal aparato tem como principal efeito a produção do ajustamento para manutenção de uma ordem social estruturalmente opressora e excludente, onde o indivíduo deve se assimilar a tal ordem como condição para manutenção da sua vida, o próprio objeto dessa estruturação. Disso segue a deformação das possibilidades de emancipação, desviadas para a realização de interesses privados e fazendo com que os indivíduos sejam levados a agir contra seus pares, de tal forma que o resultado dessa dinâmica é a produção da violência.

Contudo, faz-se necessário reafirmar que, a crítica à racionalidade e à tecnologia não significa sua negação, mas a defesa da possibilidade de transformações na sua estrutura. Assumindo a complexidade que a crítica à barbárie exige e reconhecendo a técnica como um produto social histórico (MARCUSE, [1964]/1998), compreende-se então, a possibilidade de essa ser resgatada a partir de um projeto de emancipação. Tal enredamento ainda se justifica ao considerar que a tecnologia, diferente da neutralidade sobre a qual se sustenta, reflete o caráter dialético da racionalidade.

Assim, para que as possibilidades de transformação sejam realizadas, deve-se compreender até onde alcançam as deformações sobre as condições de vida impostas pela organização social. A análise da relação entre a violência contra refugiados e o uso de redes sociais, a partir dos elementos elaborados que fazem com que tal relação seja confirmada e compreendida, aponta como problemático o próprio uso das redes, devido ao lugar por elas ocupado e por sua vez, determinado pelas características de uma racionalidade que se realiza afirmando a dominação.

A partir da ideia de Marcuse (1999) de que “a segurança e a ordem são, em grande parte, garantidas pelo fato de que o ser humano aprendeu a ajustar seu comportamento ao de seu semelhante até os mínimos detalhes” (p.86), compreende-se como as redes sociais podem cumprir um papel de reforçar tal padronização, impondo ao indivíduo as condições para a sobrevivência, na necessidade de adaptação até os mínimos detalhes realizada pelas dinâmicas do funcionamento *online*. A fim de produzir tal ordem, situações que no espaço *offline* são reduzidas, *online* adquirem amplitude de quantidade e de alcance, mobilizando tendências capazes de manter o chamado engajamento. A capacidade de manter as interações na plataforma

se convertem em ativos rentáveis, e os conteúdos que vão ao encontro de tal lógica são assim, mantidos em evidência.

Por outro lado, dentro da investigação do lugar da violência mantida em condições de avanço tecnológico, para além do questionamento acerca da relação entre a barbárie e a racionalidade tecnológica, que esclarece um posicionamento sobre o papel das redes sociais, se compreende o porquê os refugiados são objeto dessa violência, na retomada da questão acerca da relação entre sujeito e objeto, e portanto, a partir do entendimento do funcionamento da racionalidade. É sob domínio da racionalidade instrumental que o objeto, no lugar de ser condição para a formação, a partir do encontro com o diverso que constitui a experiência, se torna uma ameaça a ser dominada, a fim de manter a configuração das forças sociais. Dessa maneira, não é a possibilidade de experienciar a diferença que vincula o sujeito ao objeto, mas a violência, na conformação de tal encontro à manutenção da lógica atuante. Assim, se reforça uma ideia de sujeito baseada na exclusão do objeto que venha a romper com essa lógica, configurando uma relação predisposta à violência.

As redes sociais se tornam então, um veículo importante para manutenção dessa dinâmica. O que começa como ação de uma minoria racista, ganha um meio de ecoar e se fortalecer. Junto aos efeitos massificadores da razão a serviço de interesses privados, a bolha que se forma ao redor do indivíduo no *Facebook*, por exemplo, o impede de entrar em contato com pensamento diversos, e intensifica o peso da sua opinião, que aparece repetida vezes no seu *feed*. O indivíduo é reforçado na impressão de haver um conjunto maior de pessoas favoráveis à tal violência, fortalecendo o impulso para a ação violenta. Dessa maneira, o *Facebook* contém as condições favoráveis para a ordenação de afetos e ideias, e assim facilita a passagem ao ato. Agindo como um mediador de condutas que deveriam ter sido superadas, a rede assume uma função regressiva ao permitir esse retorno, e assim se observa a antiga manutenção da atividade conservadora do mito nas formas recentes do que se apresenta como progresso.

A pesquisa em questão é um primeiro passo na identificação do potencial risco do aumento do uso das redes sociais dentro de uma ordenação social que se totaliza a partir de princípios mercantis, e assim, antes de reivindicar a necessidade de se disputar o seu uso, de modo que ele não seja cooptado pelo fascismo mas também possa alcançar status de instrumento de resistência, deve-se pensar em termos de forma, em torno da questão de usar ou não a própria ferramenta, em uma discussão que se refere ao seu lugar dentro da proposta de sociedade que aqui se defende. Um apontamento talvez vá no sentido de que, se essa tecnologia

se encaixa bem à uma lógica de automatismo e reprodução, que essa fique reservada para funções que se beneficiem de fato de tais características. Entretanto, qualquer alternativa implica a necessidade de transformação das bases que ordenam a sociedade, até então voltadas para a produção de formas mais eficientes de expropriação do trabalho e, assim, da vida humana. Desse modo, é insuficiente considerar que a internet, o *big data* e as redes sociais ameaçam as instituições¹², uma vez que a lógica que acompanha o seu funcionamento se apoia também institucionalmente. As aplicações tem a capacidade de produzir mobilização real e transformar discursos de ódio em comportamentos violentos quando estão apoiadas em dinâmicas que determinam tal mobilização.

Colocar a barbárie como marcando um tensionamento interno à racionalidade, equivale a dizer que há algo que tensiona à própria organização social, um tensionamento ativamente mantido, existindo não apenas como desvio, mas como um projeto. Pensar a partir desses elementos e fenômenos a dinâmica da formação, significa questionar como devem ser os processos de mediação entre indivíduo e sociedade, entendendo a sua dinâmica estrutural em termos de racionalidade ordenadora e os mecanismos que a ela se conjugam.

Tendo também como base a compreensão da articulação histórica da cultura pelas forças produtivas sociais, nas quais se inserem as relações entre os indivíduos, permite-se, em última instância, identificar o sujeito como locus da reflexão e da resistência, no comprometimento com a emancipação. Coloca-se assim, a possibilidade de orientar práticas educacionais e pedagógicas capazes de resgatar a dimensão emancipatória da educação a partir dos determinantes que se encontram objetivados em cada tempo. Esse é o procedimento que se aponta ao se compreender o crescimento do domínio social da internet e sua influência na reorganização de relações e espaços, que age diretamente sobre a dimensão da formação ao reestruturar o modo como os indivíduos se colocam no mundo.

¹² Considerando os acontecimentos que apontaram o papel do *WhatsApp* e do *Facebook* como propagadores de *fake news* influenciando a cena política que precederam as eleições presidenciais de 2018 no Brasil, é errôneo considerar que tais acontecimentos ferem os mecanismos democráticos do país uma vez que não se pode afirmar que o Brasil tenha as suas bases democráticas estabelecidas, do contrário, deve-se considerar o país como inserido em uma dinâmica política e econômica de dependência com relação a nações estrangeiras, em especial aos EUA e a União Europeia, fazendo com que as suas instituições políticas funcionem não garantindo a integridade da nação, na observação do seu funcionamento democrático, mas administrando os recursos internos para que respondam aos interesses externos das nações que exercem um papel imperialista (SANTOS, 2018). Tal entendimento vai ao encontro das elaborações aqui produzidas que indicam que a racionalidade estabelecida para ordenar a sociedade moderna apresenta elementos de dominação apontados como responsáveis pela lógica de manutenção da violência como uma constante social. Assim, a leitura dos fenômenos que se apresentam de maneira isolada deve ser feita considerando determinações que escapam a realidade imediata e remontam a tendências e relações que realizam a sua influência juntamente à normalização de funcionamentos e práticas.

Espera-se assim, reforçar a necessidade de se restabelecer as bases para o desenvolvimento de uma racionalidade que dê conta de desdobrar e sustentar um modo de organização social pautado na realização da emancipação humana. Tais bases devem ser apoiadas na superação das forças que impõe o isolamento entre os indivíduos e que enfraquece as formas coletivas de ordenamento social, essas determinantes para o estabelecimento de contatos que somem à experiência do ser indivíduo e que não o coloque como empecilho ao desenvolvimento vigente na sociedade de dominação atual. Faz-se então necessário, o resgate dos fundamentos mais amplos para transformação social, capazes de fazer frente aos ataques às condições de realização do indivíduo, localizados na manutenção de uma sociedade cindida por interesses de classes que se reafirmam e se prolongam no tempo.

Tal compreensão permitida pelas contribuições dos autores da primeira geração da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, reforça a atualidade da manutenção da contradição presente na dialética do esclarecimento, tendo-se assim que, o encontro com as formulação dos autores a partir de questões que mobilizam o presente, apontam para o duplo esforço que caracteriza a pesquisa teórica: a compreensão da obra em si, no seu recorte temporal, e a elaboração dessa compreensão no sentido de determinar o quanto ela é capaz de permitir a interpretação de questões de outro tempo.

Acompanhando tal contradição, do esclarecimento presente na forma da racionalidade que impacta a capacidade de permitir a transformação ou o aprisionamento da realidade, o presente trabalho pretende lançar luz sobre o problema da violência e os modos pelos quais ela se manifesta, de modo a chamar atenção para os riscos existentes nas tecnologias que possuem grande presença na sociedade atual. Ao mesmo tempo, se pretende promover uma ligação entre elaborações produzidas a partir de questões que não mais se apresentam de maneira imediata e os questionamentos surgidos de elementos próprios do momento histórico, na compreensão segundo a qual tais elementos remontam a um prolongamento que lhes dota de força e os mantém determinando os rumos de uma história baseada na dominação e na violência. Como resposta ao esquecimento que organiza a manutenção da barbárie na dialética do esclarecimento, se faz necessária a articulação de tais prolongamentos, de modo a compreender e identificar prisões e resgatar a potência para a resistência. O apontamento que resta é o mesmo resgatado por Adorno (1995) para levar adiante tentativas de superação da ordem dominante, o atentar-se para os interesses imediatos do indivíduo, capturando aquilo que mais intensamente lhe toca a pele, de onde pode partir a possibilidade de elaboração acerca das ameaças e possibilidades presentes nos enredamentos sociais.

REFERÊNCIAS

- ADORNO. T. W. (1967). **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.
- _____. (1968). **Introdução à sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- _____. (1951). **Minima moralia**: reflexões a partir da vida danificada. 2ed. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. O que significa elaborar o passado. In: _____. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; v.54).
- _____. (1969). **Palavras e Sinais**: modelos críticos. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. (1967). Teoria da semiformação. In: Bruno Pucci, Antonio A. S. Zuin, Luiz A. Calmon Nabuco Lastória (orgs.). **Teoria Crítica e inconformismo**: novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 7-40.
- _____. (1942). Teses sobre a necessidade. In: _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. 1ed. São Paulo: Editora Unesp. 2015. p. 229-235.
- ADORNO. T. W.; HORKHEIMER. M. (1947). **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.
- ANTUNES, D; MAIA, A. Big data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. **Psicologia USP**, v. 29, n. 2, p. 189-199, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420170156>
- BENJAMIN. W. (1936). O narrador. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 213-240.
- _____. (1940). Sobre o conceito da história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252.
- BOYD, D. M. ELLISON. N. B. Social Network Sites: definition, history and scholarship. **Journal of computer-mediated communication**. v. 13, p. 210-230. 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>. Acesso em: 16 nov. 2018.

BUARQUE, D. Redes sociais atrapalham funcionamento da democracia, diz historiador. **Folha de São Paulo**, Londres, 3 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/redes-sociais-atrapalham-funcionamento-da-democracia-diz-historiador.shtml>. Acesso em: 22 nov. 2018.

CARAMANTE, A; STABILE, A; COELHO, L. Exército fuzila carro e mata pelo menos um homem no RJ. **Ponte Jornalismo**, [S. l.], p. 0-0, 7 abr. 2019. Disponível em: <https://ponte.org/exercito-fuzila-carro-e-mata-pelo-menos-um-homem-no-rj/>. Acesso em: 8 abr. 2019.

CASTELLS. M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CROCHÍK. J. L. A forma sem conteúdo e o sujeito sem subjetividade. In: _____. **Teoria crítica da sociedade e psicologia**: alguns ensaios. Araraquara: Junqueira&Marin. 2011.

DEL CASTILLO, C. La próxima revolución política será por el control de los algoritmos. **EIDiario**, 29 out. 2018. Disponível em: https://www.eldiario.es/tecnologia/proxima-revolucion-politica-control-algoritmos_0_830117867.html. Acesso em: 27 nov. 2018.

FISHER, M; TAUB, A. Uso de Facebook fez aumentar ataques a refugiados na Alemanha, diz pesquisa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/uso-de-facebook-fez-aumentar-ataques-a-refugiados-na-alemanha-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 27 out. 2018.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Editora Unesp. 2015.

KOSINSKI, M; STILLWEL, D; GRAEPEL, T. Private traits and attributes are predictable from digital records of human behavior. **PNAS**. v. 110, n. 15, p. 5802-5805, Abril, 2013. Disponível em: <http://www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.1218772110>.

KUROSE. J. F.; ROSS, W. K. **Computer networking**: a top-down approach. 6ed. New York: Addison-Wesley, 2013.

LASH, S; LURY, C. **Global culture industry**: the mediation of things. Cambridge: Polity, 2007.

LÉVY, P. **O Que é Virtual?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

MARCUSE. H. (1964). **A ideologia da sociedade industrial**. 5ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

MARCUSE, H. (1964). Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. In MARCUSE, H. **Cultura e sociedade**. Vol. 2, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 113-136.

MARCUSE, H. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999.

MARX, K. (1960). **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOS, O. C. F. **A escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo**. São Paulo: Moderna, 1993.

MORO sobre os 80 tiros, reafirma licença para matar: “É algo que pode acontecer”. **Esquerda Diário**, Rio de Janeiro, p. 0-0, 10 abr. 2019. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Moro-sobre-os-80-tiros-reafirma-licenca-para-matar-E-algo-que-pode-acontecer>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

MÜLLER, K, SCHWARZ, C. **Fanning the flames of hate: Social media and hate crime**. SSRN 3082972, 2018.

RECUERO, R. C. Comunidades virtuais em redes sociais na internet: uma proposta de estudo. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, dez, 2005. Disponível em: <http://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/57>. Acesso em: 16 nov. 20018

RODRIGUÉZ, D. Corrigir o desastre da Internet. **El País**, Brasil, 24 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/23/tecnologia/1542970848_353132.html. Acesso em: 4 dez. 2018.

SANCHO, G. R. Multidões conectadas e movimentos sociais: dos zapatistas e do hacktivismo à tomada das ruas e das redes. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M.; GUILHON, L.; MELGAÇO, L. (org). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTOS, F. L. B. **Uma história da onda progressista sul-americana**. São Paulo: Elefante, 2018.

WU, X., ZHU, X., WU, G., DING, W. Data mining with big data. **IEEE Transactions on Knowledge and Data Engineering**. v. 26, n. 1, p. 97-107, Janeiro, 2014. Disponível em: doi:10.1109/TKDE.2013.109

ZUBOFF, S. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M.; GUILHON, L.; MELGAÇO, L. (org). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ZUIN, A. A.S. **Copiar, colar e deletar: a Internet e a atualidade da semiformação. Pró-Posições, [S.l.]**, v. 24, n. 3 (72), p. 139-159, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v24n3/09.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.